



EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA
NEGRITUDE SOCIALISTA
MÓDULO III





Brasília, junho de 2018

CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA NEGRITUDE SOCIALISTA

MÓDULO III

EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Copyright © Fundação João Mangabeira

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Renato Casagrande

Diretor Financeiro

Renato Thiebaut

Diretora de Cursos

Leany Lemos

Diretor de Estudos e Pesquisas

Milton Coelho

Diretor de Organização

Alexandre Navarro

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares

Carlos Magno Amaral

Ana Lúcia Nogueira

Gerson Bento da Silva Filho

Suplentes

Paulo Sérgio Bomfim

Alessandro Stefanutto

CONSELHO CURADOR

Presidente

Carlos Siqueira

Membros Titulares

Adilson Gomes

Álvaro Cabral

Cristina Almeida

Dalvino Franca

Domingos Leonelli

Francisco Cortez

Gabriel Maia

Jairon Nascimento

James Lewis

Joilson Cardoso

Manoel Alexandre

Paulo Bracarense

Renato Casagrande

Serafim Corrêa

Silvânio Medeiros

Vera Regina Müller

Suplentes

Felipe Martins

Henrique Antão

Israel Rocha

EQUIPE DA FJM

Gerente Executiva

Márcia H. G. Rollemberg

Coordenação da Escola João Mangabeira

Adriano Sandri

Assessoria de Comunicação

Handerson Siqueira

Luciana Capiberibe

Assessoria

Bruna Lacerda

Fernanda Regis Cavicchioli

Válesia Perozini

Assistentes

Elsa Medeiros

Filipe Gomes Franca

Auxiliares

Daniela Ferreira dos Santos

Edson Martins dos Santos

Sebastião Antônio Correia

Sérgio Vargas

CONSELHO EDITORIAL

Partido Socialista Brasileiro

Carlos Siqueira

Fundação João Mangabeira

Renato Casagrande

Escola Miguel Arraes

Adriano Sandri

Coordenação Editorial

Márcia H. G. Rollemberg

Negritude Socialista Brasileira

Valneide Nascimento dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C977c	<p>Curso de formação política : negritude socialista. Módulo III - educação e mercado de trabalho / Negritude Socialista Brasileira do PSB; organização Alberto Farias Gavini Filho. - Brasília: Fundação João Mangabeira, 2018. (Coleção negritude socialista; v. 3).</p> <p>176 p. il. ; color. 21,5 x 20 cm</p> <p>ISBN 978-85-60441-40-2 ISBN 978-85-60441-37-2 (coleção)</p> <p>1. Política - Brasil. 2. Formação de grupos políticos. 3. Afrodescendentes - Brasil. I. Negritude Socialista Brasileira (NSB). II. Partido Socialista Brasileiro (PSB). III. Filho Gavini, Alberto Farias. IV. Série.</p> <p>CDD 324.3 CDU 328.124(81)</p>
-------	---

Catalogação na publicação: Letícia Gomes T. da Silva – CRB 1/3098



Negritude Socialista Brasileira do PSB (NSB)

SCLN 304, Bloco A, Sobreloja 01, Entrada 63

Cep: 70736-510, Brasília – DF

Fone: 61 3327.6405

E-mail: nsbcomunica@gmail.com

negritudesocialista.org.br/

Coordenação Geral

Valneide Nascimento dos Santos

Organização

Alberto Farias Gavini Filho

Autoria e Adaptação de Textos

Ivanilda Matias Gentle

Izete Santos do Nascimento

Joel Almeida Filho

José Maria da Silva

Revisão Editorial

Raysten Balbino Noletto

Diagramação

Pró Empresa Informática

Apoio

PSB

Escola Miguel Arraes

INAO

Impressão

TC Gráfica e Editora Ltda - EPP

Fundação João Magabeira

Sede Própria - SHIS QI 5, Conjunto 2 casa 2

CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF

Fone: 61 3365-4099 / 3365-5277 / 3365-5279

www.fjmangabeira.org.br

www.tvjoaomangabeira.org.br

facebook.com/Fjoaomangabeira

twitter.com/fj_mangabeira

VIDEOAULAS

Coordenação Geral

Valneide Nascimento dos Santos

Organização

Alberto Farias Gavini Filho

Elaboração e Adaptação de Textos

Ivanilda Matias Gentle

Izete Santos do Nascimento

Joel Almeida Filho

José Maria da Silva

Revisão Editorial

Raysten Balbino Noletto

Roteiro

Victoria Cristina Costa

Wandeilson Sousa

Direção

Chico Gorman

Assistente de Direção

Wandeilson Sousa

Produção

Juliet Jones

Victoria Cristina Costa

Apresentadores

Ana Luiza Bellacosta

Camila Paula

Dominic Maha

Jean Bottentuit Duarte

Cenografia

Fernanda Cavicchiolli

Juliet Jones

Pedro Daldegan

Cabelo e Maquiagem

Mariana Elisa

Ilustrações

Juliano Batalha

Juliet Jones

Direção de Arte

Juliet Jones

Direção de Animação

Jorge Machado

Animação

Jorge Machado

Juliet Jones

Paulo Lepletier

Rodrigo Blergh

Colorização

Rômulo Maia

Operação de Câmera

Chico Gorman

Wandeilson Sousa

Operação de TP

Rômulo Maia

Thiago Ponce

Assistente de Estúdio

Daniel Kazeil

Som Direto

JR Piau

Victoria Cristina Costa

Tradução de Libras

Tatiana Elizabeth Maximiniano

Trilha Sonora

Flávio Rubens

Pedro Romão

Edição de Vídeo

Juliana Araújo

Rodrigo Blergh

Publicação

Negritude Socialista Brasileira (NSB)

Realização

NSB

Pró Empresa

Apoio

PSB

Escola Miguel Arraes

INAO



PALAVRA DA SECRETÁRIA NACIONAL DA NSB

Somos a minoria nos poderes constituídos e somos a maioria da população do país. Por isso, buscamos a devida qualificação para aperfeiçoar a nossa atuação, para avançar, para superar desafios, para crescer, pela igualdade e pelo bem do Brasil.

Nesse sentido, entre 2017 e 2018, realizamos o Seminário Nacional de Formação Política da NSB para a militância da Negritude Socialista Brasileira, sob a minha coordenação e do professor Pedro Francisco da Silva Filho. O curso foi dividido em três módulos, abordando temas como: Conjuntura Econômica e o Povo Afrodescendente, Legislação (Lei nº 10.639/03); Estatuto da Igualdade Racial e Ensino da História da África e do Povo Afro-brasileiro.

Com esse seminário inédito da NSB, podemos identificar negras e negros que, corajosamente, disponibilizaram seus nomes para concorrer ao pleito de 2018, disputando dez cargos a deputado federal e onze, a deputado estadual, em todo país. E uma das candidaturas concorre à reeleição pela terceira vez, a deputada estadual Cristina Almeida, do Amapá. Somos grandes e queremos também o poder em todo Brasil, para desenvolver políticas públicas em favor da população negra. Após a exitosa experiência do Seminário Nacional, vimos a necessidade de continuar com a formação de nossa militância. Este ano, elaboramos o Curso de Formação Política da Negritude Socialista Brasileira, dividido em três módulos, que contemplam os

assuntos tratados nas videoaulas. Os temas centrais apresentados nesta coletânea são: Análise Histórica, Filosófica, Política e Econômica, Espaços de Poder e Enfrentamento ao Racismo e Educação e Mercado de Trabalho. Usamos referências históricas de negros e negras que lutaram e contribuíram grandemente para nos inspirar, como Nelson Mandela e Elizabeth Ockford (conquistou direito de estudar em escola de hegemonia branca).

Pretendemos, com o nosso trabalho político, honrar a luta destes homens e mulheres que, muitas vezes à custa de suas vidas, conseguiram fazer com que pudessemos ser donos e donas de nossos destinos na construção de um Brasil mais justo e capaz de atender aos anseios da população.

Hoje, somos um relevante alicerce dentro do PSB e também da sociedade, estamos organizados em 25 estados e no Distrito Federal, possuímos executivas qualificadas em todos os âmbitos, seja, municipal, estadual e nacional. A caminhada foi longa e com muitos desafios, mas não desistimos em nenhum momento. Para realização deste projeto, contamos com o total apoio da Fundação João Mangabeira, da Escola Miguel Arraes, do Partido Socialista Brasileiro e do Instituto Nacional Afro Origem.

Valneide Nascimento dos Santos
Secretária Nacional da NSB



PALAVRA DO PRESIDENTE DO PSB NACIONAL

É um grande privilégio poder apresentar ao público o Curso de Formação Política da Negritude Socialista Brasileira. Salta aos olhos, de partida, a relevância das pautas tratadas que, em seu conjunto, trabalham em favor da emancipação do povo negro, tanto nas injustiças passadas quanto na permanência das mesmas, em condições praticamente imutáveis no nosso presente.

Reafirmo, nesse sentido, como já o fiz em muitos outros momentos de minha militância política, que não existe iniquidade no Brasil que não tenha como um de seus principais traços a condição racial.

Acesso a políticas públicas – saúde, educação, segurança, assistência, previdência, habitabilidade, mobilidade, sanidade ambiental, renda e emprego, morbidade, mortes violentas por arma de fogo, letalidade policial etc. são distintos, em função da raça de cada cidadão ou cidadã, cabendo às mulheres e aos jovens negros o fardo mais pesado, nesse acúmulo despropósito de injustiças históricas.

A amplitude com a qual se tratou do tema tão relevante para o país e que diz respeito de modo direto à sua democracia, novamente ameaçada; a representati-

vidade dos atores que serão engajados nas videoaulas; o cuidado e a qualidade do material gráfico. Tudo isso soma-se à relevância da temática abordada e reafirma o quão sério é o propósito de mudar a realidade que temos diante de nós, com o objetivo de promover igualdade, equidade, emancipação de um povo a quem o Brasil deve muito, seja nos aportes culturais, estéticos, intelectuais, seja na forma da reparação dos efeitos de uma história violenta e opressiva.

Sinto-me honrado, portanto, em ter contribuído para que os três volumes que compõem o curso cheguem à população em geral e, muito especialmente, ao próprio povo negro, que será – como sempre foi – o principal protagonista das lutas que temos que esposar todos nós, que professamos os valores do socialismo democrático.

Desejo a todos uma excelente leitura, na expectativa de que se possa transformar em práxis política os ensinamentos fundamentais que a presente publicação contém.

Carlos Siqueira

Presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB)



PALAVRA DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Olá, senhoras, senhores, representantes e militantes do Movimento da Negritude Socialistas do PSB. Desejo que, por meio deste produto que construímos juntos, todos possam fazer suas reflexões e que, com este material, tenhamos mais uma oportunidade de crescimento deste segmento tão importantes dentro do Partido Socialista Brasileiro.

Para ajudar no processo de reflexão, gostaria de iniciar com uma pergunta: o que seria do Brasil se Zumbi dos Palmares tivesse todas as oportunidades das quais dispunham os brancos, à época? A pergunta pode parecer ultrapassada, mas mantém-se atual, se for medido o abismo que separa as perspectivas de ascensão social entre brancos e negros no país. Todo o esforço, neste momento, é encontrar o caminho para diminuir e reverter essa profunda cicatriz no processo de desenvolvimento humano da nação.

O Brasil é relativamente novo, tendo como referência a chegada dos descobridores do “Velho Mundo”. Porém já experimentou diversos danos, importou procedimentos e ações moralmente inaceitáveis e acumula manchas em suas raízes que nos envergonham. A raça negra é uma marca virtuosa desta heterogeneidade brasileira, merece atenção permanente e ações governamentais estratégicas que possam gerar escala suficiente para o equilíbrio fraterno entre todos cidadãos brasileiros.

A meta é que todos tenham a mesma igualdade de oportunidades, seja na política, nos negócios, na escola ou

na maternidade. Enquanto, em alguns países, assistimos ao radicalismo nas relações raciais, o Brasil se destaca por sua miscigenação. As políticas de afirmação devem estar presentes nas discussões cotidianas para que sejam aperfeiçoadas e não se permitam retrocessos.

A Fundação João Mangabeira, órgão de formação política e formulação de políticas públicas, também funciona assessorando diretamente os segmentos sociais do PSB. Tratando-se especificamente das políticas desenvolvidas em conjunto com o Movimento da Negritude Socialista, desencadeou-se diversas ações que contribuíram no crescimento dos seus quadros, qualificando-os para execução de atividades públicas em todas esferas de poder.

Com alegria, mais uma vez, a Fundação cumpre seu papel e oferece esse curso de formação política, bem consistente e marcado com posições políticas que fortalecem o campo de atuação progressista. São três módulos aplicados por profissionais preparados que pensam o Brasil de hoje e o das próximas gerações. Tenham todos bons momentos e que levem para seus estados todo o conhecimento acumulado durante a realização do curso.

Saudações socialistas,

Renato Casagrande

Presidente da Fundação João Mangabeira



MENSAGEM DA ESCOLA MIGUEL ARRAES

A série de cursos de formação para cada segmento organizado do PSB é mais uma importante etapa da construção do acervo de matérias de formação da Fundação João Mangabeira.

O segmento da Negritude Socialista Brasileira elaborou, de forma coletiva, este curso de formação, que apresenta conteúdo e dimensão pedagógica de altíssima qualidade.

Desta forma, a Escola Miguel Arraes, ciente de que mais uma vez está contribuindo, dentro de sua especificidade, com a construção da cultura socialista em nosso país, reitera o convite para que todas as pessoas engajadas na defesa dos Direitos Humanos se apropriem deste novo instrumento e o utilizem e divulguem em todos os espaços sociais abertos para a construção da verdadeira cultura da paz.

Saliento os temas aqui tratados com profundidade, historicidade, simplicidade e que, em

muitos aspectos, são ao mesmo tempo específicos do tema do segmento e universais, pois o espírito que perpassa todas as reflexões se insere na espiritualidade de todas as pessoas que acreditam na construção de uma sociedade profundamente humana, democrática e socialista que são referenciais do Partido Socialista Brasileiro, da Fundação João Mangabeira e da Escola Miguel Arraes.

Gratidão a todas as pessoas que participaram dos três seminários nacionais organizados pela NSB e pela escola Miguel Arraes e que, desta forma, deram a possibilidade de elaborar este material de formação. Gratidão a todas as pessoas que, com suas qualidades técnicas e profissionais, contribuíram na edição do conteúdo e da produção de textos e audiovisuais.

Adriano Sandri

Coordenador da Escola Miguel Arraes



HOMENAGEM ESPECIAL

O Curso de Formação Política da Negritude Socialista Brasileira, composto de três módulos, tendo cada um deles cinco unidades, além de quinze videoaulas, é o resultado da contribuição dos diversos palestrantes que se apresentaram no Seminário Nacional de Formação Política da NSB, idealizado pelo professor Pedro Francisco da Silva Filho (RS), realizado em três encontros, em Brasília. O primeiro aconteceu nos dias 23 a 25 de junho de 2017, o segundo, nos dias 24 a 26 de novembro de 2017, e o terceiro, nos dias 3 a 5 de março de 2018, com a presença de sessenta lideranças nacionais em cada encontro e com transmissão ao vivo para todo Brasil pela TV João Mangabeira, fruto da parceria da NSB com o Partido Socialista Brasileiro, a Fundação João Mangabeira e a Escola Miguel Arraes, tendo como principais objetivos:

a. instrumentalizar o militante socialista negro e não negro com conhecimentos fundamentais

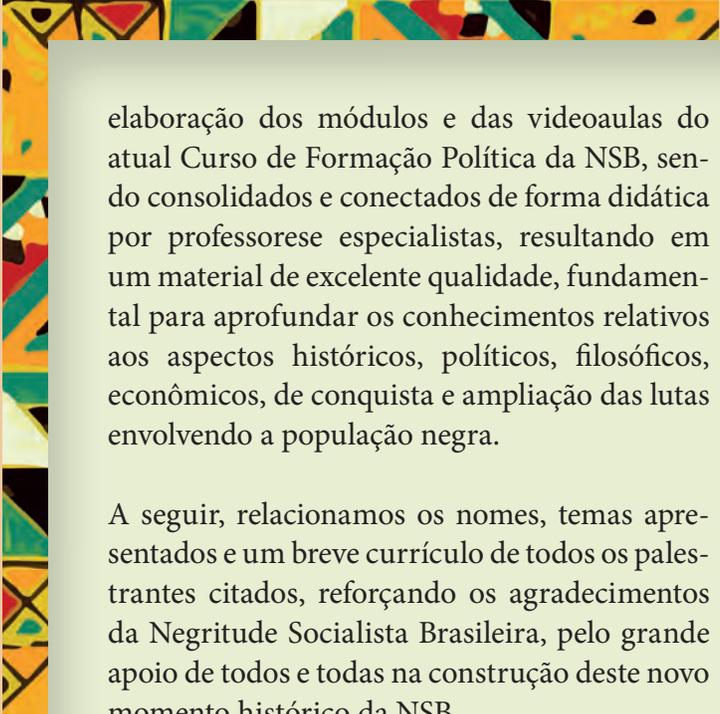
para uma compreensão consistente da realidade política, econômica, eleitoral e social que lhe circundam;

b. ampliar conhecimentos em nível de empoderamento do povo negro;

c. conhecer a estrutura e a formação político-econômica da sociedade brasileira a partir do trabalho escravocrata no qual os ancestrais da população negra foram protagonistas da formação econômica do Brasil;

d. incentivar a população negra a assumir a vida pública como um espaço de poder e participação democrática.

Nestes três eventos, contamos com a contribuição de professores e técnicos com ótima formação acadêmica e vivência na temática, cujos conteúdos desenvolvidos foram utilizados na



elaboração dos módulos e das videoaulas do atual Curso de Formação Política da NSB, sendo consolidados e conectados de forma didática por professores e especialistas, resultando em um material de excelente qualidade, fundamental para aprofundar os conhecimentos relativos aos aspectos históricos, políticos, filosóficos, econômicos, de conquista e ampliação das lutas envolvendo a população negra.

A seguir, relacionamos os nomes, temas apresentados e um breve currículo de todos os palestrantes citados, reforçando os agradecimentos da Negritude Socialista Brasileira, pelo grande apoio de todos e todas na construção deste novo momento histórico da NSB.

Pedro Francisco da Silva Filho



PALESTRANTES



Pedro Francisco da Silva Filho (RS)

Tema: Introdução à Conjuntura Política, História e Filosofia.

Currículo resumido: formado em Filosofia e Sociologia; pós-graduado em Metodologia do Ensino; Supervisão e Orientação Escolar; diretor técnico da FG-TAS – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, assessor parlamentar da assembleia legislativa do RS, músico profissional; coordenador da zonal sul do Instituto Afro Origem – INAO e diretor da Associação de Filosofia do RS.



Valneide Nascimento dos Santos (ES)

Tema: Organização da Negritude.

Currículo resumido: bacharel em Direito, contadora e economista. Secretária nacional da NSB e assessora parlamentar na liderança do PSB do Senado.



Julimaria dos Santos Souza (GO)

Tema: Conjuntura Econômica e Povo Afrodescendente.

Currículo resumido: professora da Faculdade Sul-americana de Goiânia-GO.



Domingos Barbosa Dos Santos (GO)

Tema: Criação do Observatório Latino Americano para a População Afro-Latina Americana.

Currículo resumido: filósofo, professor e secretário executivo da NSB do PSB. Nascido em 21/1/1968, em uma roça próxima ao povoado de Soares, atualmente município de América Dourada - Bahia. Filho de Laurentina Maria dos Santos e José da Silva Barbosa dos Santos.



Gustavo Henrique Araújo Forde (ES)

Tema: Legislação (Lei 10.639/03); Estatuto da Igualdade Racial e Ensino da História da África e do Povo Afro Brasileiro.

Currículo resumido: professor de Matemática, mestrado e doutorado em Educação.



Deputada Estadual Cristina Almeida (AP)

Tema: Cotas do Fundo Partidário para a Política da Promoção da Igualdade Racial - PL nº 160/2013.

Currículo resumido: primeira mulher negra a ter assento na assembleia legislativa do Amapá; lançou o maior projeto de escuta popular do estado, o “gabinete itinerante”. Trabalha em prol das minorias e principalmente do resgate e da valorização da população negra em todas as esferas públicas e privadas, para minimizar os anos de defraudação ocasionada pela escravidão.



José Eustáquio da Silva (MG)

Tema: Cantoria – Afro-brasileiro.

Currículo resumido: cantor e compositor. Filiado a NSB.



Vereador Silvio Humberto (BA)

Tema: O Protagonismo Negro e o Parlamento no Município.

Currículo resumido: vereador pelo 2º mandato mais bem votado na história de Salvador, economista, professor universitário da UEFS e servidor público do município. Fundou o Instituto Cultural Steve Biko, organização que hoje é referência nacional e internacional na promoção educacional de jovens, que contribuiu para o ingresso de milhares de jovens (negros/negras) nas universidades. Em 1999, o instituto foi contemplado com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos.



Lucélia Freire dos Reis (DF)

Tema: Teatro e Dança.

Currículo resumido: administradora, atriz, professora, pesquisadora em dança popular formada em licenciatura plena em Artes Cênicas na Faculdade Dulcina de Moraes. Trabalhou como professora em projetos sociais, priorizando a inclusão de meninos e meninas de rua e comunidades carentes. Coordena oficinas de iniciação teatral, teatro de rua, teatro para portadores de necessidades especiais e projetos de teatro-escola.



Daniel Machado (DF)

Tema: Oficina de Oratória e História.

Currículo resumido: formado em Direito e professor de Filosofia e Oratória.



Renato Casagrande (ES)

Tema: A Importância da Fundação João Mangabeira na Formação dos Segmentos.

Currículo resumido: engenheiro florestal, bacharel em Direito e político brasileiro. Foi governador do Espírito Santo, é o atual presidente da FJM; secretário-geral da Comissão Executiva Nacional do PSB, exerceu cargo de deputado federal e senador da república. Destacou-se na autoria do projeto que acabou com a remuneração aos parlamentares pelas sessões extraordinárias jetons no Congresso Nacional.



Adriano Sandri (DF)

Tema: A Importância da Escola Miguel Arraes na Formação dos Segmentos.

Currículo resumido: diretor da Escola Miguel Arraes.



Mário Theodoro (DF)

Tema: Irromper com a Invisibilidade, Interação com os Espaços Virtuais e Conhecimento da História, Legislação, Engajamento e Movimentos Sociais.

Currículo resumido: graduado em Ciências Econômicas pela UnB, mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em Ciências Econômicas pela Université Paris I – Sorbonne. Entre 2007 e 2010, exerceu o cargo de diretor da Área de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. De 2011 a 2013, foi secretário executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR. É consultor legislativo do Senado Federal.



Messias Junior (PI)

Tema: O Segmento Organizado Dialogando nas Cidades.

Currículo resumido: sociólogo, membro do Diretório Nacional do PSB e da Executiva Estadual do Piauí, filiado ao PSB desde setembro de 1995; coordenador do Movimento de Apoio à Inclusão Social – MAIS.



Jorge Arruda (PE)

Tema: Espiritualidade Holística e Educação.

Currículo resumido: professor, secretário-executivo do Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Étnico Racial (CEPIR) e assessor especial do governador de Pernambuco.



Izete Santos (DF)

Tema: Como Trabalhar o Preconceito e a Discriminação no Ambiente Escolar.

Currículo resumido: pedagoga; especialista em Educação a Distância, docência do Ensino Superior, Orientação e Gestão Educacional, Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar; mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília.



Ivair Santos (SP)

Tema: Conjuntura Econômica, Ocupação dos Espaços de Poder, Superação da Guetização e o Povo Afro Descendente.

Currículo resumido: professor, mestre, doutor em Sociologia, especialista em Relações Internacionais.



Odmar Pérciles Nascimento (ES)

Tema: Introdução à Conjuntura Política, História, Sociologia e Filosofia.

Currículo resumido: professor, sociólogo, mestrando em Sociologia Política (UVV); graduado/licenciado em Ciências Sociais (UFES); pós-graduado em Associativismo & Cooperativismo (UFES); pós-graduado em Manejo da Diversidade Vegetal (UFES); formação em Psicanálise Clínica (SBPC); coordenador da Fundação João Mangabeira – ES; militante e dirigente do PSB; membro do Diretório Nacional do PSB; assessor político do deputado estadual Bruno Lamas (PSB-ES).



Deputada Federal Janete Capiberibe (AP)

Tema: A Organização da NSB nos Estados.

Currículo resumido: deputada federal no 4º mandato na Câmara dos Deputados. É defensora dos Direitos Humanos, especialmente das comunidades de quilombo. Militante socialista desde a juventude, exilada pela Ditadura em 1971, voltou ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia. Em 1988 foi eleita vereadora de Macapá e, em 1990, deputada estadual, reeleita duas vezes. Autora da Lei de Proteção da Biodiversidade do Amapá, da Lei estadual da Bolsa Família Cidadã e da lei federal de prevenção ao escarpelamento das mulheres ribeirinhas.



Clemilda Santiago (PR)

Tema: Quilombolas.

Currículo resumido: historiadora e especialista em Educação Patrimonial.



Dr. Carlos Siqueira (DF)

Tema: Bandeiras Históricas da NSB, Tecnologia, Ciência, Poder, Postura Política e Pedagógica.

Currículo resumido: presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Conselho Curador da Fundação João Mangabeira (FJM), membro fundador dos segmentos organizados do PSB Nacional e luta incansavelmente pelo fortalecimento da base. Entre 2007 e 2014, foi presidente da FJM. Como advogado militou na defesa dos Direitos Humanos por intermédio do GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares) e da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco.



Jackson Bueno da Conceição (MG)

Tema: Mídias Sociais na Atualidade.

Currículo resumido: graduado em Relações Internacionais; graduado em Jornalismo; graduando em Direito; especialista em Planejamento e Conservação Ambiental.



Cleide Soares (DF)

Tema: Quilombolas e Arte das Letras.

Currículo resumido: bibliotecária, especialista em Gestão Cultural e mestre em Ciência da Informação, coordenadora de ações culturais do MDA, onde criou o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras e implantou mais de 10 mil bibliotecas no Brasil e no exterior; coordenadora de missões culturais internacionais de bibliotecas no Timor-Leste, em Cuba, em Moçambique, no Peru, na Colômbia, na Venezuela, no México e no Vietnã; consultora do Sebrae Nacional e do Sebrae DF. Chefe da biblioteca Paulo Bertran, da Câmara Legislativa do DF, e coordenadora do Movimento Continental Grito do Livro. Destaque entre os cinco melhores gestores públicos em cidadania, concedido pela FGV, pela Fundação Ford e pelo BNDES.



Fábio Francisco Esteves (DF)

Tema: Negros e Negras na Academia.

Currículo resumido: graduado em Direito pela UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especialista em Direito Público pela Universidade Gama Filho, mestre em Direito pela UnB, doutorando em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, juiz de direito do TJDF e professor de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Distrito Federal.



Rosângela da Silva (MG)

Tema: Gênero e Relações Étnicas Raciais.

Currículo resumido: geógrafa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pós-graduada em Gestão Pública e pós-Graduanda em Meio Ambiente e Sustentabilidade. Foi coordenadora municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Belo Horizonte, membro do Conselho Municipal de Cultura e coordenadora municipal de Juventude. Tem experiência em implantação de políticas públicas e desenvolvimento de programas sociais na área pública e no terceiro setor.



Gianmarco Loures Ferreira (DF)

Tema: Apresentação do Livro: a Lei de Cotas no Serviço Público Federal.

Currículo resumido: procurador do estado de Minas Gerais, especialista em Direito Constitucional, mestre e doutorando em Direito, Estado e Constituição pela UnB, com foco em Direito e Relações Raciais. É membro do Maré – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro; pesquisador do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil – MeCA-CB e membro do OJALA – Observatório de Justiça para Afro-latino-americanos.



Alberto Farias Gavini Filho (ES)

Tema: Planejamento Estratégico.

Currículo resumido: graduado em Administração pela Faculdade Espírito Santense de Administração (FAESA), pós-graduado em Educação Escolar pelo Centro de pós-graduação, especialização e Cultura (CEPEC/FAESA); pós-graduado em Associativismo e Cooperativismo pela Universidade Federal do ES (UFES); MBA em Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais pelo Centro Paula Souza de SP; mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal – Instituto de Ciências da Educação.



José Antônio Rufino (PE)

Tema: Extermínio da Juventude Negra – Soluções Emergenciais.

Currículo resumido: mestre em Teoria Literária pela UFPE, pesquisador do CNPq; gerente de igualdade racial do paulista – PE; secretário do diretório municipal do PSB/NSB do paulista, secretário de comunicação da executiva estadual de PE PSB/NSB, coordenador do Movimento Negro Unificado-PE e professor da rede estadual de ensino de Pernambuco.



Ivanilda Mathias Gentle (PB)

Tema: Mulher no Poder e no Mercado de Trabalho.

Currículo resumido: secretária Nacional de Mulheres Negras do PSB/NSB; secretária estadual da NSB/PB; assistente social e professora de serviço social; com especialização em movimentos Sociais; especialização em Educação Profissional; especialização em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania; mestranda em Educação; diretora-geral do Campus Avançado Areia do IFPB.



Victor Nunes (DF)

Tema: Juventude Negra.

Currículo resumido: graduado em Letras, e graduando de Ciências Sociais na Universidade de Brasília. Formado como educador de rua pelo Centro Cultural de Brasília, educador social pelo Projeto Giração, no acolhimento e atendimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua que viviam na rodoviária do Plano Piloto. É um dos fundadores do afro-Atitude, movimento social de negritude da UnB e do Nosso Coletivo Negro. Foi conselheiro tutelar em Brasília e atualmente é subsecretário de igualdade racial no governo de Brasília.



**SOCIALISMO
E NEGRITUDE**

“Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fora mandamento inelutável. Confiamos na idoneidade e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida, fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim, reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado.”

Abdias do Nascimento.

O **socialismo** é um sistema de cunho social e político, além de econômico, oriundo do processo crítico que apontou as falhas no modelo capitalista, principalmente no que se refere ao acirramento das desigualdades sociais e empobrecimento do proletariado, apontado por pensadores como Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895) e, mais tarde, Vladimir Ilych Lênin (1870-1924), notadamente a exclusão social e a exploração do proletariado pelos detentores dos fatores de produção.

Assim, o socialismo surge em oposição à filosofia liberal capitalista, fruto das doutrinas de Adam Smith, que defendia que a harmonia social seria alcançada por meio da liberdade de mercado, aliando-se à perseguição do interesse privado dos agentes econômicos, o que normalmente resulta na concentração demasiada dos fatores de produção e riqueza nas mãos de poucos, gerando lutas de classes, injustiças sociais e, conseqüentemente, a marginalização das classes menos favorecidas e o aparecimento dos párias sociais.

Dessa forma, a base do Socialismo Científico idealizado por Marx está na proteção dos segmentos sociais marginalizados, minoritários e, conseqüentemente, excluídos do processo de produção e repartição de riquezas do modelo liberal. De acordo com a teoria marxista, a revolução socialista seria o meio pelo qual os

trabalhadores tomariam o poder, eliminando a propriedade privada e socializando os meios de produção (terras e fábricas). Com a implantação do comunismo, logo após a ditadura do proletariado, seriam eliminadas as desigualdades econômicas e sociais.

Já o Socialismo Democrático é uma corrente ideológica que surge a partir das ideias libertárias de John Stuart Mill, descrito na obra *Chapters on Socialism* (1879) cuja característica mais importante é a defesa de uma via eleitoral, pensando o socialismo de modo reformista ou evolucionista, baseado numa economia democrática descentralizada a partir de movimentos populares, liderados pela classe trabalhadora.

Segundo Mill, a destruição violenta de instituições políticas – que, no seu vocabulário, equivale à revolução, só se justificaria em dois casos: o primeiro deles seria nos casos de “opressão e tirania”; e o segundo, nos casos em que “o sistema de governo não permitisse que a reparação de injustiças fosse buscada por meios pacíficos e legais”.

Em assim sendo, é fundamental não confundir Socialismo Democrático com social-democracia. Embora os dois termos sejam muito confundidos e utilizados para o mesmo fim, os seguidores de cada doutrina ideológica não se igualam e rejeitam a outra corrente. Os primeiros

são contrários à social-democracia porque ela mantém o modo de produção capitalista. Os segundos rejeitam o Socialismo Democrático porque não se reconhecem como socialistas.

O movimento da negritude, no sentido de luta em favor do resgate da identidade cultural do povo negro, surgiu nos Estados Unidos, passou pelas Antilhas, em seguida atingiu a Europa, chegando à França, onde adquiriu corpo e foi sistematizado. Por isso, o termo está intimamente associado ao trabalho reivindicativo de um grupo de estudantes africanos em Paris, no princípio da década de 1930.

Depois, o movimento expandiu-se por toda a África Subsaariana e as Américas, inclusive o Brasil, onde, a partir do final da década de 1970, a negritude tornou-se sinônimo de um processo mais amplo de tomada de consciência racial do negro brasileiro.

A negritude no Brasil veio, não só, enaltecer a história, cultura e raça negra, que foi desvalorizada pelos os colonizadores, assim como surge com o intuito de recuperar a dignidade e a personalidade do homem africano, e por isso negritude é um movimento político, pois, trata assuntos que estão presentes na realidade do povo negro.

Como movimento social, a **negritude** recebeu grande influência ideológica do marxismo, po-

dendo mesmo se dizer que o marxismo constituiu instrumental teórico fundamental no despertar da necessidade de uma consciência negra crítica e autônoma.

Abordar a temática negritude contextualizada na visão política do socialismo é, antes de tudo, como já citado anteriormente, recordar os princípios do socialismo que, oriundos entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, no contexto da Primeira Revolução Industrial, adotou como princípio político e econômico ideais de transformação da sociedade por meio da distribuição de riquezas e propriedades menos desiguais, na perspectiva de reduzir ou erradicar a distância entre ricos e pobres.

A visão política e econômica do socialismo contempla a população negra que, desde o movimento abolicionista, vem lutando por uma sociedade mais justa. Passados mais de 130 anos, a luta por um tratamento igualitário, dignidade e acesso a direitos universais inerentes ao ser humano continua.

É no campo das ideias socialistas que a negritude brasileira se envereda na busca pela concretude da tão falada cidadania plena, no exercício dos deveres, no exercício edificador do trabalho e, em contrapartida, no gozo da educação, moradia, saúde, lazer, cultura e segurança de qualidades.

Tal qual em grupos sociais tidos como “minorias”, utiliza-se a justificativa do “mais forte” ou da dita “maioria” para embasar a negação aos direitos e espaços ao povo negro, conforme destaca Vicente (2010, p.17): “A cor negra da pele de homens e mulheres, assim como sua raça e cultura própria, foram motivos de crueldade humana e de barbárie que mancharam e continuam manchando a dignidade da humanidade”.

Pautados pelo anseio de uma sociedade paritária, a negritude socialista adentra um patamar de busca da conservação dos direitos, bem como a construção de novos. Para tal, o povo negro ampara-se nos princípios fundamentais da Constituição Brasileira, tomando por base um Brasil multicultural e plural, visando também à desconstrução de estereótipos atrelados à cor da pele e outras formas de discriminação.

A importância de um contexto social de equivalência e respeito à diversidade, direitos e deveres, no tocante aos afrodescendentes, passa pelo reconhecimento da contribuição da raça negra na formação cultural, populacional e no desenvolvimento da economia brasileira. Os afro-socialistas vivenciam diuturnamente a busca pelo diálogo com vários movimentos e setores da sociedade, numa perspectiva de conquistar mentes e corações na defesa de um projeto coletivo em que, juntos, possam construir espaços que promovam o desenvolvimento de cada indivíduo e de toda a sociedade brasileira.

Concatenar esforços para contemplar as diferentes demandas perpassa pelo anseio, também comum à população negra, da oferta de uma formação educacional de qualidade e libertadora, em qualquer modalidade ou nível educacional visando à formação para a vida e para o mundo do trabalho.

A Negritude Socialista, na busca do seu protagonismo político, econômico e social, tem trilhado um caminho em defesa da organização dos negros e negras deste país, vislumbrando a erradicação das desigualdades sociais, por entender que essas desigualdades no Brasil têm cor, sendo um desafio a ser enfrentado pela população de afrodescendentes.

O empoderamento e atuação de negras e negros na política é essencial, uma vez que a possibilidade de os afrodescendentes serem vítimas de discriminação ou preconceito étnico-racial, seja no ambiente escolar, no acesso aos serviços de saúde, numa abordagem policial e nos templos religiosos, é maior que o de uma pessoa branca.

A discriminação a esta parcela da sociedade reflete em dados coletados pelo governo brasileiro e UNESCO e citados por Palhares (2017), em matéria veiculada no jornal *Estado de São Paulo*:

Os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população brasileira e estão entre as maiores vítimas de homi-

cídios. Dados do Atlas da Violência de 2017 mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 era jovem (54,1%). Entre as vítimas, 71% eram negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino.

Os índices acima devem ser combatidos através de práticas legislativas e executivas norteadas por políticas públicas de fomento ao desenvolvimento humano preceituadas na Constituição Brasileira.

A importância da ação política afrodescendente para mudar ou dirimir ataques, hábitos e costumes referentes à população negra brasileira pode ter como divisor a Constituição Brasileira, ao colocar a inafançabilidade e imprescritibilidade do crime de racismo, adiante o artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, que trata sobre a injúria racial, e a Lei nº 7.716/1989, que versa sobre o crime de racismo.

O consenso (educação) e a coerção (aplicação da Lei) são as vias que possibilitam a mudança para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática (KARNAL, 2015).

Norteados pelo pressuposto acima, admitindo o progresso, mas reconhecendo que ainda há muito o que fazer, a luta dos afro-socialistas continua sendo por acesso e permanência da educação pública, emprego, igualdade salarial e de gêneros, pelo fim da intolerância religiosa e todas as formas de desigualdades sociais, enfim, pelo respeito e dignidade às pessoas.



Bibliografia

ALMEIDA FILHO, Joel. *Aulas de Direito Económico, Fascículo I – Introdução ao Direito Económico, Dundo, 2015.*

DALAQUA, Gustavo Hessmann. *Socialismo democrático e conflito em J. S. Mill. Dossiê ética e política – Vol. 2, Sofia, Vitória, V.6, n.2, p. 58-72, jul. /dez. 2017.*

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.*

FERNÁNDEZ, Ezequiel. *La negritud como pensamiento y posición. Centro de Estudios Filosóficos y Teológicos, Córdoba, 2012. Disponível em <https://www.academia.edu/> Acesso em 02/ago/2018.*

MELLO, Fabrício Cardoso de. *Socialismo, modernidade e identidade regional em Mariátegui, Senghor e Nkrumah, Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 31, n° 92, 2016.*

SILVA. Michel Goulart da. *Revolução e socialismo: notas teóricas. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2016. Disponível em <https://www.academia.edu/> Acesso em 02/ago/2018.*

KARNAL, Leandro. *Essencialidade da democracia para vencer a corrupção. Transcrição de palestra AUGUSTO, Antônio Rodrigues de Lemos. 2015. Disponível em: <http://www.ammp.com.br/artigos/leandro-karnal-a-essencialidade-da-democracia-para-vencer-a-corrupcao/4501> acesso em 07/08/2018*

PALHARES, Isabela. *Ser negra dobra risco de morte de jovem. Jornal O Estado de São Paulo, 11 de Dezembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ser-negra-dobra-risco-de-morte-de-jovem,70002115406> acesso em 07/08/2018.*

VICENTE, J. *A Negritude e a Liberdade In: Mundo Jovem: Um Jornal de Ideias, Porto Alegre, n° 412, ano 48, p. 17, 2010.*



ESTRUTURA DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA NEGRITUDE SOCIALISTA BRASILEIRA

O Curso de Formação Política da Negritude Socialista Brasileira está estruturado no formato de três módulos. Cada módulo é composto por cinco unidades didáticas, que se abrem em diversos subtemas conectados ao tema central. Cada unidade foi moldada e transformada em vídeoaula, totalizando quinze. A seguir a estrutura dos Módulos Instrucionais:

MÓDULO I ANÁLISE HISTÓRICA, FILOSÓFICA, POLÍTICA E ECONÔMICA

Sinopse

Este módulo apresenta a realidade histórica do povo negro, sua construção política e social para alcançar espaços em ambientes agressivos, por meio de conquistas como a cota racial e a proposição de políticas públicas e privadas de igualdade e o empenho na aprovação dos marcos legais que possam garantir a perenidade das conquistas.

Unidade I

Análise Histórica e Política do Povo Negro

Unidade II

Povo Negro no Brasil

Unidade III

Aspectos Filosóficos e Políticos da Negritude

Unidade IV

Políticas Públicas de Igualdade Racial

Unidade V

Normativas Fundamentais

MÓDULO II ESPAÇOS DE PODER E ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Sinopse

Este módulo apresenta posições de identidade do povo negro, sua capacidade de ocupar espaços na sociedade em todas as suas áreas, sendo fiel a suas origens, costumes e tradições, por meio do associativismo inovador e de posturas de enfrentamento a todo tipo de violência, em particular a racial.

Unidade I
Superação da Guetização

Unidade II
Engajamento nos Movimentos Sociais e Políticos

Unidade III
Religião e Espiritualidade

Unidade IV
Organização da Negritude

Unidade V
Enfrentamento Permanente ao Racismo

MÓDULO III EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Sinopse

Este módulo apresenta a educação como pilar na conquista do protagonismo negro e da liberdade total, por meio da empregabilidade e empreendedorismo inovador, levando a negritude a fazer uso de mecanismos de planejamento e luta, para a plena prática da cidadania e do desenvolvimento humano, além de se preparar para os enfrentamentos futuros.

Unidade I
Protagonismo Negro

Unidade II
Educação Libertadora

Unidade III
Educação Profissional, Inovação e
Empreendedorismo

Unidade IV
Planejar para Conquistar

Unidade V
Desafios da Negritude

SU MÁ RIO

MÓDULO III

UNIDADE I PROTAGONISMO NEGRO

- 42** 1. Introdução
- 43** 2. A Gênese
- 47** 3. Uma história sem fim
- 49** 4. Negros protagonistas de nossa história - 40 Exemplos
- 64** 5. Reflexão
- 65** Bibliografia





UNIDADE II EDUCAÇÃO LIBERTADORA

- 70 1. Introdução
- 71 2. População negra e educação formal: breve panorama
- 74 3. Que é educação libertadora?
- 77 4. Quem foi Paulo Freire
- 78 5. Contextualização da Educação como prática libertadora
- 79 6. A Educação das Relações Étnico-Raciais
- 80 7. A Lei nº 10.639/2003
- 83 8. Contextualizando a Educação negra no Brasil
- 87 9. Uma história pessoal
- 88 10. A Educação que queremos
- 91 11. A Educação libertadora que se pretende
- 94 12. Reflexão
- 96 13. Bibliografia

UNIDADE III EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

- 100 1. Introdução
- 101 2. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
- 104 3. A Educação Profissional
- 107 4. Educação empreendedora e as inovações tecnológicas
- 111 5. A Educação Profissional e Tecnológica na formação de Empreendedores
- 112 6. O perfil do empreendedor negro no Brasil
- 116 7. Programa de Apoio a Empreendedores Afro-Brasileiros
- 119 8. Reflexão
- 120 9. Bibliografia



UNIDADE IV

PLANEJAR PARA CONQUISTAR

- 124** 1. Introdução
- 127** 2. Afro-humanidade
- 129** 3. Exemplos de empreendimentos de sucesso da Afro-humanidade
- 133** 4. A importância do planejamento
- 135** 5. O que é planejamento?
- 136** 6. Organização Pessoal
- 139** 7. A conquista do sucesso
- 142** 8. Reflexão
- 144** Bibliografia



UNIDADE V

DESAFIOS DA NEGRITUDE

- 148** 1. Introdução
- 150** 2. Contextualização
- 152** 3. Reconhecimento
- 158** 4. Desenvolvimento
- 161** 5. Direito e desenvolvimento
- 165** 6. Percepção sobre os Direitos Humanos no Brasil
- 168** 7. O desafio da Negritude
- 172** Bibliografia

Bico-de-chumbo-africano
Euodice cantans







PROTAGONISMO
NEGRO

1. Introdução

Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada. Por mais que o desenho tenha sido feito de lápis e que seja de boa qualidade a borracha, o papel vai sempre guardar o relevo das letras escritas. Não, senhor, ninguém pode apagar as palavras que eu escrevi.

(Carolina Maria de Jesus).

Após 130 anos da abolição da escravidão, tratar sobre o protagonismo negro no cenário brasileiro, aparentaria *a priori* uma comemoração de treze décadas do “fim” da escravidão imposta aos nossos ancestrais, cujo processo resultou numa cisão entre os recém-forros que, buscando autonomia, geraram uma população relegada ao ostracismo, sujeitos sociais desafortunados, mo-

rando em pocilgas, cortiços e favelas; e os outros, que, por receio de enfrentar os desafios, optaram por continuar a serviço da casa grande.

Inicialmente, é importante colocar que o protagonista de uma história é o indivíduo consciente e participativo que ocupa a liderança ou posição de destaque na construção dos sujeitos coletivos. Então, discorrer sobre o protagonismo afro-brasileiro é conscientizar-se da luta de negros e negras desde o movimento abolicionista, mesmo em um país permeado por uma pseudodemocracia racial entre autodeclarados brancos e negros. Continuar o discurso de Gilberto Freyre acerca dessa convivência harmoniosa é manter um discurso falacioso que arruína e camufla a relação entre indivíduos neste país há séculos.



2. A Gênese

A luta pelo fim da escravidão inicia-se com o movimento abolicionista encetado pelos negros escravizados em prol da sua emancipação, mas que foi silenciada na história ao longo dos anos.

Desde o fim do sistema escravista, o povo negro brasileiro convive em constante luta, pois a abolição oficialmente só foi decretada no fim de um regime imperial em decadência, que precisava de um ato simbólico que recolocasse o país numa situação de destaque perante a Inglaterra, país este que tinha interesse em manter relações econômicas com Brasil e, o pressionava, pelo fim da escravidão uma vez que essa propositura constava no Tratado de Aliança e Amizade, assinado por D. João VI, no ano de 1810. A relação econômica exigia que o país aderisse pautas da abolição da mesma forma como outros países que já tinham abolido a escravidão. A relação estava estremecida por ainda manter o regime de privação da liberdade do povo negro. Esse fato forçou o Brasil a defender a abolição camuflando os reais motivos para os nativos que aqui estavam. O que se constata é que, desde os tempos do Brasil-colônia, os interesses da classe dominante sempre estiveram acima dos interesses da população. A elite de plantão, branca, de descendência ocidental, decretava e decreta leis, com o único objetivo de

criar novas benesses para se perpetuar no poder.

Para tanto, e como forma de ocultar cada vez mais, como se deu o fim do regime a que eram submetidos os africanos transplantados e escravizados, foi silenciada a participação da população negra nas lutas por independência e pela erradicação da escravidão no Brasil. Uma parcela dos intelectuais, a exemplos de historiadores coloniais, contaram a história passada a partir da versão dominante da história, de modo a silenciar as histórias de resistência. Essas histórias vivas desse passado da população afrodescendente sem escrita ficou gravada na resistência oral e corporal, a exemplo da cultura.

O silenciamento do envolvimento de negros e negras na história da abolição contribuiu para a construção, no imaginário da população afro-brasileira, de um sentimento de gratidão ao povo branco, iconizado por uma princesa que bondosamente declarou livre os negros. Os ancestrais não foram alforriados unicamente pela benevolência da regente, e sim, pela organização, perseverança e luta pela conquista de sua liberdade. Entretanto, os movimentos negros e alguns pesquisadores contemporâneos vêm desconstruindo essa imagem, com a produção de acervos bibliográficos, difundindo a organização e o engajamento do povo negro pelo fim da escravidão no século XIX e, reconstruindo a história desse povo na luta:



“As pesquisas em arquivos, aliadas a uma mudança do enfoque temático, têm sido fundamentais e vêm direcionando, nos últimos anos, o estudo da escravidão para aqueles agentes sociais que até então estiveram silenciados na nossa história: escravos e forros” (PIRES, 2003, p. 21).

No início do século passado, e em escala reduzida na atualidade, aprendeu-se, em sala de aula, que: “graças à Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, os ancestrais afro descendentes foram alforriados”. Essa invisibilidade da resistência do povo negro pelo fim da escravidão negou o protagonismo histórico de luta e resistência, dando margem à construção da ideia, que os negros e as negras, eram conformados com a situação, alienados, submissos, passivos, limitados mentalmente, despidos de conceitos de classe, inferiores. De fato, a luta foi diária, iniciada desde a chegada dos africanos nas terras dos seus “donos” e se fortalece com as fugas para as florestas, fomentando o aparecimento dos quilombos, etc.

“Desde os primeiros anos do tráfico negreiro, ainda em meado do século XVI, os quilombos, as fugas em massa, os assaltos às fazendas, as revoltas individuais e coletivas, e as tentativas de insurreições fizeram parte de todo o arcabouço de resistência que compreendia o comportamento do negro dentro do sistema escravista” (PIRES, 2014; p.2).

Todavia, estudos recentes têm evidenciado a organização da população negra escravizada no enfrentamento ao sistema escravocrata, como também, o apoio de negros, que já haviam comprados suas cartas de alforria, e de uma parcela de jovens brancos, que ingressaram no movimento por conhecerem países como a França que diferentemente do Brasil, já tinha erradicado o regime escravocrata. Na história sobre a luta antiescravista na França, evidencia-se, por volta de 1794, a forte organização do povo negro em defesa da eliminação do sistema escravista.

“Na historiografia, é possível identificar duas posturas diferentes no que se refere à avaliação do modo de execução da abolição de 1794. De um lado, autores como Cyril James e Jacob Gorender focalizaram o ponto de vista dos agentes da França (em especial, Toussaint Louverture), que modularam a atribuição da liberdade aos antigos escravos para atender aos imperativos de produção e, com isso, contemplar o interesse mais amplo daqueles territórios. De outro, historiadores como Carolyn Fick e Laurent Dubois dedicaram-se a recuperar o ponto de vista das massas de antigos escravos e sua insatisfação diante das condições bastante

estritas em que a sua liberdade era reconhecida. [...] a luta antiescravista encontrava um contexto privilegiado para superar as barreiras que haviam permitido manter, desde o início da Revolução, o tráfico e a escravidão” (SAES: 2013, 125-126).

46 Para o povo brasileiro, a história que, inicialmente, não discorreu sobre a organização do movimento abolicionista, não deixou evidente a organização mantida pela população negra, no tocante ao combate ao regime de escravidão. Por outro lado, também, não ficou explicitado como se deu o processo da escravidão, pois este só foi possível constatar em vários livros que ao abordarem a temática, iniciam relatando o sofrimento nos porões dos navios negreiros que transportavam os africanos, em seu país de origem, eram pessoas da nobreza:

“O advento do regime escravocrata no Brasil ocasionou a deportação de membros de elites africanas – prisioneiros de guerra – vendidos como escravos, que tentaram reconstruir na diáspora suas formações políticas e religiosas” (SOARES: 2006, 93 apud SCHWARCZ, 1999).

Os africanos escravizados buscaram de várias formas se livrar do regime de escravidão, lutaram contra os capitães do mato e contra aqueles que

os que impediam de sair da condição de escravo. Foi um processo violento, no qual muitos tombaram sem vida, outros foram esquarterados para impor medo aos que sobreviviam. Porém, a resistência desse povo foi além: percebia-se que a cada ação de opressão, o movimento se fortalecia e contra-atacavam, partiam para confronto com aqueles que os “dominavam”:

“A fuga não foi a única estratégia de resistência à escravidão. No vale do Guaporé, registra-se também o assassinato de donos de escravos. Para exemplificar tais processos sociais de resistência, podemos nos referir ao ofício datado de 5 de abril de 1773, assinado pelo governador da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, comunicando o assassinato de Manoel José Pinto pelos seus escravos” (Farias Júnior: 2011, 88).

Além de não relatar as formas pelas quais os africanos se tornaram escravos, a maioria dos historiadores também não abordou a luta desse povo pelo fim da escravidão. A ação protagonista destes afro-brasileiros agregou parte importante da construção histórica e cultural do povo brasileiro.

3. Uma história sem fim

Por longo período, a historiografia limitou-se a dar os créditos da luta pelo fim da escravidão no Brasil aos políticos que compunham o parlamento nacional, aquela época, e à realeza monárquica, ao invés de lançar luzes sobre aqueles que verdadeiramente participaram a busca de sua verdadeira liberdade.

Entretanto, uma nova corrente acadêmica destaca como a abolição da escravatura, apesar de ser considerada um dos capítulos centrais da história do Brasil, deixou para a população negra um legado doloroso.

Contra a ideia de celebração da data de 13 de maio, o movimento negro promove, principalmente depois da década de 70, um debate crítico sobre a abolição. “Não é celebração, é uma lembrança, um destaque, porque são 130 anos de violações de direitos”, declarou a socióloga Vilma Reis, Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

“Por que não se comemora a abolição? Porque é um momento de reflexão crítica dolorosa, no sentido de que falar sobre a abolição é falar sobre uma cidadania que nunca se completou, que nunca foi efetivamente para a população negra em termos coletivos”, responde Ana Flávia Ma-

galhães, doutora em História pela Unicamp e professora da Universidade de Brasília (UnB).

Livres no papel, os negros recém-libertos enfrentaram o desafio de desemprego, falta de moradia, acesso à saúde, educação e outras políticas públicas, o contrário do que ocorreu com os ex-proprietários de escravos, que, mesmo antes da sanção da lei Áurea, já tinham a garantia de que seriam indenizados pela perda da posse dos trabalhadores, quando foi assinada a Lei do Ventre Livre.

Os negros recém-libertos saíram das senzalas sem que nenhuma política de indenização os acolhesse. Alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco, defenderam mudanças na chamada Lei de Terras, que excluía os escravos da distribuição de propriedades no pós-abolição. A luta pela terra, no entanto, persiste até os dias atuais com o processo de titulação das áreas pertencentes a comunidades quilombolas.

Em 1890, o Censo brasileiro indicava que os não brancos correspondiam a 56% da população brasileira, estimada em 14,3 milhões de pessoas, conforme dados apurados na tese de Ana Flávia. Mesmo sendo maioria, a população negra foi marginalizada e obrigada a viver e trabalhar em

condições precárias, quadro que, 130 anos depois, ainda não foi alterado de forma efetiva.

“É importante a gente pensar nos abolicionistas lá do século XIX e o que a gente está enfrentando aqui hoje. Essa situação hoje é lastimável, de um racismo atemporal que se organiza no Brasil e que muita gente que está no topo do comando político tem ojeriza de sequer citar esse debate, quanto mais enfrentar o que essa situação de exclusão histórica produziu e impactou no projeto de vida da coletividade negra do país”, critica Vilma Reis.

É uma verdadeira história sem fim: a luta por reparação e respeito continua viva, pois, não se pode

dormir em berço esplêndido enquanto um negro ou uma negra tiver seu direito violado pela questão da cor.



4. Negros protagonistas de nossa história - 40 exemplos

Mulheres e homens negros contribuíram para a construção do Brasil, mas foram esquecidos. São guerreiros, profissionais liberais, artistas, atletas, ativistas políticos, entre outros, que fizeram a diferença no país.

Escolhemos 40 personalidades negras brasileiras que marcaram a história do país. Para não sermos repetitivos, não incluímos os heróis e heroínas reverenciados nas Unidades 1 e 2 do Módulo I, nomeadamente: Abdias do Nascimento, Aqualtune, Cruz e Souza, Dandara, Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar, João Cândido, o “Almirante Negro”, Luíza Mahin, Tereza de Benguela e Zumbi dos Palmares.

Esta lista poderia ter outros 40 nomes. Ou mais 40 mil nomes. A intenção foi apenas inspirar e fazer com que os 115 milhões de afrodescendentes deste país se fizessem representados na figura de 40 personalidades de nossa história. Eis a lista:

1. ADHEMAR FERREIRA DA SILVA, ATLETA - (1927 - 2001)

Foi o primeiro bicampeão olímpico do país. Conquistou as medalhas de ouro no salto triplo nos Jogos de Helsinque 1952 e de Melbourne 1956. Em 2012, foi imortalizado no *hall da Fama do Atletismo*. Ele é o único brasileiro a representar o país no salão da Federação Internacional de Atletismo (IAAF), criado como parte das celebrações pelo centenário da instituição.

49



Figura 1: Adhemar Ferreira da Silva

2. ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO, EX-GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO (1991-1994)

Formado em engenharia pela Universidade Federal do Espírito Santo, nasceu no povoado de Morro de Argolas na zona portuária de Vila Velha. Antes de ingressar no ensino superior, trabalhou como vendedor ambulante, comerciante e peão de pedreira com passagem pelo Atlético de Vitória, onde foi jogador de futebol. Ao lado de Alceu Collares, foi um dos primeiros governadores negros da história do país.

3. ALCEU COLLARES, EX-GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL (1991-1994)

O advogado Alceu Collares também foi deputado federal por cinco mandatos e prefeito de Porto Alegre entre 1986 e 1989.

4. ALEIJADINHO, ESCULTOR E ARQUITETO (1738 [?]-1814)

50

Filho de um arquiteto português e de sua escrava, Antônio Francisco de Lisboa foi alforriado pelo pai. Cresceu num ambiente de arte e recebeu educação formal junto aos seus meios-irmãos. Por ser pardo ou mulato nem sempre recebia o que lhe correspondia por suas obras e muitas peças não podem ter a autoria confirmada por carecerem de contrato. Mesmo assim foi encarregado de várias obras importantes das ordens religiosas mais ricas da região das Minas Gerais. Suas obras estão em cidades como Congonhas, Mariana e Sabará e em vários museus brasileiros. Desenvolveu uma doença degenerativa que o fez perder (ou paralisar) os dedos das mãos e dos pés. Mesmo gravemente enfermo não parou de trabalhar e imprimiu às suas criações um estilo inconfundível sendo reconhecido como grande mestre barroco do período.

5. ANDRÉ REBOUÇAS, ENGENHEIRO E DEPUTADO GERAL NO IMPÉRIO (1838 - 1898)

Foi inventor, abolicionista e monarquista. Foi exilado junto com a família imperial no golpe de 15 de novembro de 1889. Ele passou seus últimos seis anos trabalhando pelo desenvolvimento de alguns países africanos.

6. ANTONIETA DE BARROS (1901-1952) - PROFESSORA, JORNALISTA E DEPUTADA

Natural de Santa Catarina, Antonieta de Barros foi professora e dedicou toda a sua vida ao ensino. De igual maneira, fundou jornais *nos quais* defendia ideias feministas. Na década de 30, entrou na política e foi a primeira deputada estadual negra do país e primeira deputada mulher do estado de Santa Catarina. Igualmente, foi eleita em 1934 pelo Partido Liberal Catarinense na assembleia que redigiria a nova Constituição. Este-

ve nas comissões que relatariam os capítulos Educação e Cultura e Funcionalismo. Integrou a assembleia legislativa catarinense até 1937, quando teve início a ditadura do Estado Novo. Posteriormente, voltou a se dedicar ao magistério ocupando cargos de direção em diversas escolas.



Figura 2: Antonieta de Barros

7. BENEDITA DA SILVA

Foi a 59ª governadora do Rio de Janeiro e atualmente é deputada federal. Possui curso de formação em auxiliar de enfermagem e diploma de graduação em Serviço Social.



Figura 3: Carolina de Jesus

8. CAROLINA DE JESUS, ESCRITORA (1914-1977)

Nascida na cidade de Sacramento (MG), Carolina Maria de Jesus frequentou a escola somente por dois anos. Em busca de uma vida melhor, foi para São Paulo onde viveu na favela de Canindé e sustentava os três filhos vendendo papel e ferro. Na década de 60, a favela seria deslocada por conta da especulação imobiliária, e Carolina narra o cotidiano do lugar

num diário. Ali conta as mazelas e a luta pela sobrevivência numa linguagem crua, mas poética. O jornalista Audálio Dantas, da Folha da Noite, que cobria a ação do governo, ajuda Carolina a publicar suas anotações. O livro foi lançado com o título “Quarto de Despejo”. A publicação torna-se um sucesso imediato e é traduzida para 29 idiomas. Posteriormente publicou “A Continuação”, em que descreve o lugar da mulher negra dentro da sociedade brasileira, e “Provérbios”. Sua biografia foi publicada postumamente, em 1986, como “Diário de Bitita”.

9. DAIANE DOS SANTOS, GINASTA

52

Daiane foi a primeira ginasta brasileira, entre homens e mulheres, a conquistar uma medalha de ouro em uma edição do Campeonato Mundial. Fez parte da primeira seleção brasileira completa a disputar uma edição olímpica – nos Jogos de Atenas –, repetindo a presença nas edições seguintes, nas Olimpíadas de Pequim e Olimpíadas de Londres. Daiane possui ainda dois movimentos nomeados após ser a primeira ginasta no mundo a realizá-los: o duplo *twist* carpado, ou Dos Santos I, e a evolução deste primeiro: o duplo *twist* esticado, ou Dos Santos II.

10. DJAVAN CAETANO VIANA, CANTOR E COMPOSITOR

Nasceu em Maceió em 27 de janeiro de 1949. Cantor, compositor, produtor musical e violonista. Em 2015, Djavan recebe um Grammy Latino pelo conjunto da obra. Em 2016, foi indicado ao Grammy Latino de Gravação do Ano e ao Grammy Latino de Melhor Canção em Língua Portuguesa por sua canção “Vidas Pra Contar”, álbum da faixa homônima, também foi indicado ao Grammy Latino de Álbum do Ano e ao Grammy Latino de Melhor Álbum Cantador. Em 2018, ganhou um álbum-tributo em ritmo de reggae, intitulado Jah-Van – “Djavan goes Jamaica” produzido por BiD e Fernando Nunes.

11. ELZA SOARES, CANTORA E COMPOSITORA

Elza da Conceição Soares, nasceu no Rio de Janeiro, 1930. Em 1999, foi eleita pela Rádio BBC de Londres como a cantora brasileira do milênio. A escolha teve origem no projeto *The Millennium Concerts*, da rádio inglesa, criado para comemorar a chegada do ano 2000.



Figura 4: Elza Soares (esq.) e Firmino Monteiro (dir.)

12. FIRMINO MONTEIRO, PINTOR (1855 - 1888)

Pintava principalmente paisagens e cenas pitorescas do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Menino pobre, teve de trabalhar cedo como caixeiro, encadernador e tipógrafo. Assim, seus estudos de arte tiveram um início tardio. Na década de 1870, ingressou na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), onde teve como mestres Victor Meireles, Agostinho José da Mota, Pádua e Castro e Zeferino da Costa.

13. FLORIANO TEIXEIRA, PINTOR E ESCULTOR (1923 – 2000)

Foi um pintor, desenhista, miniaturista, capista, retratista, gravador e escultor autodidata brasileiro.

14. GARRINCHA, JOGADOR DE FUTEBOL (1933 - 1983)

Foi um futebolista brasileiro que se notabilizou por seus dribles desconcertantes apesar de ter as pernas tortas. É considerado por muitos o maior jogador de futebol de todos os tempos e o mais célebre ponta-direita da história do futebol. Garrincha também é amplamente considerado como o maior driblador da história do futebol.

15. GILBERTO GIL, CANTOR E COMPOSITOR

54

Gilberto Passos Gil Moreira, nascido em Salvador em 1942, é um cantor, compositor, multi-instrumentista, produtor cultural e político brasileiro, conhecido por sua inovação musical e por ser vencedor de prêmios Grammys, Grammy Latino, galardeado pelo governo francês com a Ordem Nacional do Mérito (1997). Em 1999, foi nomeado “Artista pela Paz”, pela Unesco. Foi também embaixador da ONU para agricultura e alimentação e ministro da Cultura do Brasil (2003–2008). Em mais de cinquenta álbuns lançados, ele incorpora a gama eclética de suas influências, incluindo rock, gêneros tipicamente brasileiros, música africana e reggae, por exemplo.

16. GRANDE OTELO, ATOR E COMEDIANTE (1915 - 1993)

Pseudônimo de Sebastião Bernardes de Souza Prata ou Sebastião Bernardo da Costa. Além de ator e comediante, foi cantor, produtor e compositor. Grande artista de cassinos cariocas e do chamado teatro de revista, participou de diversos filmes brasileiros de sucesso, entre os quais as famosas comédias nas décadas de 1940 e 1950, que estreou em parceria com o cômico Oscarito, e a versão cinematográfica de Macunaíma, realizada em 1969.

17. HERMENEGILDO DE BARROS, MINISTRO DO STF DE 1919 A 1937

Segundo Leda Boechat Rodrigues, autora do livro “História do Supremo Tribunal Federal”, o Ministro Hermenegildo de Barros era “um dos prodigiosos produtos da miscigenação brasileira: mulato escuro, inteligentíssimo e bravíssimo, parecendo um galo de briga”.

18. JOAQUIM BENEDITO BARBOSA GOMES

Foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 2003 até 2014, tendo sido presidente dessa casa de 2012 a 2014. Atualmente, é advogado. Foi membro do Ministério Público Federal de 1984 até 2003, quando foi indicado para o Supremo Tribunal Federal. Em 2013, foi eleito pela Revista Time como uma das cem pessoas mais influentes do mundo e incluído pela BBC Brasil em uma lista de dez brasileiros que foram notícia no mundo naquele ano.

19. JORGE BEN JOR, CANTOR E COMPOSITOR

Jorge Duílio Lima Meneses (Rio de Janeiro, 22 de março de 1945), conhecido como Jorge Bem e Jorge Ben Jor, é um violonista, pandeirista, guitarrista, percussionista, cantor e compositor brasileiro. Em 2008, a revista Rolling Stone Brasil o nomeou como o 5º maior artista da história da música brasileira. Seu estilo característico possui diversos elementos, entre eles: rock and roll, samba, samba rock, bossa nova, jazz, maracatu, funk, ska e até mesmo hip hop, com letras que misturam humor e sátira, além de temas esotéricos. A obra de Jorge Ben tem uma importância singular para a música brasileira, por incorporar

elementos novos no suingue e na maneira de tocar violão, com características do rock, soul e funk norte-americanos. Além disso, trouxe influências árabes e africanas, oriundas de sua mãe, nascida na Etiópia.

20. JOSÉ MAURÍCIO NUNES GARCIA, COMPOSITOR DE MÚSICA CLÁSSICA (1767 - 1830)

Foi um padre católico, professor de música, maestro, multi-instrumentista e compositor brasileiro. Mulato, descendente de escravos, nasceu pobre, mas recebeu uma educação sólida tanto em música como em letras e humanidades. Optou pela

55



Figura 5: José Maurício Nunes Garcia

carreira na Igreja por devoção, mas provavelmente também por praticidade, sendo um meio de garantir um futuro decente, especialmente para pessoas de sua condição social. Suas elevadas qualificações artísticas e intelectuais se revelaram cedo e, de certo modo, fizeram a sociedade escravocrata de sua época atenuar as fortes restrições de acesso a posições de prestígio que colocava contra os negros e pardos como ele. Foi talvez o compositor brasileiro mais prolífico de sua época, e hoje é considerado um dos nomes mais representativos da música brasileira de todos os tempos e, sem dúvida, o mais importante compositor de sua geração. Sobrevivem mais de 240 composições catalogadas, praticamente todas no gênero sacro e vocal, entre missas, matinas, vésperas, motetos, antífonas e outras voltadas para o culto católico, além de umas poucas modinhas e peças orquestrais e dramáticas, bem como uma obra didática, e outro tanto foi perdido. Fez renome também como professor de música e instrumentista, elogiado sobretudo pelas suas qualidades como improvisador e acompanhador ao teclado.

21. KETLEYN QUADROS, JUDOCA

56

É uma judoca brasileira que compete na seleção brasileira de judô na categoria leve (até 57 kg). Conquistou a medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, tendo sido a primeira mulher a ganhar uma medalha em esportes individuais para o país na história das Olimpíadas. Ganhou também a medalha de ouro nos Jogos Sul-Americanos de 2010 em Medellín, competição na qual foi porta-bandeira brasileira.



Figura 6: Laudelina de Campos Melo

22. LAUDELINA DE CAMPOS MELO, EMPREGADA DOMÉSTICA E ATIVISTA POLÍTICA (1904-1991)

Nascida em Poços de Caldas (MG), desde cedo teve que ajudar a mãe com trabalhos domésticos fazendo doces para ajudar o sustento da casa. Mesmo participava de associações culturais e se filiou ao PCB na década de 30. Laudelina fundou a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do Brasil, posteriormente fechada pelo Estado Novo. Com a volta da democracia, Laudelina continuou a lutar pela valorização da cultura negra e do trabalho doméstico. Para isso, auxiliava a fundar associações de cunho político e cultural. Também organizava manifestações e abaixo-assinados com o propósito de pressionar

os legisladores a promulgarem leis favoráveis ao trabalhador doméstico. Deixou sua casa em testamento para a Associação que ajudara a criar.

23. LOBO DE MESQUITA, COMPOSITOR E REGENTE (1746 - 1805)

Compositor e regente de música clássica, José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita foi um organista, maestro, compositor e professor brasileiro. Sua vida é mal conhecida e mal documentada. Viveu na época do florescimento da região de Minas Gerais, por ocasião da descoberta do ouro e das pedras preciosas.

24. LUIZA HELENA DE BAIROS

Fez sua carreira política na Bahia, onde era radicada. Formada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possuía mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Sociologia pela Universidade de Michigan. Participou de projetos do PNUD de combate ao racismo. Ocupava desde 2008 a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia quando foi convidada para ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014. Morreu em 12 de julho de 2016, vítima de câncer no pulmão.

25. LUIZ GONZAGA, CANTOR E COMPOSITOR (1912 - 1989)

Foi um compositor e cantor conhecido como o Rei do Baião. Ele foi uma das mais completas, importantes e inventivas figuras da música popular brasileira. Cantando acompanhado de sua sanfona, zabumba e triângulo, levou as festas juninas e os forrós pé-de-serra, bem como o relato sobre a pobreza, as tristezas e as injustiças de sua árida terra, o sertão nordestino, ao resto do país, numa época em que a maioria desconhecia o baião, o xote e o xaxado. Admirado por músicos como Dorival Caymmi, Gilberto Gil, Raul Seixas, Caetano Veloso, o genial instrumentista e sofisticado criador de melodias e harmonias ganhou notoriedade com as antológicas canções “Baião”, “Asa Branca” (1947), “Siridó” (1948), “Juazeiro” (1948), “Qui Nem Jiló” (1949) e “Baião de Dois” (1950).

26. MÃE MENININHA DO GANTOIS, IYÁLORIXÁ (1894-1986)

Nascida na Bahia, Escolástica da Conceição de Nazaré, era descendente de uma linhagem de Iyálorixás líderes femininas que comandam um terreiro de Candomblé. Mãe Menininha do Gantois foi escolhida aos 28 anos para ser a dirigente do Gantois, terreiro fundado por sua bisavó. Na

década de 30, as celebrações de Candomblé ou Umbanda estavam proibidas por lei. Porém, Mãe Menininha se destacou em fazer que o Candomblé fosse conhecido por intelectuais e políticos. A legião de admiradores da mãe de santo incluía nomes como Jorge Amado, Dorival Caymmi, Vinícius de Moraes, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gal Costa, etc.

27. MARGARETH MENEZES, CANTORA E COMPOSITORA

Margareth Menezes nasceu em Salvador, em 1962. Além de cantora e compositora, é atriz e diretora teatral brasileira. Margareth conquistou dois troféus Caymmi, dois troféus Imprensa, quatro troféus Dodô e Osmar, além de ser indicada para o Grammy Awards e Grammy Latino. Conhecida por interpretar a canção “Dandalunda”, a cantora soma 21 turnês mundiais e é considerada pelo jornal americano Los Angeles Times como a “Aretha Franklin brasileira”.

28. MARIELLE FRANCO - SOCIOLOGA, ATIVISTA E VEREADORA - (1979-2018)

Natural do Rio de Janeiro, nascida no Complexo da Maré, Marielle Franco estudou Sociologia graças a uma bolsa na PUC-RJ. Posteriormente, cursou o mestrado em Segurança Pública na



Figura 7: Marielle Franco

Universidade Federal Fluminense (UFF). Após a graduação, envolve-se com os movimentos pelos direitos dos negros e das mulheres; entrou para a política atuando especialmente na Comissão de Direitos Humanos. Disputou as eleições municipais, elegendo-se como a quinta vereadora mais votada e a terceira mulher negra a ganhar este cargo na cidade do Rio de Janeiro. Em 2018, Marielle Franco voltou suas atenções para a in-

tervenção federal que está ocorrendo no estado Rio de Janeiro e se tornou uma das principais críticas desse projeto. Foi assassinada, junto com seu motorista, enquanto voltava para casa, após participar de um evento sobre mulheres negras no bairro da Lapa.

29. MARIENE DE CASTRO, CANTORA E COMPOSITORA

Mariene Bezerra de Castro é atriz, modelo, instrumentista, bailarina, cantora e compositora, notória por destacar maracatu e samba de roda em sua obra. Cantou na festa de encerramento das Olimpíadas RIO 2016, enquanto era apagada a chama da pira olímpica.

30. MARTINHO DA VILA, CANTOR E COMPOSITOR

Martinho José Ferreira nasceu em 1938. Filho de lavradores, tornou-se um dos mais respeitados artistas brasileiros além de um dos maiores vendedores de discos no Brasil, sendo o segundo sambista a ultrapassar a marca de um milhão de cópias com o CD *Tá Delícia, Tá Gostoso*, lançado em 1995 (o primeiro foi *Agepê*, que em 1984 vendeu um milhão e meio de cópias com seu disco *Mistura Brasileira*). Sua história de prêmios está no acervo na cidade natal, Duas Barras. En-



Figura 8: Martinho da Vila

tre seus títulos, estão os de Cidadão Carioca, Cidadão benemérito do estado do Rio de Janeiro, Comendador da República em grau de oficial e a Ordem do Mérito Cultural, pela contribuição à cultura brasileira. Na coleção de medalhas, guarda a Tiradentes, além da famosa “Pedro Ernesto”, e, na carreira musical, ganhou em 1991 o Prêmio Shell de Música Popular Brasileira. Em 2014, seu álbum *Enredo* foi indicado ao Grammy Latino de Melhor Álbum de Samba/Pagode.

31. MESTRE BIMBA, MESTRE DE CAPOEIRA

Manoel dos Reis Machado (1900 - 1974) foi criador da Luta Regional Baiana, mais tarde chamada de capoeira regional. Ao perceber que a capoeira estava perdendo seu valor cultural e enfraquecendo enquanto luta, Mestre Bimba misturou elementos da Capoeira Tradicional com o batuque e assim conquistou todas as classes da sociedade. Foi um exímio lutador e acima de tudo um grande educador, foi o responsável por tirar a capoeira da marginalidade. Praticantes dessa arte se denominam “capoeiristas”, pois, para eles, a capoeira é um estilo de vida – ser, pensar, agir como a arte da capoeira.

32. MILTON GONÇALVES, ATOR

Milton nasceu em 1933. Começou a carreira em São Paulo. Trabalhava como gráfico quando, um dia, depois de assistir à peça A Mão do Macaco, a convite do ator Egídio Écio, saiu maravilhado. Tratou de entrar logo para um clube de teatro amador, do qual passou para um grupo profissional. Militante do movimento negro, chegou a tentar a carreira política, nos anos 90, ao candidatar-se a governador do estado do Rio de Janeiro, em 1994. Foi também o primeiro brasileiro a apresentar uma categoria na cerimônia de premiação do Emmy Internacional em 2006.

60

33. MILTON SANTOS, ADVOGADO E GEÓGRAFO (1926 - 2001)

Milton destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia, em especial nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Foi um dos grandes nomes da renovação da geografia no Brasil ocorrida na década de 1970. Também se destacou por seus trabalhos sobre a globalização nos anos 1990. A obra de Milton Santos caracterizou-se por apresentar um posicionamento crítico ao sistema capitalista, e seus pressupostos teóricos dominantes na geografia de seu tempo.

34. MV BILL, RAPPER, COMPOSITOR E ESCRITOR

Alex Pereira Barbosa nasceu no Rio de Janeiro, em 1974. É também ativista de direitos sociais. Iniciou a carreira na música em 1988, quando começou a escrever sambas-enredo para seu pai, sendo que em 1993, fez sua primeira participação em um disco oficial. Seu primeiro álbum foi lançado em 1998 sob o título de Traficando Informação, que contou com a faixa “Soldado do Morro”. Nessa época, MV Bill



Figura 9: Negra Li (esq.) e MV Bill (dir.)

foi acusado de apologia ao crime. Três anos depois, gravou o segundo trabalho, chamado Declaração de Guerra, com participações de artistas como Charlie Brown Jr. e Nega Gizza. Sua discografia ainda abrange outros dois álbuns, Falcão, O Bagulho é Doido, de 2006, e Causa e Efeito, de 2010. Ainda, lançou um disco de vídeo em 2009, intitulado Despacho Urbano. Paralelamente à carreira de rapper, MV Bill lançou em 2005, junto com Celso Athayde, o livro Cabeça de Porco. No ano seguinte, lançou Falcão - Meninos do Tráfico, disponibilizado em livro e DVD, que se

tornou conhecido nacionalmente após exibição no programa Fantástico, da Rede Globo.

35. NEGRA LI, ATRIZ, CANTORA E COMPOSITORA

Liliane de Carvalho é também solista do coral da Universidade de São Paulo. Estuda música e piano e é considerada uma das principais cantoras com sua bela voz de contralto.

36. PEDRO LESSA, MINISTRO DO STF DE 1907 A 1921

O mineiro Pedro Lessa é apontado como o primeiro negro do STF.

37. PELÉ, JOGADOR DE FUTEBOL

Edson Arantes do Nascimento é um ex-futebolista que atuava como Meia-Atacante, considerado por muitos o maior futebolista da história. Pelé é saudado como um herói nacional por suas realizações e contribuições ao futebol. Também é conhecido pelo seu apoio a políticas para melhorar as condições sociais dos pobres, tendo inclusive dedicado seu milésimo gol às crianças pobres brasileiras. Durante sua carreira, foi chamado de Rei do Futebol, Rei Pelé ou simplesmente Rei. Recebeu o título de Atleta do Século de todos os esportes em 15 de maio de 1981, eleito pelo jornal francês L'Equipe. No fim de 1999, o Comitê Olímpico Internacional, após uma votação internacional entre todos os Comitês Olímpicos Nacionais associados, elegeu Pelé o “Atleta do Século” e em 2016, pelas mãos do então presidente Thomas Bach, com a Ordem Olímpica, a mais alta condecoração oferecida pelo COI. A Fifa também o elegeu, em 2000, numa votação feita por renomados ex-atletas e ex-treinadores, como O Jogador de Futebol do Século XX.



Figura 10: Pelé

38. PIXINGUINHA, CANTOR E COMPOSITOR - (1897 –1973)

Alfredo da Rocha Vianna Filho, ou Pixinguinha, foi maestro, flautista, saxofonista, compositor e arranjador. Considerado um dos maiores compositores da música popular brasileira, contribuiu diretamente para que o choro encontrasse uma forma musical definitiva.

39. RUTH DE SOUZA, ATRIZ - (1921)

Natural do Rio de Janeiro, perdeu o pai aos nove anos, a mãe trabalhou como lavadeira para criar os três filhos. Cedo se interessa pelo teatro e ingressa no Teatro Experimental do Negro, de Abdias de Nascimento. Também gostava muito de ir ao cinema e escutar ópera junto com sua mãe. Por meio do crítico Paschoal Carlos Magno, consegue uma bolsa para estudar atuação nos Estados Unidos. Ruth de Souza foi a primeira atriz negra a atuar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Igualmente, foi a primeira a atriz negra a receber uma indicação de melhor atriz com seu papel no filme “Sinhá Moça”. Isso ocorreu no Festival de Internacional de Veneza, em 1954. Por isso, é chamada de primeira-dama negra da dramaturgia brasileira. Construiu uma exitosa carreira no teatro, no cinema e na televisão.

40. TAÍS ARAÚJO, ATRIZ

Taís Bianca Gama de Araújo Ramos nasceu no Rio de Janeiro, em 1978. Além de atriz, é apresentadora e jornalista. Seu primeiro papel de destaque na televisão foi em 1996, como protagonista da novela Xica da Silva. Em 2017, foi eleita uma das 100 personalidades afrodescendentes mais influentes do mundo com menos de 40 anos pelo MIPAD *The Most Influential People of African Descent*, por essa razão, participou de um deba-

te na Universidade de Columbia, em Nova York. Em 2015, em matéria do jornal inglês The Guardian sobre o seriado Mister Brau, o casal Taís Araújo e Lázaro Ramos foi citado como destaque na televisão brasileira. Também foi eleita uma das mulheres mais guerreiras e estilosas pela revista americana Vogue América. Em 2016, uma pesquisa de opinião (Pesquisa Qualibest) apontou Taís Araújo como a mulher mais admirada por jovens na faixa etária entre 13 e 20 anos, a quinta artista mais influente da televisão e internet no país, segundo o jornal Meio & Mensagem em parceria com o Instituto Datafolha em 2016, e a quarta mais influente em 2017. No dia 3 de julho de 2017, foi nomeada Defensora dos Direitos das Mulheres Negras pela ONU Mulheres Brasil, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e, o empoderamento das mulheres.

63



Figura 11: Taís Araújo

5. Reflexão

Rememora-se aqui parte do poema “A canção do africano”, na perspectiva, que, nos próximos séculos, o povo brasileiro aprenda que não é preciso amar alguém para poder respeitá-lo nas suas diferenças e diversidade.

Respeito às diferenças, diversidade étnico-racial, religiosidade, ao pluralismo cultural existente no Brasil.

A canção do africano **Castro Alves**

(...)

“Lá todos vivem felizes,
Todos dançam no terreiro;
A gente lá não se vende
Como aqui, só por dinheiro”.
O escravo calou a fala,
Porque na úmida sala
O fogo estava a apagar;
E a escrava acabou seu canto,
Pra não acordar com o pranto
O seu filhinho a sonhar!

Bibliografia

Livros, Documentos e Revistas

BENJAMIN, Roberto (Org.). *A África está em Nós. História e Cultura Afrobrasileira.* João Pessoa: Graffset, 2014.

BRASIL, Biblioteca Nacional do. *Para uma história do negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

CARVALHO, Agenor Francisco de. *Trajetória do Empoderamento Político da Mulher Brasileira – MONÇÕES.* In: *Revista do Curso de História da UFMS/CPCX - Editora UFMS*, 2016, V. 3, N. 4. p. 92-107.

CRUZ, Tereza Almeida. *Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) – 1980 – 2010.* Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012, 367 f.

D'ANGELO, Helô. *Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira – 2017 – Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/> - acesso em 19.05.2018.*

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. *Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas.* In: *Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP, setembro de 2011, v.5, nº 2.*

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.* 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NABUCO, Joaquim (1849-1910); Joaquim Nabuco. *Textos de Munhoz da Rocha Netto e Gilberto Freire e seleção de discursos de Gilberto Freire.* – 2. ed., ampl. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 559 p. – (Série perfis parlamentares; n. 58)

PIRES, Artur. *O protagonismo negro no processo de abolição.* 2014 – disponível em: <http://revista->

berro.com/especiais/o-protagonismo-negro-no-processo-de-abolição/ acesso em 19.05.2018.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto do sertão da Bahia (1830-1888).* São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

SANTANA, Karla Cristina Eiterer. *Por trás das paliçadas de Palmares: uma reescritura da história de Zumbi por Leda Maria de Albuquerque Noronha - Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura VI – Disciplina, Cânone: Continuidades & Rupturas, realizado entre 28 e 31 de maio de 2012 pelo PPG Letras: Estudos Literários, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. ISSN: 1983-8379 –Darandina Revista eletrônica - <http://www.ufff.br/darandina>.*

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário / Lilia Moritz Schwarz. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.*

SOARES, Reinaldo da Silva. *Negra nobreza: reis, rainhas e a aristocracia no imaginário negro. REVISTA USP, São Paulo, n.69, p. 92-103, março/maio 2006.*

SOUSA, Rainer Gonçalves. *Escravidão no Brasil. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>>. Acesso em 27 de maio de 2018.*

XAVIER, Patrícia Pereira. *História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949) - ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0389.pdf> - acesso em 19.05.2018.*

Web sites

Lista de afro-brasileiros. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_afro-brasileiros

Personalidades Negras Brasileiras. <https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/>

Ilustrações

Figura 1: Adhemar Ferreira da Silva. https://pt.wikipedia.org/wiki/Adhemar_Ferreira_da_Silva#/media/File:Adhemar.jpg

Figura 2: Antonieta de Barros. https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/16/antonieta-de-barros-a-mulher-pobre-e-negra-que-tornou-se-deputada-jornalista-e-educadora_a_23279880/

Figura 3: Carolina de Jesus. <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/14/carolina-de-jesus-escritora-que-traduziu-em-palavras-uma-realidade-incomoda/>

Figura4: Elza Soares. <http://www.pontojovemnet.com.br/noticia/musica/1378/poderia-ter-sido-eu-diz-elza-soares-sobre-chacina-de-costa-barros>

Figura4: Firmino Monteiro. [https://en.wikipedia.org/wiki/Firmino_Monteiro#/media/File:Angelo_Agostini_-_A._F._Monteiro,_1882_\(litografia\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Firmino_Monteiro#/media/File:Angelo_Agostini_-_A._F._Monteiro,_1882_(litografia).jpg)

Figura 5: José Maurício Nunes Garcia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maur%C3%ADcio_Nunes_Garcia#/media/File:Jos%C3%A9_Maur%C3%ADcio_Nunes_Garcia_Junior.jpg

Figura 6: Laudelina de Campos Melo. <https://www.facebook.com/euempregadadomestica/photos/a.1099842813395793.1073741825.1099839983396076/1101777146535693/?type=3&theater>

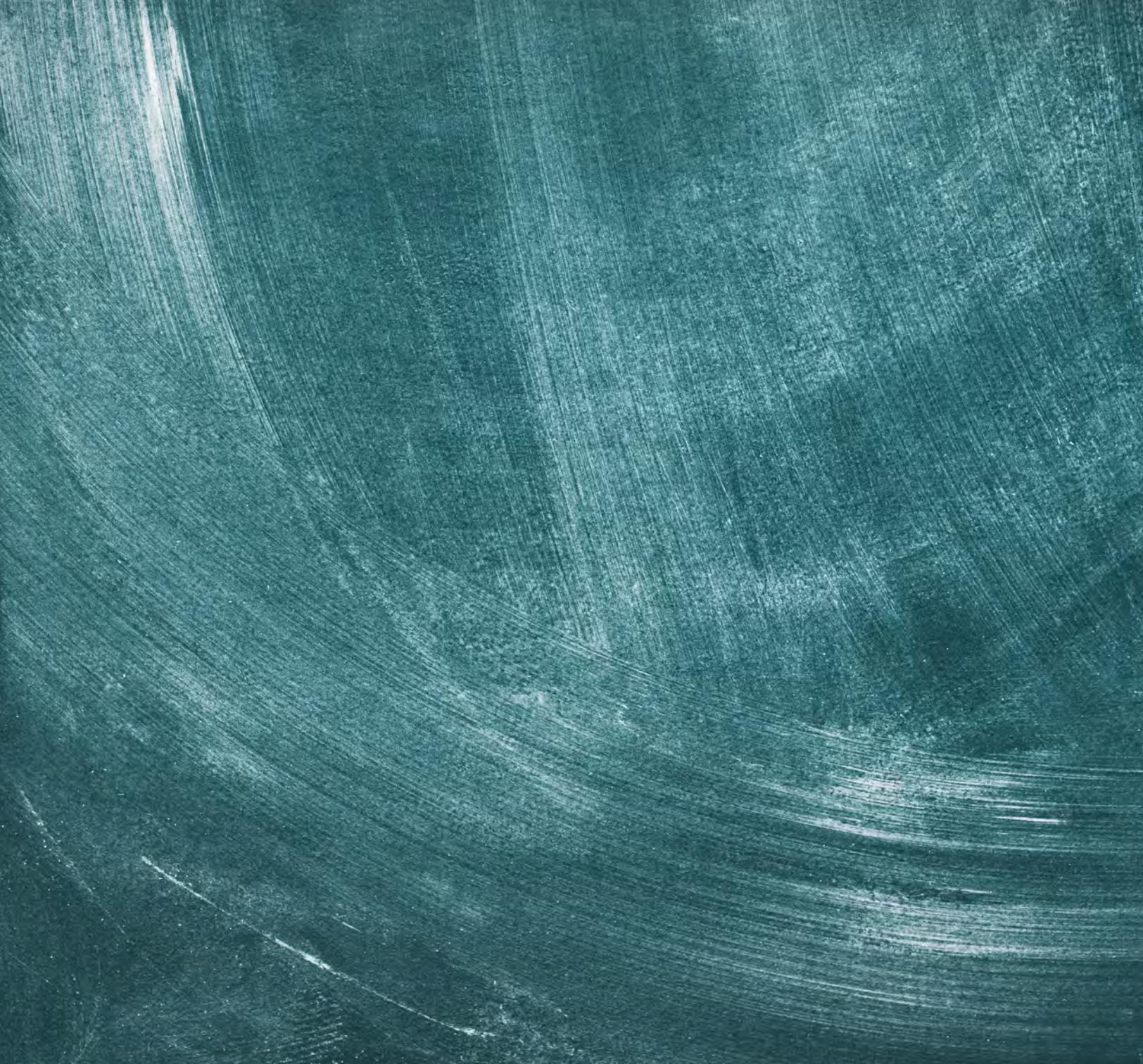
Figura 7: Marielle Franco. <https://veja.abril.com.br/brasil/marielle-franco-a-quem-interessava-seu-assassinato/>

Figura 8: Martinho da Vila. https://pt.wikipedia.org/wiki/Martinho_da_Vila#/media/File:Paris_-_Salon_du_livre_2012_-_Martinho_Da_Vila_-_002.jpg

Figura9: MV Bill e Negra Li. https://pt.wikipedia.org/wiki/MV_Bill e https://pt.wikipedia.org/wiki/Negra_Li

Figura 10: Pelé, o Rei do Futebol. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pelé#/media/File:PEL%C3%89-1963.jpg>

Figura 11: Tais Araujo. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ta%C3%ADs_Ara%C3%BAjo#/media/File:Ta%C3%ADs_Ara%C3%BAjo,_2013.jpg





EDUCAÇÃO LIBERTADORA



1. Introdução

O saber é uma luz que existe no homem. É a herança de tudo aquilo que nossos ancestrais puderam conhecer e que se encontra latente em tudo que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.

*Amadou Hampâte Ba,
(Escritor africano do Mali).*

O presente texto trata de abordar a educação brasileira num contexto em que a efetivação de uma educação emancipadora para a população de afrodescendentes se evidencia, mediante importância da aplicação da Lei nº 10.639 / 03, como também das práticas educativas que possam inserir no cotidiano dos estudantes os valores étnico-culturais do povo negro e suas contribuições para a formação do povo brasileiro.

A educação na perspectiva libertadora que se pretende abordar numa visão étnico-racial vem sendo gestada por diferentes caminhos, da educação informal (vivenciada desde os quilombos) à educação não formal nos diferentes grupos étnico-raciais. Para a educação formal, a inclusão da história e do protagonismo negro no currículo escolar tem sido um caminho de lutas e resistências, já que, em 388 anos de escravidão, os afro-brasileiros viveram fora do acesso a ter direitos, tantos civis e políticos, como sociais.

2. População negra e educação formal: breve panorama

As experiências educacionais de negros e negras no Brasil, anteriores à década de 60, ainda são pouco estudadas, e os registros a respeito não são devidamente divulgados. Essa invisibilidade, além de ser fruto da ideia de que os negros não têm história, ou história que valha a pena ser contada, é um reflexo dos efeitos do longo processo de dominação no qual estamos inseridos.

Para começarmos a refletir sobre população negra e educação, temos que considerar que educação não deve ser tomada como sinônimo de escolarização. Educação aqui é entendida como a forma pela qual o ser humano produz a si mesmo, com as ideias, os valores, os símbolos, os hábitos, as atitudes e as habilidades que o tornam distinto de outros seres. Assim, serão consideradas educativas as ações desenvolvidas que, individual ou coletivamente, contribuíram para a sobrevivência de negros e negras, excluídos do sistema educacional formal.

Ao analisarmos a história da educação brasileira, podemos identificar distintas concepções

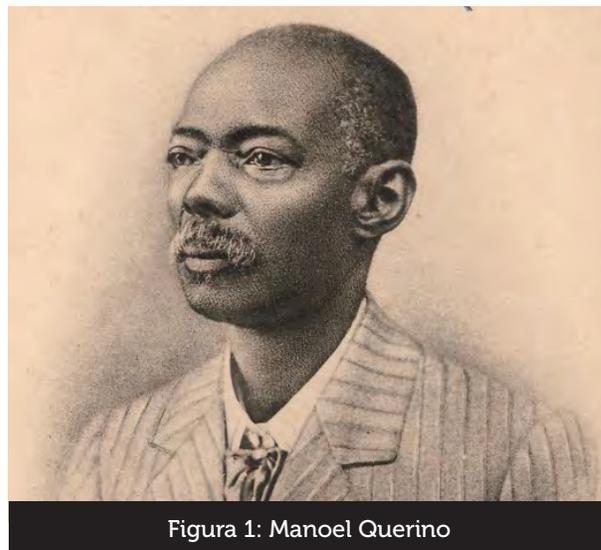


Figura 1: Manoel Querino

pedagógicas, que são “as diferentes maneiras pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada” (SAVIANI, 2005, p. 31). Formalmente, a Constituição de 1824 considerava que ingênuos e libertos ¹ eram cidadãos brasileiros e, como tais, tinham direito à educação pública

¹ Ingênuos: filhos de escravizados que, ao contrário dos pais, nasceram livres. Libertos: escravizados que conquistaram a liberdade.

e gratuita. Todavia, mesmo sendo cidadãos, os libertos não tinham direito ao voto, o que nos mostra como era limitada a cidadania da população negra. Os escravizados, entretanto, continuaram impedidos de frequentar a escola pública. A partir de 1879, foram criadas associações de recolhimento e educação de ingênuos.

No período de transição do Império para a República, surgiu a preocupação com a manutenção da ordem que, segundo temiam as elites da época, poderia ser quebrada com a libertação dos escravizados. A educação dos libertos, até o final do século XIX, tinha uma conotação específica, pois era pensada como treinamento para o trabalho. O intuito era fazer com que a mão de obra fosse disciplinada, condicionada ao trabalho sem que fosse necessário o uso da força.

Com o fim da escravidão, o projeto de educação da população liberta para o trabalho foi posto em segundo plano, pois a mão de obra negra passou a ser paulatinamente substituída pela mão de obra dos imigrantes europeus, cuja vinda para o Brasil fora estimulada pelo governo para evitar os distúrbios sociais e econômicos causados pela abolição do trabalho escravo.

Na República, no lugar de um projeto de educação para o trabalho, tomou corpo o projeto de educação para criação do “espírito nacional”, que daria a unidade necessária no momento de

mudança de regime pelo qual passava o Brasil e contribuiria para a estabilização da ordem produtiva. Segundo Schelbauer (1998), esse projeto não foi adiante devido à ausência de condições que propiciariam o estabelecimento de um sistema de educação nacional.

É preciso também destacar que o investimento no branqueamento do Brasil estimulou políticas de incentivo à migração de europeus para o país, o que reduziu a possibilidade de integração dos negros como elemento formador da identidade nacional. Os imigrantes seriam os agentes civilizadores da sociedade brasileira e, através da miscigenação, promoveriam o branqueamento físico e cultural do país.

Como se vê, não houve uma preocupação por parte das elites governantes em relação à promoção da escolarização dos negros. Isso significa dizer que negros e negras permaneceram passivamente à espera de oportunidades educacionais? Não. Nos primeiros anos da República, segmentos da população negra criaram escolas, receberam instrução de pessoas escolarizadas, frequentaram a escola pública e as escolas particulares.

Além das estratégias de acesso à educação formal, espaços como terreiros de candomblé e outras organizações negras contribuíram para a sobrevivência da população negra e propi-

ciaram a preservação de valores culturais e a formação a negras e negros alijados do sistema formal de ensino.

Enquanto organizações e indivíduos promoviam ações de enfrentamento à exclusão social dos negros, os jornais que integram a chamada imprensa negra insistiam na importância da educação e denunciavam o descaso das escolas em relação às crianças negras.

Um dos intelectuais que atuaram contra o racismo e pela promoção da população negra à frente de um desses jornais foi Manuel Querino (1851-1923), que travou um caloroso debate contra as ideias racistas de Nina Rodrigues. Baiano de Santo Amaro, fundou o “Partido Operário” e a “Liga Operária Baiana”. Querino acreditava que a falta de oportunidades, e não a desigualdade natural, criava as assimetrias entre brancos e negros. Ele acreditava firmemente na educação como fator de promoção da igual-

dade. Além de arquiteto, era jornalista, e criou dois jornais para a defesa da Abolição e dos operários: *A Província* (1887-1888) e *O trabalho* (1892). Ele foi o primeiro intelectual brasileiro a reconhecer e divulgar a contribuição africana à civilização brasileira.

A inserção da população negra no contexto educacional formal ocorreu de forma bastante lenta. A inclusão de indivíduos negros na escola não significou, contudo, uma adaptação dos conteúdos trabalhados a esse público – o que, por muito tempo, significou um currículo referenciado na matriz cultural europeia. No entanto, isto não impediu que nós negros e negras seguissemos criando alternativas de enfrentamento à exclusão que garantiram a nossa sobrevivência cultural. Mesmo num período de ideias educacionais renovadoras, a partir da década de 20, não se percebe maior interesse pelas contribuições civilizatórias do povo negro no processo de formação de nossa sociedade.



3. Que é educação libertadora?

74

Essa tendência progressista de educação foi construída a partir dos trabalhos com educação popular, na maioria das vezes não amarrada ao ensino escolar. Contudo, muitas das propostas sugeridas por esta tendência tornaram-se referências para o processo de reflexão e crítica das práticas pedagógicas desenvolvidas pela educação formal. Por sua vez, é fundamental explicitar que a pedagogia libertadora entende que a educação tem um papel primordial de transformação da sociedade, iniciando já nas relações sociais estabelecidas em seu campo.

Para a pedagogia tradicional, a educação é centrada no ensino, e o professor tem como principal função transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade para os alunos, que deveriam assimilar tais conhecimentos. A prática era subordinada à teoria.

O método da pedagogia libertadora tem por princípio a certeza de que a educação é um ato político, de construção do conhecimento e de criação de outra sociedade – mais ética, mais justa, mais humana, mais solidária. A educação deve ser uma busca permanente em favor das classes oprimidas, que luta pela liberdade e igualdade.

Para isso, é fundamental entender que o aluno - cidadão – é o agente principal do processo pedagógico, sem, com isso, desconsiderar o educador, que também deve aprender a ser sempre aluno, pois ambos ensinam e aprendem nos espaços de construção do conhecimento. O diálogo entre os diversos agentes envolvidos nas ações educativas, assim como o processo de construção dos temas geradores, para permanente identificação dos problemas sociais e busca de sua superação, é a essência do método.

A propósito, vejam o posicionamento do capixaba Dr. João Baptista Herkenhoff ¹, publicado no Jornal do Brasil de 3/5/2011:

A educação não é uma doação dos que julgam saber aos que se supõe nada saibam. Deve ser recusada, como acanhada, a concepção que vê o educando como arquivista de dados fornecidos pelo educador.

Rejeite-se, por imprestável, a passividade do educando, na dinâmica do processo educacional. Diga-se “não”, à educação paternalista, ao

¹ Home page: <http://www.palestrantededireito.com.br/>

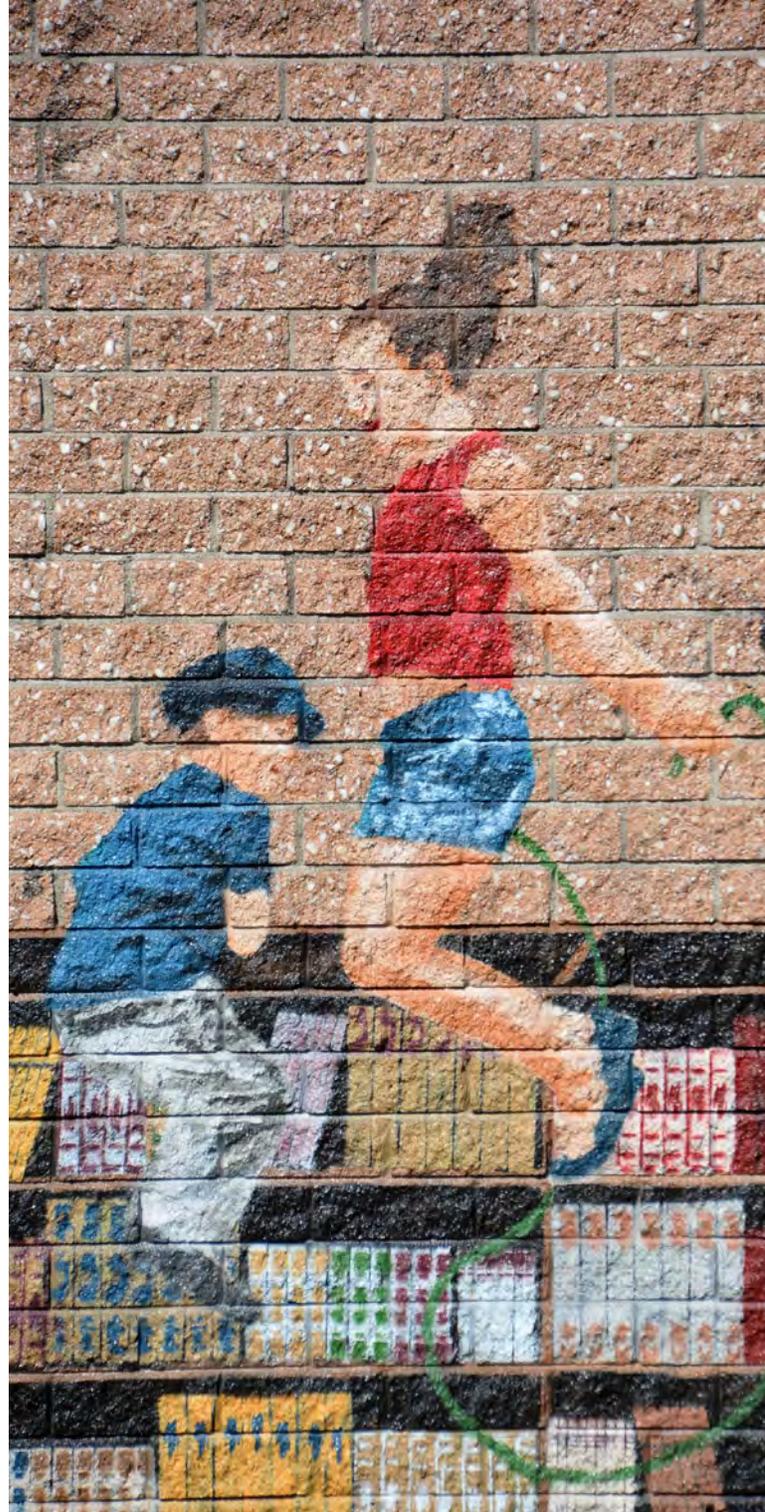
programa imposto, ao ritmo pré-estabelecido, à auto-suficiência do educador.

A educação libertadora vê o educando como sujeito da História. Vê na comunicação “educador-educando-educador” uma relação horizontal. O diálogo é um traço essencial da educação libertadora. Todo esforço de conscientização baseia-se no diálogo, na troca, nas discussões.

A humildade é um pré-requisito ético do educador que se propõe a ajudar no processo de libertação pela educação.

A educação libertadora busca desenvolver a consciência crítica de que já são portadores os educandos. Parte da convicção de que há uma riqueza de ideias, de dons e de carismas na alma e no cotidiano dos interlocutores.

O projeto final da educação libertadora é contribuir para que as pessoas sejam agentes de transformação do mundo, inserindo-se na História. Para isto é preciso que as pessoas decifrem os aparentes enigmas da sociedade. Os marginalizados devem refletir sobre



sua situação miserável e anti-humana. Devem identificar os mecanismos socioeconômicos responsáveis pela marginalização e pela negação de humanidade. Devem buscar os caminhos para mudar as situações de opressão.

Educandos e educadores, na perspectiva da educação libertadora, vão buscar juntos as chaves para transformar o mundo.

76

O alto índice de analfabetismo funcional,² a manutenção de privilégios para uma minoria e uma educação verticalizada, inquietou Paulo Freire a escrever um projeto popular de educação, tendo como principal instrumento o diálogo político-pedagógico, resgatando a cidadania e estimulando o combate contra as verdades prontas e impostas.

² Analfabetismo funcional é a incapacidade que uma pessoa demonstra ao não compreender textos simples. Tais pessoas, mesmo capacitadas a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos curtos e os números, não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas

Para Freire, em seu livro “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” (2015), a educação pode fazer das pessoas donas de sua própria história ou acomodá-las ao mundo. Para ele, não cabe na educação libertadora um ensino monológico, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (2015, p. 24).



Figura 2: Dr. João Baptista Herkenhoff

A educação bancária, no qual o professor deposita o conhecimento e o aluno apenas a recebe, sem reflexões, sem questionamentos, reforça a ideologia do opressor e da divisão de classes, em que alguns nasceram para serem sujeitos e detentores do saber e outros, objetos. A educação que ele classifica como libertadora deve ser dialógica, problematizadora e reforçar no educando o ato de refletir, de criticar, de idealizar, de questionar e de ser autônomo. Para André, formar sujeitos autônomos é formar:

... pessoas que tenham ideias próprias, pensem por si mesmas, sejam capazes de escolher entre alternativas, decidam o caminho a ser seguido, implementem ações e tenham argumentos para defender suas escolhas e ações. Ao exercer sua autonomia, essas pessoas vão se sentir cada vez mais livres das amarras do poder político e econômico” (ANDRÉ, 2016, p. 20).

4. Quem foi Paulo Freire

Paulo Freire ficou mundialmente conhecido na década de 60 após desenvolver uma proposta revolucionária de alfabetização, que visava o processo de tomada de consciência, que fosse diretamente ligada à democratização da cultura, e não uma alfabetização mecânica que impossibilitava o ser humano de ser mais completo.

Freire publicou várias obras que ficaram conhecidas internacionalmente, entre as quais destacamos: “Pedagogia do Oprimido, Educação libertadora, Educação como pratica da liberdade e A importância do ato de ler”. Embora suas reflexões e práticas no âmbito da educação tenham sido alvo de diversas críticas, é inegável sua grande contribuição na transformação do sistema educacional.

Suas primeiras experiências no campo educacional foram realizadas em 1962 no Rio Grande do Norte, onde 300 trabalhadores rurais se alfabetizaram em 45 dias. Foi militante e participou do MCP (Movimento de Cultura Popular) do Recife.

Em 1964, em meio a conflitos e empasses violentos pelos quais a nossa sociedade passava, Freire foi convidado pelo presidente João Goulart para coordenar o Programa Nacional de

Alfabetização. Freire (1965) afirmava que esse esforço em busca de um projeto educativo não havia nascido do acaso, era uma tentativa de resposta aos desafios contidos nessa passagem na qual se via a sociedade.

Logo após o golpe militar, o método de alfabetização de Paulo Freire foi considerado uma ameaça à ordem pelos militares. Paulo Freire foi preso, acusado de atividades subversivas e viu-se obrigado a deixar o país, exilando-se no Chile por 14 anos.

Ao retornar do exílio, Paulo Freire, continuou suas atividades de escritor e debatedor. Trabalhou em universidades e na Prefeitura de São Paulo, como Secretário Municipal de Educação no governo Luisa Erundina.

Paulo Freire veio a falecer no ano 1997 aos 76 anos de idade na cidade de São Paulo, vítima de infarto.



Figura 3: Paulo Freire

5. Contextualização da educação como prática libertadora

78

As reflexões de Paulo Freire sobre a educação visam à criação de uma pedagogia crítica-educativa. “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que está pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 1968, p. 34).

A educação, luz das reflexões de Freire, teria caráter libertador, e não domesticador, como o modelo tradicional da educação. Seria uma “práxis” educativa capaz de libertar o homem de toda situação de opressão ao qual se encontra sujeito, por meio da libertação de sua consciência, tornando-o um sujeito crítico e reflexivo, capaz de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva.

O foco central da educação libertadora de Freire é o combate acirrado à dominação e opressão dos “desprivilegiados”. Esses podem ser entendidos como os “marginalizados” da sociedade capitalista.

Freire acreditava na possibilidade de mudança do ser humano enquanto sujeitos inacabados e na conscientização destes sobre sua situação de exploração e dominação diante dos seguimentos mais altos da sociedade.

Dentro dessa perspectiva de construir uma educação libertadora, Freire enfatiza que é preciso que se compreenda a educação como um processo de formação humana. Dessa forma, Freire (2000) afirma que ensinar não é somente transmitir conhecimento, e sim proporcionar que o aluno aprenda de dentro para fora.

Na visão de Freire, a verdadeira educação é diretiva e está ligada ao processo de superação da compreensão resultante da captação ingênua e mágica da realidade, por meio da tomada crítica da realidade, fazendo com que o sujeito se liberte da dominação de sua consciência.

Freire propôs um modelo de educação transformador que permite ao homem a organização reflexiva de seu pensamento, em um processo de conscientização e reconhecimento de si próprio como sujeito histórico e politizado, em face da análise crítica da sociedade, uma educação que esteja disposta a considerar o ser humano como sujeito de sua própria aprendizagem, e não como um objeto sem saber, onde sua vivência, sua realidade e seu modo ver o mundo sejam considerados, tornando esta aprendizagem realmente autêntica para ele. Freire afirma que o processo de educação não se completa na etapa de desvelamento de uma realidade, mas só com a prática da transformação dessa realidade.

A pedagogia de Paulo Freire propõe um ensino baseado no diálogo, na liberdade e no exercício de busca do conhecimento, de forma participativa e transformadora, em uma relação horizontal e de simpatia entre educando e educador, enfatizando a necessidade do processo “reflexão-ação”, e assim possibilitando o rompimento com o modelo de educação verticalizada, ou seja, onde o professor e o portador do saber e o aluno um simples objeto de depósito de um saber já elaborado, e a imposição “opressora” dos dominantes.

A Pedagogia Libertadora considera o valor do “saber popular”, pois o vê como uma possibilidade de transformação da realidade destes sujeitos.

É nesta perspectiva de emancipação do sujeito que Freire (1991) afirma que a educação deve ser usada como prática de liberdade, porque, segundo Freire, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão.

6. A Educação das Relações Étnico-Raciais

Podemos entender como relações étnico-raciais aquelas que são vivenciadas entre os diferentes grupos sociais e as pessoas que compõem esses grupos, munidos de conceitos e ideias sobre semelhanças e diferenças referentes ao pertencimento racial desses indivíduos e dos respectivos grupos aos quais pertencem. Todos pertencem a uma determinada raça e, no que se refere às relações étnico-raciais, as consequências desse pertencimento são vivenciadas no cotidiano.

O desafio é tornar a escola um espaço no qual a história da população negra, desde seus primórdios, seja conhecida, para que se desconstruam paradigmas equivocados constituídos histórica-

mente e para que todos sejam tratados de forma equânime e democrática. Situações que demonstram atitudes racistas são verificáveis cotidianamente no espaço escolar. Tomam-se como exemplo alguns materiais didáticos, como livros, que são adotados por algumas redes, que, por vezes, reforçam atitudes racistas. Se a educação, silenciar diante de situações cotidianas de racismo, estará sendo conivente com a reprodução, no imaginário dos alunos, de uma ideologia de superioridade da raça branca em detrimento das demais, especialmente da raça negra, impedindo que todos os profissionais que atuam na educação reflitam sobre ressignificadas maneiras de abordar a questão.

80

É importante reconhecer os problemas e posicionar-se com intenção de saná-los ainda no espaço escolar, para almejar uma sociedade que respeite e reflita o respeito às diferenças, realizando as discussões necessárias sem a marca de preconceito que carregam as questões raciais na escola contemporânea.

A atuação do Movimento Negro fez com que o Estado Brasileiro programasse propostas para a população afrodescendente, no sentido de reconhecer e valorizar a cultura e a história desse povo (CAVALLEIRO, 2000). No que se refere à educação propriamente dita, a principal luta do Movimento Negro privilegiou, primeiramente, o combate à discriminação racial, um segundo

momento, posteriormente à disseminação de ideias racistas que eram e ainda continuam sendo comuns nas escolas, melhores condições de acesso e permanência da população negra no espaço escolar.

7. A Lei nº 10.639/2003

Até ser reconhecida e aplicada na prática, a Lei nº 10.639/2003 percorre um caminho de trilhas difíceis, de ida e voltas. O processo de implementação da Lei nº 10.639/2003 vem ao encontro da Convenção contra a Discriminação na Esfera do Ensino (1960), da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966) e da Declaração a Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e as formas relacionadas de intolerância (2001), assim como da Constituição Federativa do Brasil (1988). Trata-se, portanto, de uma construção histórica mundial e nacional, em face dos longos anos de escravidão que discriminou povos do direito à educação e do acesso à cidadania individual e coletiva.

A Lei nº 10.639/2003 trouxe desafios para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, assim como para a educação básica. Foram necessários cursos e projetos nos quilombolas e nas comunidades rurais, assim como, com a juventude negra, segmento social mais vulnerável da violência urbana.

A propósito do tema, vejam o posicionamento do congolês de nascimento e brasileiro de coração, o Professor Kabengele Munanga, em entrevista publicada no Portal Geledés, em 20/6/2018, ao responder à pergunta “de que modo o senhor acredita que a Lei 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana nas escolas, está ajudando na prática a construir um país mais diverso”?

“Essa lei é muito importante. Em 1995, houve uma marcha do movimento negro em Brasília, que coincidiu com os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Foi a primeira vez que o movimento negro entregou um manifesto a um presidente da República, e foi a primeira vez que se falava de cotas para negros e da obrigatoriedade de se ensinar a história da África, da cultura negra no Brasil. Por quê? Porque excluir a história

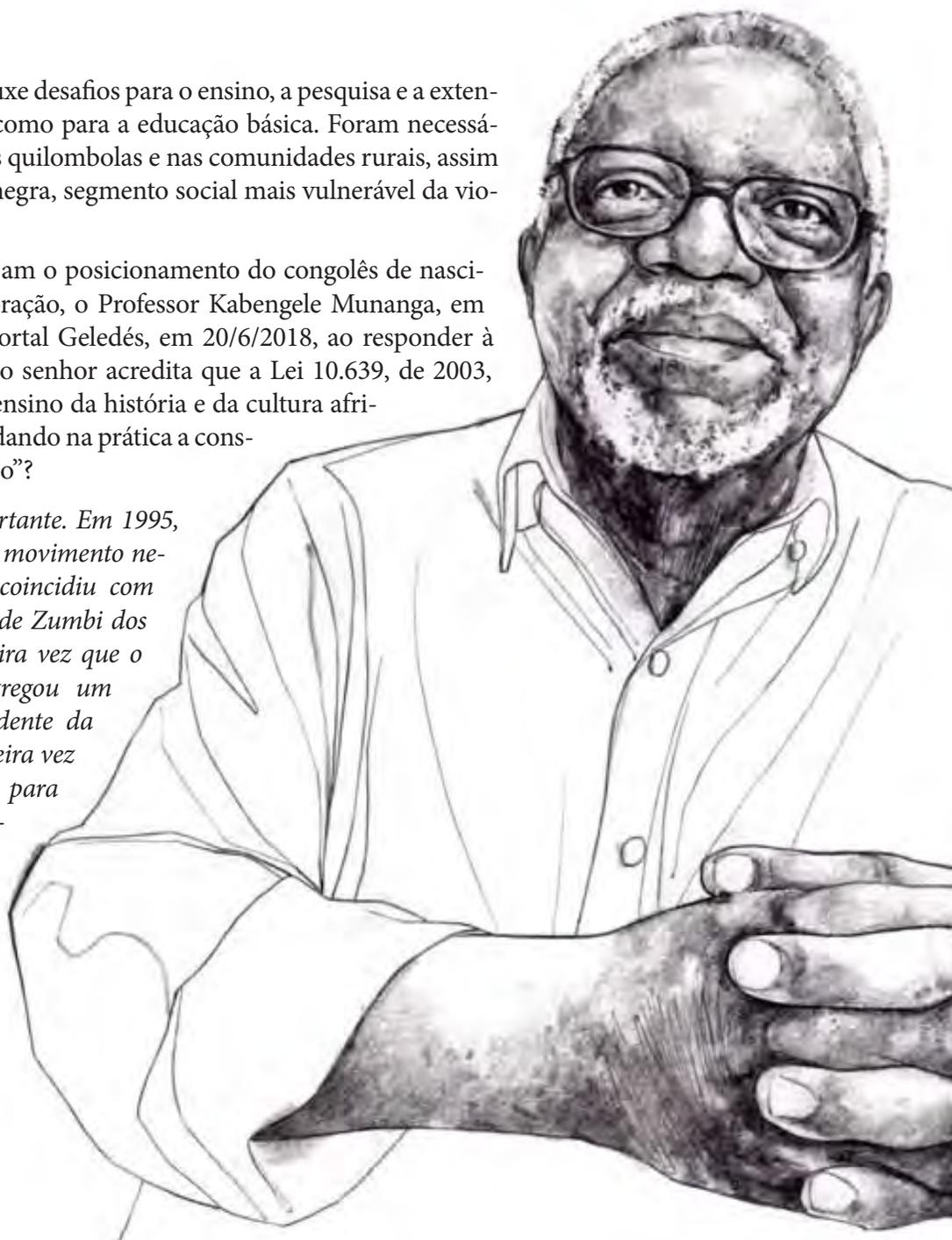


Figura 4:
Professor
Kabengele Munanga

do outro é um dado do racismo. É como dizer: sua cultura não vale nada. E o negro contribuiu para o processo de construção cultural do Brasil. Trouxe religião, visão de mundo, culinária, conhecimentos medicinais... Isso não pode ser deixado de lado. E produziu riqueza, construiu o Brasil com seu suor e sangue. Graças a essa lei, hoje temos textos de qualidade para trabalhar a questão da história do negro e também propostas pedagógicas diferentes, que vêm a enriquecer. Numa aula de educação física, por exemplo, em vez daquela fila indiana, um atrás do outro, fazendo polichinelo, você pode fazer uma roda de capoeira, com as pessoas se olhando, se comunicando, um vendo a performance do outro. É outra proposta corporal, mas também filosófica, muito mais rica. Apesar das resistências de alguns municípios não trabalharem e de não haver monitoramento, a lei trouxe benefícios muito grandes, elevou a autoestima dos alunos negros. Hoje eles sabem que seus antepassados não chegaram aqui sem nada. Eles trouxeram, também, sua civilização, sua cultura”.

Na Paraíba, a Universidade Federal, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – Coordenação de Programas de Ação Comunitária, do Serviço de Assessoria Popular (SEAMPO), a Comissão de Direitos Humanos, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) dentre outros; com a promulgação da Lei nº 10.639/2003 ocorreu diferentes

iniciativas de educação para a diversidade em parceria com as distintas organizações negras. Tais ações abriram o debate no tocante ao exercício da cidadania intercultural para o protagonismo juvenil, incluindo questões relativas ao racismo e respeito à diversidade cultural étnico-racial.

Nesse processo, foram promovidas ações em escolas urbanas e quilombolas, inclusão de módulos em cursos de especialização e mestrados, além de cursos de formação de professores. O projeto “A Cor da Cultura” teve como objetivo desenvolver “ações culturais e educativas, a partir dos programas que o integram, de forma a contribuir para a valorização e preservação das culturas afro-brasileiras e da presença africana na nossa História”. Esses projetos e cursos realizados da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba – SEE, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB e os Movimentos Sociais estão contribuindo para a inserção da cultura afro-brasileira e para ressignificação dos valores étnico-raciais no âmbito da rede pública de educação.

A menção ao trabalho promovido pela SEE em parceria com a UFPB e os movimentos sociais é para ilustrar a importância da formação para a cidadania intercultural, numa sociedade multicultural, como é o caso do Brasil, mas profundamente desigual e preconceituosa.

8. Contextualizando a Educação negra no Brasil

Sociedades com ampla diversidade sociocultural não garante que a convivência social seja pacífica e respeitosa. Ao contrário, a forma como foram subordinados indígenas e africanos no Brasil gestou uma cultura de hierarquização e justaposição de culturas, não um diálogo democrático. Portanto, vários são os conflitos que permeiam as relações sociais, quando não se desdobram em violência estrutural, física e simbólica.

“Os africanos que vieram para as Américas – em sua maioria na condição de escravo, embora mesmo no período colonial tenha havido uma pequena imigração de africanos livres – provinham de diferentes povos que pertenciam a variadas culturas. As suas práticas religiosas eram, em alguns casos assemelhadas e, em outros, bastantes diferenciadas. No Novo Mundo, alguns se desligaram de suas antigas tradições convertendo-se ao cristianismo. No Brasil e nas colônias espanholas, tornaram-se católicos, posto que o catolicismo era a única religião permitida” (BEJAMIN, 2011, p. 38).

Educar para o reconhecimento ativo das diferenças étnico-raciais é uma condição para sustentar uma sociedade democrática, já que a igualdade, como princípio requer o respeito às diferenças. Para que todos, sem exceção, possam se auto-declarar sem correr o risco de ser discriminado requer um longo trabalho de convivência e educação intercultural. Aqui queremos falar da educação como fonte de libertação de preconceitos, racismo, machismo, feminismo, misoginia, misandria, sexismo, enfim, de todas as formas de intolerância, inclusive a religiosa, de que foram vítimas os africanos escravizados e que perderam até os dias atuais, nas relações sociais.

Entre tantas formas de violências sofridas pelos africanos escravizados no Brasil, o direito de cultivar uma religião foi banido ao adentrar a este país. A violência decorrente da discriminação de um povo sobre outro a partir de relações de exploração e tratamento cruel e degradante consolidou relações de superioridade e inferioridade na sociedade brasileira. Pior, que, naquela época, isso foi considerado “normal”, pelo fato de que os que aqui chegaram vieram numa condição

de “coisa” de “mercadoria”, não sendo vistas as formas de como ocorreu a subtração desse povo do seu país de origem, já que o que interessava à elite branca era obediência aos seus senhores.

Trazendo para a contemporaneidade, percebemos que esses feitos foram repassados pela cultura, educação, publicidade e, outras formas socialização, criando entre as gerações de brancos a ideia de raça superior. Isso está posto, quando não são consideradas as diversidades dos atores sociais nos discursos de socialização do conhecimento nas escolas.

84

Escolas situadas em quilombos, em aldeias indígenas, em territórios culturais podem agir de forma descontextualizada da realidade dos estudantes, trazendo outras culturas de fora para dentro, numa relação de justaposição, associando educação como assimilação e adaptação, ne-

gando as raízes culturais. Foi assim a educação em tempos de colônia, império e república.

É gritante a incorporação de valores e saberes construídos no cotidiano dos nossos jovens, conforme aborda Dias:

No intuito de modificarmos esse panorama, torna-se urgente contemplarmos a igualdade, sem, no entanto, cedermos ao jugo da homogeneização. Sabemos que tal iniciativa somente será possível quando a diversidade tornar-se um projeto a ser assumido e incorporado, o que não significa apenas reconhecer a diferença. É preciso desconstruir visões essencialistas, privilegiar a percepção e que nos estruturamos individual e socialmente a partir da relação com o



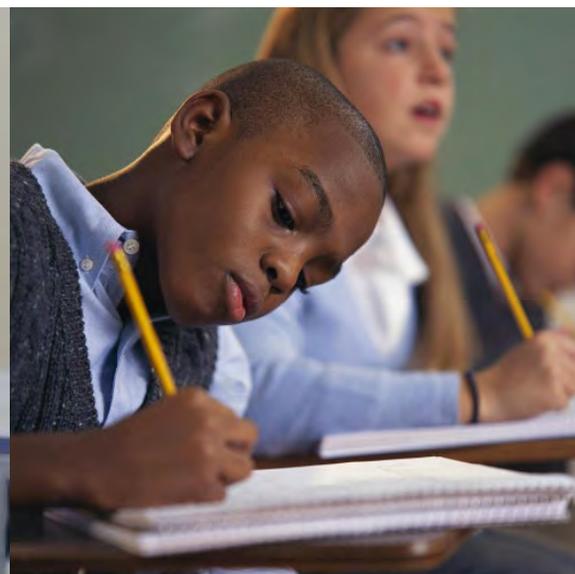
outro e assumirmos, assim a alteridade como verdadeiro processo do (auto) conhecimento. (Dias, 2016, p. 03).

A escola, na perspectiva de implementar uma educação libertadora, pode e deve ser o canal da socialização do conhecimento com vistas à construção de uma nova identidade pautada num processo civilizatório, que tende a emergir nas relações humanas (conflitos, costumes e emoções), pois, nessas relações no ambiente educacional, é que se pode construir uma nova identidade e, assim como o indivíduo aprende a odiar, esse mesmo indivíduo, também, pode reconstruir os seus valores éticos, morais e sociais, quebrando o preconceito acerca da população negra, muitos deles reproduzidos no ambiente escolar por falta de projetos pedagógicos e livros didáticos que contemplem o que preconiza a Lei nº 10.639/2003, ou

seja, a incorporação, no currículo escolar, de práticas e conteúdos relevantes à educação, à cidadania e à cultura dos afrodescendentes.

Segundo Cardoso, (2002, 101) apud Movimento Negro Unificado, (1982):

O processo de alienação da criança brasileira se faz sobretudo através da escola, onde se dá o reforço de um conjunto de ideias elitistas que distorce os valores culturais e nega a participação dos oprimidos no processo histórico brasileiro. Ora, um povo que não sabe o seu passado, um povo sem história, não pode visualizar os caminhos a empreender ao seu futuro.



No caso da criança negra, é justamente na escola que se dá a quebra de sua estrutura psicológica, emocional e cultural através da internalização da ideologia do branqueamento, do mito do brasileiro cordial e do mito da democracia racial. No final desse processo, se ela não reage, acaba por, envergonhar das suas origens e da sua condição de negro.

Por outro lado, é importante ressaltar que esses processos se reforçam, também nas universidades.

86 Cardoso aborda a educação libertadora no contexto das desigualdades raciais e sociais, vivenciado pela população afro-brasileira, ao conduzir o debate para o entendimento necessário e criar mecanismos que possam desconstruir o mito da democracia racial, bem como o racismo, que é usado como instrumento de dominação, de inferioridade. Nesse contexto, vale lembrar que o racismo, que dá sustentação ao discurso de repressão da população negra historicamente oprimida, surgiu na Europa Ocidental, entre o século XVII e século XX, no campo científico-ideológico. Urge, pois, ampliar o debate acerca de atitudes racistas no ambiente escolar, que vem deixando nossas crianças sem estímulos para continuar os estudos.

Erradicar do nosso convívio democrático o mito da igualdade racial é relevante para tratar do assunto que afeta milhares de brasileiros (as), conforme aborda Coelho, (2009,132).

“Tal contexto nos induz à inferência de que não há discriminação racial no Brasil. Afinal, como se pode enfrentar aquilo que não existe? Ledo engano. Existe, sim, racismo, porém a sociedade não se imbuíu de coragem suficiente para enfrentá-lo. No Brasil, em verdade, vivemos sob o efeito da ‘ditadura do senso comum’, que tem naturalizado a democracia racial. Embora a proporção de que não existe racismo se torne menos consensual, constitui, ainda, uma das representações do mito da democracia racial propagada, desde 1933, por Gilberto Freire (1963), dentro e fora do país, e seu reflexos ainda se fazem sentir nos domínios públicos e privados da sociedade”.

É fundamental avançar na educação formal ofertando uma educação contextualizada e multicultural, para que nossas crianças se vejam presentes na história de construção deste país e se empoderem por meio do conhecimento como sujeitos sociais portadores de direitos e deveres, tal quanto uma criança branca. A aplicabilidade da Lei 10.639/2003, nada mais é do que referendar a história e a cultura do negro. E a referência, de tal valor, não temos como mensurar, apenas conjecturar os efeitos na formação psicossocial, de forma que uma criança negra, ao ouvir e conhecer a história de líderes, reis, princesas negros e negras, sintam-se valorizada, imbuída de um sentido de igualdade.

9. Uma história pessoal

Para fundamentar a importância de uma educação contextualizada, em que os estudantes se vejam nas histórias, registra-se a experiência declarada pela professora Ivanilda Mathias, diz ela: ... as minhas idas a capital do país em meados dos anos 80, a trabalho. Nessa década, nos gabinetes do Ministério da Educação percorríamos setores dialogando com servidores hegemonicamente formados de pessoas brancas, com os quais mantínhamos contatos, eram todos brancos e de cabelos lisos, eles e elas tinham um ar de superioridade e eu achava que era porque aquele pessoal detinha o poder de dizer não ou sim, aos nossos pleitos. Mesmo assim, aquilo me incomodava, nem sabia dizer por que, mas incomodava. Por outro lado, quando chegava ao toailete ou, os elevadores, alguns servidores eram negros, a minha vontade era de conversar, de ser bastante cortês. Era um sentimento inexplicável.

Passados alguns anos, retornando ao Ministério de Educação, lá encontro servidores negros e negras, cabelos trançados, crespos, cacheados. Naquele momento, entendi o que me incomodava em anos anteriores, quando sentia que aquele ambiente não era para mim. Não me via naquelas pessoas, e a sensação era de não pertencimento a aquele lugar – não fazer parte daquilo, ser estranho àquele ambiente, ser um favor aquele pesso-

al me deixar adentrar ao mundo que era apenas deles – Eu destoava do “normal”.

Concluo afirmando que, naquela época, não estava claro o sentimento de não pertencimento àquele lugar, não se via naqueles servidores, mesmo em tese, eu era um deles – também, servidora, mas, por ter recebido uma educação bancária de forma linear, uma educação doutrinadora, não evidenciava essas diferenças, fui ensinada a aceitar tudo com normalidade, não me foi evidenciadas as diferenças ético-raciais, de classe social, nem fui instigada a conhecer a minha própria história. Daí, não entendia a minha repulsa àquele local, onde apenas as pessoas de pela branca dominavam.

Então, agora, compreendendo um pouco os sentimentos em relação às pessoas negras que se encontravam limpando o banheiro ou controlando o acesso ao elevador, chego à conclusão que, eu me via neles e, no subconsciente, achava que ali era o lugar destinado para nós que somos negros, a nossa inserção no outro lado da história.

Fatos como esses, não precisam mais existir, vamos engrossar a fileira do movimento que, clama por uma educação libertadora, que prepare a população negra, para a leitura de mundo, para enfrentar os desafios, para compreender as dife-

renças e a diversidade étnico-racial e cultural que compõe a população brasileira.

10. A Educação que queremos

A inserção dos conteúdos sobre a História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio vem garantindo que o tema das relações étnico-raciais seja tratado em todos os sistemas de ensino, incluindo a rede particular de ensino, a partir de uma abordagem que promova o valor da diversidade em nosso país. É demonstrar que a população negra faz parte da história deste país; é despertar nessa população o sentimento de pertencimento; que qualquer lugar pode ser frequentado sem o receio de ser tratado como intruso, sentir-se incluído. Quando os ensinamentos acerca da igualdade acontecem na fase infantil de uma criança, ela tem a oportunidade de desenvolver uma consciência de respeito pelo outro independentemente da cor ou etnia.

A inclusão desses conteúdos nos currículos escolares, acompanhados por práticas educativas que visem desconstruir conceitos e visões essencialistas, bem como a criarem pensadores indepen-

entes, trará uma mudança para a formação das nossas crianças, principalmente as negras, que, em sua maioria, dependem do ensino público, pois, ao longo da história, a instituição de ensino tem sido um sistema de controle coercão. Os conteúdos repassados sem um questionamento, como se tudo fosse uma verdade absoluta, não permite que a criança desenvolva seus questionamentos e seus ideais. Banir das instituições de ensino esse tipo de formação, que não forma sujeitos independentes, criativos e ousados. Imbuídos de valores norteados pela legitimação da igualdade e dos direitos e deveres de cidadania a todos, conforme Dias (2016, p. 02) apud FITOUSSI; ROSANVALLON; 1997, 64-5):

“A igualdade é projeto, um princípio de organização que estrutura o devir de uma sociedade. (...) É um movimento através do qual a sociedade procura libertar, ainda que parcialmente, os indivíduos da sua história para lhes permitir enfrentar melhor o seu futuro, abrindo-lhes um leque de escolhas que certas circunstâncias do seu passado restringiram em demasia. A ideia de igualdade instaure um combate contra o determinismo, a explicação linear do futuro pelo passado”.

Compreende-se que essas mudanças não se constroem num passo de mágica, ela requer profissionais disponíveis a reconstruir seus conceitos

e valores, pois a mudança deve começar quando se fala em sala de aula, pelos educadores e educadoras do nosso país. Uma vez que, conforme relatos em mídias, muitos casos de discriminação e preconceitos são verbalizados também por profissionais da educação.

A educação que falamos, é essa educação que tem por objetivo oportunizar às gerações futuras, sujeitos sociais conscientes, participativos, empoderados por meio do conhecimento científico-ideológico e filosófico, para que possam construir no conflito das relações sociais as regras de convivências harmoniosas.

A luta por uma sociedade sem racismo, discriminação e preconceitos é bandeira de reivindicação dos movimentos sociais negros, organizações não governamentais sem fins lucrativos e professores comprometidos com os movimentos sociais e com a qualidade da educação, que incansavelmente lutam por uma educação inclusiva, que contemplem todas as “minorias” sociais, tais como: portadores de deficiência, índios, ciganos, quilombolas, idosos e pessoas de religião de matrizes africanas, enfim, todas as pessoas consideradas de alguma forma incapazes ou inferiores por aqueles que se julgam superiores.

Apesar da educação que se almeja estar num tímido processo evolução e, mesmo as políticas de ensino terem sofrido uma redução de 18%



(dezoito por cento) nos últimos vinte anos, pode-se dizer que, após a promulgação da lei 10.639 de 17 de janeiro de 2003, que deu as diretrizes para as escolas abordarem a interculturalidade no currículo escolar, é visível uma mudança de comportamento da população negra brasileira, na contemporaneidade. Percebe-se que homens e mulheres negras têm assumido, com mais frequência, os estilos da cultura africana e, o que temos hoje, é uma nova geração negra, demonstrando o orgulho de se apresentar e ao mesmo tempo, negar o branqueamento da pele, assumindo a estética negra, seja na vestimenta ou na naturalidade dos seus cabelos crespos, cacheados ou ondulados, libertando-se da moda induzida pelos modelos europeus.

Apesar de constatamos uma mudança de comportamento da população negra, ainda estamos longe de uma democracia racial. Esse relato serve, apenas, para ilustrar que é através da educação que se pode avançar para o empoderamento da população negra e, ao mesmo tempo, para abrir espaços para uma convivência respeitosa entre negros e brancos, considerando que o povo brasileiro, em sua maioria, é imbuído de um preconceito velado e os casos de discriminação étnico-racial são uma constante na nossa sociedade. Assim, convivemos com o mito de uma democracia racial no mesmo sentido trazido por Chauí:

“Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido da etimológico da narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUI; 2000 p. 09).

Considerando que não existe um modelo que, na prática, garanta as mudanças almejadas através de uma educação libertadora, o que fica é um ensino contextualizado nos medos, nos sentimentos, nos conflitos, nos contradições, nas lutas e nas resistências da população negra, por igualdade e respeito. Igualdade e respeito, sim, essas duas palavras singelas, poderão juntas difundir uma convivência harmoniosa.

Ponderando também que este texto tem como objetivo instigar a escola no sentido de inserir práticas educativas que venham contribuir para a construção de uma escola cidadã, que promova a educação emancipatória e a transformação social das futuras gerações brasileira, por meio da difusão da história da cultura africana e afro-brasileira na matriz curricular, recomendamos um debate com os movimentos negros do seu estado, sem esquecer de inserir os estudantes e profissionais negros da sua escola, com vistas à revisão do Projeto Político-Pedagógico do Curso.

11. A Educação libertadora que se pretende

Qualquer estudante afrodescendente sabe discernir quando a educação atua respeitando e celebrando a diversidade ou quando a educação discrimina e causa sofrimento humano. Nos 500 anos de Brasil, quem pode representar o Brasil? Por que os indígenas foram recebidos com violência em Porto Seguro – Bahia na cerimônia de celebração? Por que o índio Galdino foi assassinado quando estava dormindo numa parada de ônibus em Brasília? Por que a demarcação de terras tradicionais de quilombolas e indígenas são tão difíceis de serem oficializadas?

A Lei nº 10.639/2003 veio para fazer a diferença, veio para educar o Brasil para a liberdade, para fazer com que a ignorância existente em relação aos diferentes povos constituidores da formação cultural brasileira fosse superada, para que os saberes multiculturais formassem uma nova forma de convivência e diálogo intercultural.



Percebe-se que esse processo está relacionado com questões de respeito aos saberes que não envolvem apenas meras informações, mas o desenvolvimento livre de valores, crenças, posturas, comportamentos, hábitos e escolhas, dos estudantes, que esse processo educativo, envolva a interação entre os sujeitos sociais.

No universo da diversidade cultural que compõe a formação do povo brasileiro, deve-se registrar a influência deixada pelos italianos, espanhóis, portugueses, franceses, holandeses e japoneses. Essas etnias deixaram um pouco de sua cultura no Brasil. Nesse mar do pluralismo cultural, estão também, os africanos e os indígenas, marcados por uma herança negativa, de maus-tratos, violência, exclusão.

Objetivando reparar esses danos, há pouco tempo foram sancionadas as Leis nº 10.639/2003, e 11.645/2008, ambas modificadoras da Lei 9.394/1996, que institui as diretrizes e bases da educação nacional, que inclui na base curricular da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: História e cultura afro-brasileira e indígena. Sim, indígena também, para reparar os maus-tratos que essa etnia sofreu.

Ora, as demais etnias que aqui chegaram vieram noutras condições. Segundo a história, vieram de livre e espontânea vontade, à procura de trabalho, não foram sequestrados, nem vendidos como mercadoria, nem foram submetidos ao trabalho escravo, percebiam remuneração pelos serviços prestados – em sua maioria na lavoura. Estes não passaram pelo sofrimento e pela violação de direitos, como foi o caso dos africanos e dos indígenas.

Além dessas privações de direitos para essas duas etnias, mesmo tendo passado vários anos, seus descendentes continuam sofrendo preconceitos e discriminação, além de serem constantemente tra-





Figura 5: Escultura a Galdino na Praça do Compromisso, Brasília

tados como seres inferiores, preguiçosos, vagabundos, entre outros adjetivos pejorativos.

As demais etnias são enaltecidas por muitos brasileiros, principalmente pelos autodeclarados brancos e também por uma parcela da população de afro-brasileiros. A educação no Brasil, essencialmente europeia em seus livros didáticos, demonstra a história de vários países de forma positiva. Falta a história do povo negro e indígena.

Então, compreende-se que a implementação das diretrizes contidas nas leis no currículo escolar objetiva informar a real história desses povos, inclusive, para uma parcela da população negra, que ainda acredita que, a escravidão ocorreu devido à boa vontade de uma princesa, desconhecendo toda uma luta de enfrentamento e resistência por liberdade do povo africano aqui escravizado e dos povos indígenas, que saíram de suas terras por não aceitarem o trabalho forçado. Aqui, põe-se em dúvida se realmente houve uma colonização, pois as terras aqui possuíam donos, e eles foram expulsos.

A educação libertadora que se pretende, é a inserção na matriz curricular, hoje de conteúdos fundamentalmente eurocêntricos, de conteúdos de acordo com as leis nº 10.639/03 e de nº 11.645/08. Se você folheia um livro de história, encontra a história da Europa, dos Estados Unidos, etc., mas, não encontra a história da saga de um povo que contribui para a formação da nação brasileira.

12. Reflexão

POR UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL – ALGUMAS PROPOSIÇÕES PARA O DEBATE:

1. *Ampliar a edição de livros didáticos sobre a história dos povos que contribuíram para a formação da nação brasileira, em especial os africanos e indígenas. Faça uma pesquisa junto às escolas da sua comunidade e solicite o Projeto Pedagógico para fazer uma leitura. Veja se nele está inserido conteúdo relacionado à temática étnico-racial e indígena;*
2. *Promover a formação histórica e cultural acerca da vinda dos africanos para o Brasil com a militância negra, por meio de diversas linguagens, fortalecendo a cultura africana;*
3. *Levantamento das áreas quilombolas, das condições de educação, saúde, cultura e geração de trabalho e renda;*
4. *Promover e apoiar os núcleos de estudos da cultura africana e indígena;*
5. *Instituir monumentos da cultura negra e indígena;*
6. *Tratar da inserção de conceitos como: racismo; preconceitos; igualdade; diversidade e protagonismo, nos textos educacionais de saúde, segurança e cidadania;*
7. *Apoiar e promover encontros de Professores para dialogar e formar acerca da Lei nº 10.639/2003;*
8. *Promover estudos, pesquisas e campanhas sobre a Lei nº 10.639/2003;*
9. *Promover audiências públicas sobre a Lei nº 10.639/2003 com diferentes atores da educação e cultura;*



13. Bibliografia

Livros, Documentos e Revistas

ANDRÉ, Marli. *Práticas inovadoras na formação de professores.* Campinas: Papyrus, 2016.

BENJAMIN, Roberto (org.). O BRASIL SOMOS TODOS NÓS: Livro 7º ano/organização, obra coletiva produzida pela Editora Grafset. – João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2011 – (O Brasil somos todos nós; v.6).

CARDOSO, Marcos Antônio. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998 / Marcos Antônio Cardoso* – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002. 240 p.

CHAUI, Marilena. *Brasil: O mito fundador e sociedade autoritária.* São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.* Revista Brasileira de Educação, v.13, nº37 jan/abr. 2008.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores – Pará, 1970-1989 / Wilma de Nazaré Baía Coelho.* – 2ª ed, - Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. 280 p.

DIAS, Mariana Sousa; SILVA, Renata Flavia da. *Educação libertadora e (re)conhecimento do negro: a voz e a vez das literaturas africanas de língua portuguesa nas salas de aula.* Via Atlântica, São Paulo, n. 32, p. 377-389, dec. 2017. ISSN 2317-8086. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/118468>>. Acesso em: 24 may 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/va.v0i32.118468>.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

_____. **Paulo; SHOR, Ira.** *Medo e ousadia: o cotidiano do professor.* 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Paulo.** *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 50. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

SABERES E FAZERES, v1: modos de ver / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. 116p.: il. Color. - (*A cor da cultura*). Inclui bibliografia ISBN 85-7484-355-5.

Web sites

Portal Geledés. <https://www.geledes.org.br/>

Ilustrações

Figura 1: Manoel Querino. <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/his%C3%B3ria-e-memoria/2014/07/17/manuel-querino>

Figura 2: Dr. João Baptista Herkenhoff. <http://www.palestrantededireito.com.br/dr-joao/inicio>

Figura 3: Paulo Freire. <http://www.tribuna-dainternet.com.br/paulo-freire-homenageado-no-maior-congresso-de-educadores-do-mundo/>

Figura 4: Prof. Kabengele Munanga. <http://www.unilab.edu.br/noticias/2015/02/25/trimestre-inicia-com-aula-inaugural-do-profo-kabengele-munanga-no-campus-dos-males/>

Figura 5: Escultura a Galdino, Brasília. <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/05/26/tragedia-de-indio-galdino-queimado-vivo-em-brasilia-completa-15-anos/>

Figura 6: Pintura de Jean-Baptiste Debret. <https://ciberia.com.br/wp-content/uploads/2017/07/213440461b856f311982f9447fd03567.jpg?x16490>



**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
INOVAÇÃO E
EMPREENDEDORISMO**



1. Introdução

*“Eu quero desaprender para aprender de novo.
Raspar as tintas com que me pintaram.
Desencaixotar emoções, recuperar sentidos”.*
Rubem Alves.

Iniciar abordando a educação profissional, associada à inovação e ao empreendedorismo, é primeiramente discorrer sobre a educação de forma ampla, como também, enquanto um direito fundamental da pessoa humana, garantido na Constituição Federal de 1988.

100 A Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para formação de empreendedores capazes de influenciar uma organização em sua produtividade, à medida que oferece para as empresas a possibilidade de trilhar caminhos mais assertivos para o seu sucesso organizacional, fazendo uso do empreendedorismo e da inovação.

Pode-se definir o ato de educar como apresentar um certo objeto de conhecimento para ser identificado, caracterizado e dimensionado pelo aprendiz como um artefato relevante e que, por isso, merece dele um lugar especial entre os saberes já adquiridos. Em outras palavras, pode-se dizer que educar é “fazer-saber” para ver surgir no aprendiz um novo modo de pensar e de agir. Vale salientar que a oferta deste novo “saber-fazer” deve acontecer em condições intelectuais, psicológicas e materiais adequadas, sem as quais o aprendiz terá dificuldades de aproveitá-lo.

Assim, pode-se entender a aprendizagem como o gerenciamento inteligente de vivências e informações as quais deve o aprendiz articular de modo pessoal e autoral a fim de transformá-las em conhecimento útil e válido, pelo menos para si.

No que se refere à inovação, concebemo-la como um pensar criativo do sujeito que se materializa em um “fazer” eficaz. Diante de uma necessidade ou movido por uma inspiração, o sujeito consegue gerar a solução tão esperada ou antecipar a resposta a um problema por vir. A simples adaptação de um velho objeto ou a invenção totalmente inédita de um certo produto podem ser classificadas como inovação.



2. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos



A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, desencadeou um processo de mudança no comportamento social e a produção de instrumentos e mecanismos internacionais de direitos humanos que foram incorporados ao ordenamento jurídico dos países signatários. Esse processo resultou na base dos atuais sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos.

No Brasil, como na maioria dos países latino-americanos, a temática dos direitos humanos adquiriu elevada significação histórica, como resposta à extensão das formas de violência social e política vivenciadas nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, persiste no contexto de redemocratização a grave herança das violações rotineiras nas questões sociais, impondo-se, como imperativo, romper com a cultura oligárquica que preserva os padrões de reprodução da desigualdade e da violência institucionalizada.

Esse movimento teve como marco expressivo a Constituição Federal de 1988, que formalmente consagrou o Estado Democrático de Direito e

reconheceu, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e os direitos ampliados da cidadania (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais). O Brasil passou a ratificar os mais importantes tratados internacionais (globais e regionais) de proteção dos direitos humanos, além de reconhecer a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Estatuto do Tribunal Penal Internacional.

Novos mecanismos surgiram no cenário nacional como resultante da mobilização da sociedade civil, impulsionando agendas, programas e projetos que buscam materializar a defesa e a promoção dos direitos humanos, conformando, desse modo, um sistema nacional de direitos humanos. As instituições de Estado têm incorporado esse avanço ao criar e fortalecer órgãos específicos em todos os poderes.

A Constituição Federal Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal nº 9.394/1996) afirmam o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação, ao estabelecer uma prática educativa “inspi-

rada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”¹.

O processo de elaboração do PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos teve início em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da Portaria nº 98/2003 da SEDH/PR, formado por especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais. Fruto de um trabalho concentrado do CNE-DH, a primeira versão do PNEDH foi lançada pelo MEC e pela SEDH em dezembro daquele ano, para orientar a implementação de políticas, programas e ações comprometidas com a cultura de respeito e promoção dos direitos humanos.

A estrutura do documento atual estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, e Educação e Mídia.

São objetivos balizadores do PMEDH, conforme estabelecido no artigo 2º:

- a. *Fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;*
- b. *Promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;*
- c. *Fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos;*
- d. *Estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito;*
- e. *Construir, promover e manter a paz.*

Dessa forma, a mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada no conceito de educação para uma cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade.

Entretanto, apesar de contemplar a temática em direitos humanos nos componentes curriculares, é visível ainda nos ambientes escolares a prática de atitudes preconceituosas e racistas. É necessário, então, concentrar-se na educação como um poder de romper as barreiras “invisíveis” dessas atitudes, com vistas a expandir uma educação

¹ BRASIL, Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, <http://portal.mec.gov.br>

que vai além das competências e habilidades para o mundo do trabalho, conforme afirma Silva:

“Deve-se educar para saber que existem os outros, tão legítimos quanto nós; deve-se educar para a pluralidade cultural, ao mesmo tempo em que se deve afirmar a identidade, assim, os fins da educação em direitos humanos estão ligados à formação para o reconhecimento da diversidade e para a afirmação da identidade”
(AGUIRRE apud SILVA, 1995, p. 97).

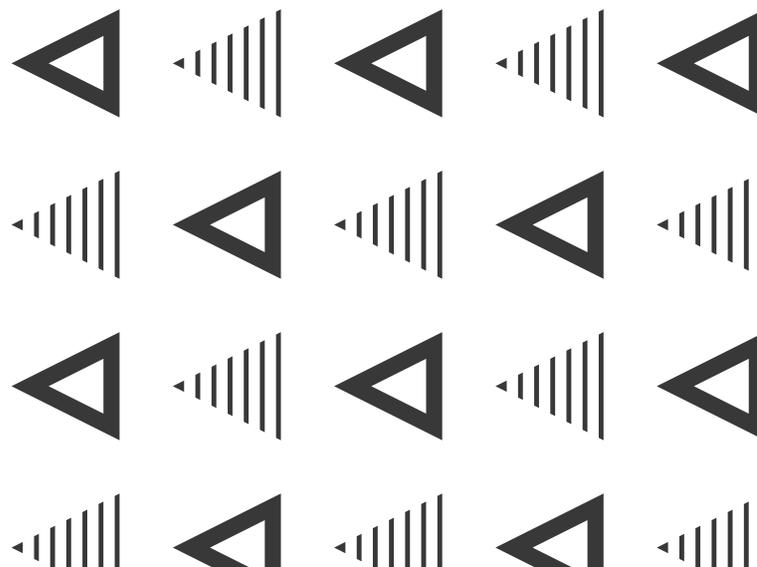
A LDB - Lei de Diretrizes e Bases – situa a educação profissional e tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho, colocando-a numa posição privilegiada, conforme determina o art. 227 da Constituição Federal ao incluir o direito a “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

Considerando que a educação é um processo em evolução, e nesse contexto está a educação profissional, que aos poucos vai agregando valores e conteúdo que venham atender o desenvolvimento tecnológico e científico, procura-se focar o debate sob a educação profissional, agregada às inovações tecnológicas e aos movimentos empreendedoristas – uma realidade da sociedade contemporânea – conforme aborda Deitos e Lara (2016, p. 168):

“Ao considerarmos os dois aspectos apresentados, compreendemos que a política educacional fica tencionada a atender às necessidades exigidas pela maioria da população trabalhadora e, ao mesmo tempo, procura responder às exigências que o processo de produção capitalista estabelece como requisitos técnicos, formativos e ideológicos, requeridos à composição da força de trabalho necessária e do estoque disponível para os setores econômicos nacionais e transnacionais”.

Apesar desse direcionamento da formação para atender às exigências do mercado de trabalho por alguns teóricos, percebe-se ser essa a diretriz adotada pelos institutos da educação profissional.

103



3. A Educação Profissional

A Educação Profissional constitui-se num dos campos da política de educação, pela sua contribuição ao processo de desenvolvimento do país, seja pela formação técnica, tecnológica, seja pela sua contribuição no mundo do trabalho.

Criada pelo do Decreto nº 7.566/1909, o governo Nilo Peçanha justificou a necessidade da formação profissional com o seguinte pronunciamento: “O Brasil do presente sai das academias, e o do futuro sairá das oficinas”. Com esse discurso, e com a necessidade que, país tinha de ter recursos humanos formados – as áreas de “fazer” – foi aos poucos solidificando a educação profissional. Inicialmente foi implantada em 20 (vinte) estados brasileiros, sob a gerência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Atualmente, vinculada ao Ministério da Educação, a Educação Profissional conta com “644 unidades e mais de 500 mil vagas ao final de 2016” (Brasil/MEC/SETEC 2018), em instituições públicas mantidas pelo governo federal, com uma clientela diversificada.

“A Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o

Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campôs em funcionamento.

São 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Essa rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São 2 Cefets, 25 escolas vinculadas a universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica”.

Entretanto, no início de sua implantação, o público que seria inserido nesta formação eram os tidos como “pessoas socialmente de pequeno valor”, ou seja, os excluídos de hoje do processo de acesso aos bens de consumo e serviços. Segundo o Decreto, eram os “desvalidos da sorte, os negros e outros”. O Decreto deixa evidente o componente

social dessa modalidade de educação, face o público constituído da força de trabalho manual. O mencionado dispõe que:

“Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; (...) que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”.

O referido decreto deixa claro para quem é dirigida a educação profissional destinada às camadas sociais menos favorecidas, aos menos esclarecidos etc. Porém, não se pode deixar de enaltecer a propositura do então Presidente Nilo Peçanha à criação de uma escola diferenciada, com o propósito de conter futuros problemas sociais, pois o que se constatou ao longo dos anos que aquele ato foi grandioso para educação profissional brasileira.

Grandes foram as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Com o desenvolvimento industrial, os avanços tecnológicos levaram as instituições de educação profissional a repensar a formação educacional globalizada, com vista a atender as de-

mandas impostas pelo mundo do trabalho, pelos novos desafios e pelas inovações tecnológicas e de desenvolvimento. Novos equipamentos, cada vez mais sofisticados, como também novas tecnologias, em sua maioria importadas, demandavam e demandam até hoje processos permanentes de formulação da política de formação profissional. Aos profissionais, aborda Mercadante (2012, p. 4), as mudanças no mundo do trabalho passam a exigir permanentemente um novo profissional:

“Educação, Ciência e Tecnologia e Inovação entram como eixos estruturantes para que a gente pense a crise para além da conjuntura. Para ganhar competitividade, o Brasil precisa aprender a fazer mais e melhor porque a crise exige mais educação. Esse é o diferencial em relação aos países que estão adotando um regime ortodoxo, com desemprego, arrocho de salários, cortes na demanda agregada. Nós estamos mantendo a demanda agregada, estimulando o investimento, mas nós precisamos ganhar competitividade, e a educação é um elemento fundamental”.

Nessa trajetória, a educação profissional foi se consolidando como uma formação inquestionável em preparar o cidadão ou a cidadã para encarar os desafios do futuro industrial e técnico do mercado de trabalho.

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma, com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a intensificação e diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância.

106

Neste momento da história, o que se constata é que a Educação Profissional não mais está pensando nos “desvalidos da sorte”, mas na qualidade dos profissionais que estão concluindo seus cursos técnicos e tecnológicos baseados no compromisso com a formação profissional. Os gestores, em parceria com os setores competentes do Ministério da Educação, têm mantido constantes debates, no sentido de implementar uma Educação Profissional voltada para os princípios da dignidade humana e da igualdade.

Outro ponto a ser destacado no âmbito da formação profissional é a Educação Superior Tecnológica, a maior área de atuação dos Institutos Federais de Educação. De acordo com os indicadores de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, os Institutos Federais estão no *ranking* das melhores instituições de ensino superior do País:

“De acordo com o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), 35% dos Institutos Federais (IF’s) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET’s) avaliados receberam conceito 4, considerado excelente, e os 65% restantes receberam nota 3” CONIF (2017).

Os dados acima evidenciam o compromisso e a responsabilidade dos gestores da Educação Profissional, que buscam preparar indivíduos com uma formação geral e específica, objetivando uma preparação humanística, científica e tecnológica, que atenda às necessidades do mundo do trabalho.



4. Educação empreendedora e as inovações tecnológicas

Na busca incessante pela qualidade da Educação Profissional e na perspectiva de acompanhar as mudanças e inovações tecnológicas e temáticas, o empreendedorismo faz parte da matriz curricular da Educação Profissional, reunindo as inovações do mundo do trabalho, com vistas a ofertar uma formação fomentada nas competências, conforme preceitua o art.39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, *in verbis*: “a capacidade de integrar-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e à tecnologia, com vistas a conduzir a vida produtiva”.

A formação educacional que contempla a temática “empreendedorismo” contribuirá para despertar no público estudantil o interesse de ser uma pessoa empreendedora, e avançar à cada vez mais no sentido de ampliar as oportunidades

de inserção dos discentes no campo do trabalho, seja formal seja informal, contribuindo, assim, para uma concepção profissional em que os educandos da rede federal de educação obtenham sucesso futuro no campo profissional.

A compreensão do empreendedorismo como uma ciência aplicada no mundo dos inventores, que precisam compreender a importância de elaborar, administrar e sustentar negócios, são ações frequentes no campo das inovações tecnológicas e digitais na contemporaneidade. Nesse contexto, a educação profissional apresenta-se como propulsora da transformação cultural e social dos discentes que, habitualmente, têm sido meros receptores do conhecimento, em administradores ou produtores, como também, deixar de ser apenas consumidores das tecnologias e passarem a ser produtores desses serviços.

Acredita-se que essa mudança contribuirá para tornar a educação, nesse caso, a profissional, mais atrativa, dinâmica e comprometida social e economicamente, mudando, assim, uma cultura de distanciamento entre ricos e pobres, conforme aborda Hengemühle (2014, p.29):

“Formar pessoas competentes e empreendedoras também irá contribuir para diminuir as sequelas sociais que distanciam ricos e pobres. Portanto, abordamos o tema sob

a ótica na qual a educação possa contribuir sistematicamente na formação de pessoas social, ecológica e economicamente responsáveis”.

Essa educação focada no empreendedorismo constitui uma mudança nas práticas docentes que vai além dos ensinamentos tradicionais, e fundamenta-se na realidade dos estudantes, referenciada no seu contexto social, evidenciando os desafios postos no mercado de trabalho altamente competitivo, conforme aborda Gomes e Silva, (2018,p.120) apud Filion, 1999.

“... esse processo de ensino distingue-se do tradicional por se pautar principalmente nas ações dos próprios alunos, contextualizando-os no mundo em que o mesmo está inserido, alertando-os para os desafios existentes e ao mesmo tempo preparando-os para as intempéries próprias de um mercado altamente competitivo, como a falta de recursos e investimentos, as incertezas típicas relacionadas ao início de uma carreira ou de um novo negócio”.

Além de preparar o indivíduo para tornar-se um profissional empreendedor, os profissionais que atuam na educação profissional empreendedora necessitam instigar os discentes a desenvolver

em habilidades inerentes a uma pessoa empreendedora, conforme aborda Capossi, (2016, p.04, apud Brito e Wever, 2003):

“... o empreendedorismo é o mecanismo de trabalho do empreendedor que, por sua vez, requisita o desenvolvimento de cinco qualidades e habilidades para obtenção do sucesso: 1. Criatividade e inovação; 2. Habilidade ao aplicar a criatividade; 3. Força de vontade e fé; 4. Foco na geração de valor; 4. Correr riscos”.

Entende-se que o indivíduo que agrega essas qualidades e habilidades acima mencionadas ainda carecem de outras qualidades para trilhar no mundo dos empreendedores, tais como: apreender a planejar, organizar, ter atitude, acreditar, ter flexibilidade para lidar com a adversidade no mundo dos negócios, poder de persuasão, bem como uma autoconfiança que lhe venha ajudar a vencer os desafios postos no campo das inovações do mundo dos empreendimentos.

As inovações tecnológicas na educação profissional, passam pela criação de novos equipamentos, produtos e serviços, inventos esses que às vezes, podem transformar e mudar radicalmente uma cultura de povo, dependendo dos resultados desses novos inventos. Conforme aborda Cortelazzo (2016, 22):

“Nas três últimas décadas, as transformações tecnológicas quebraram barreiras de espaço e tempo, modificando os diferentes segmentos da sociedade, suas relações, bem como tipos e modos de comunicação, levando as pessoas a utilizarem computadores, tablets e celulares para fazerem, de forma diferente, o que faziam sem esses dispositivos, mas também tendo novas oportunidades que não possuíam. As tecnologias digitais que amplificam essas possibilidades multiplicam as interações humanas nas telas digitais, em outro tempo possível tecnologicamente”.

Essas inovações tecnológicas ocorrem numa frequência tão rápida que os profissionais necessitam constantemente colocar em prática suas criatividade, para que não se sintam ultrapassados. Daí a persistência, a atitude, a coragem e a criatividade serem habilidades essenciais para buscarem novos inventos, a fim de atender às reais demandas dos consumidores, que a cada dia, têm ficado mais exigentes: “É fundamental que apresentem resultados que satisfaçam os usuários na consecução dos seus objetivos de uso com um diferencial em relação às tecnologias existentes” CORTELAZZO (2016, p.21).

A busca por esse diferencial no mundo dos negócios tem deixado para trás muitos empreendedores que declinaram diante das dificuldades em se adaptar a uma nova realidade, em se reorganizar ou até mesmo incorporar novos produtos e serviços. Entretanto, essa vertente do campo de trabalho deverá ser considerada na fase da formação profissional dos estudantes, sendo incluídos na matriz curricular conteúdos teóricos e práticos em que o aluno vivencie as constantes mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Para isso, faz-se necessário também uma constante atualização dos profissionais que atuam na educação profissional, para que essas tecnologias sejam avaliadas no sentido da sua reprodução no âmbito escolar e venham, além de incentivar a formação de novos empreendedores, sedimentar ideias e valores na formação de futuros trabalhadores, vislumbrando profissionais humanitários, conscientes da importância do seu compromisso com os consumidores e comprometidos com a qualidade da oferta do seu trabalho. Acentua Cortelazzo (2016, p. 22) que:

“Os educadores, gestores e professores precisam se atualizar e tornarem-se conscientes das potencialidades e riscos decorrentes do uso das tecnologias na educação, com reflexão permanente sobre as funções da escola em relação à preparação dos estudantes para uma

efetiva cidadania digital ativa e responsável”.

A preparação do discente para o exercício da cidadania ativa pauta-se também, nos conceitos de cidadania, direitos, dignidade, respeito a diversidade etc., a fim de formar um profissional responsável, comprometido com a qualidade de seus serviços com produtos que satisfaçam o comprador e, acima de tudo, empreendedores de sucesso.

As inovações tecnológicas, requerem do profissional da educação o entendimento de que ele é um incentivador, um mediador do conhecimento que tem como objetivo despertar no educando, o desenvolvimento do seu próprio conhecimento, como diz Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si

mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo”. Essa compreensão do fazer o ensino na contemporaneidade, instigar o educando a construir sua própria aprendizagem, ressignificando tudo o que lhe foi transmitido, numa educação dialógica, é uma nova missão para os professores e professoras.

Entende-se que, para lecionar na perspectiva de formar futuros empreendedores, apenas o educador que recebe uma “formação específica dos conceitos empreendedorísticos e pedagógicos em relação à didática de aplicabilidade dos mesmos” - *Capossi (2016, p.09)*. Deve ter, ainda, *know-how* para consolidar a educação com vistas a formação de novos profissionais capacitados para atuar com dinamismo e eficiência no mundo do trabalho. Vejamos o que diz Araújo (2017, p.2):

“Portanto, a docência na educação profissional e tecnológica deve construir uma história de desenvolvimento, empreendedorismo e inovação, pautada na preparação, capacitação e qualificação constante, auxiliando o cidadão a estabelecer as suas metas e trabalhar com esforço, dedicação e ética para alcançar os seus mais importantes objetivos de vida”.



5. A Educação Profissional e Tecnológica na formação de Empreendedores

Educar na visão e perspectiva de preparação para o exercício de uma atividade produtiva constitui uma tarefa significativa na formação de empreendedores para atuar com dinamismo e eficiência no mercado de trabalho, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias para o crescimento profissional.

Partindo dessas ideias, pode-se construir o seguinte questionamento: como a educação profissional e tecnológica pode contribuir na formação e no desenvolvimento de empreendedores capazes de exercer com eficiência e responsabilidade uma atividade produtiva?

O professor na educação profissional e tecnológica, em sua prática pedagógica, deve assumir a função de orientador, motivador e mediador na construção de novas ideias e novas possibilidades de negócio, criando dentro da sala de aula uma cultura empreendedora, despertando em seus

alunos a capacidade criativa para atuar de maneira mais ativa no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, exigindo do trabalhador um diferencial de produtividade. Assim, o ensino profissional e tecnológico deve apresentar um olhar diferenciado de evolução, com uma leitura mais sistêmica e mais abrangente, que possa auxiliar o educando nessa construção de oportunidades.

Nesse sentido, pode-se perceber que o profissional em tempos atuais deve estar aberto ao aperfeiçoamento e à qualificação constante, procurando melhorar sempre em sua atividade produtiva, buscando caminhos para evoluir profissionalmente. Entretanto, o ensino profissional e tecnológico precisa atender a essas necessidades sendo referencial de empreendedorismo e inovação.

Dentro dessa perspectiva, as inovações pedagógicas e tecnológicas assumem importante papel no dinamismo das aulas e no despertar do interesse e da curiosidade do educando rumo à construção de uma atividade profissional. O professor nessa concepção torna-se um motivador de sonhos, influenciando os seus alunos a tornarem-se grandes empreendedores em suas vidas pessoais e profissionais.

Essa motivação deve fazer parte constante das aulas e orientar na construção de importantes projetos pelos alunos. Alunos motivados e valorizados enquanto seres humanos podem produzir mais e melhor enquanto profissionais.

Assim, a educação profissional e tecnológica contribui para a formação de profissionais dinâmicos e inovadores por meio de novas oportunidades e novos recursos de ensino-aprendizagem, o que proporciona ao cidadão a conquista com dignidade de um trabalho, bem como a possibilidade de participar ativamente no desenvolvimento da sociedade.

Com uma educação profissional e tecnológica de qualidade, a sociedade terá profissionais mais competentes e responsáveis, preparados para dar o melhor de si e influenciar qualquer organização de trabalho.

Portanto, a docência na educação profissional e tecnológica deve construir uma história de de-

envolvimento, empreendedorismo e inovação, pautada na preparação, capacitação e qualificação constante, auxiliando o cidadão a estabelecer metas e trabalhar com esforço, dedicação e ética para alcançar os mais importantes objetivos de vida.

6. O perfil do empreendedor negro no Brasil

Em consulta a fontes para a construção desse texto, deparamos-nos com um levantamento feito pelo Sebrae com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na qual foi encontrado que 50% dos donos de negócio são afrodescendentes, 49% são brancos e 1% pertencem a outros grupos populacionais.

De cada dez empreendedores negros ativos no Brasil, nove ocupam a base da pirâmide do empreendedorismo. De acordo com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, existiam 11 milhões de

negros proprietários de empreendimentos, sendo que pouco mais de 1 milhão deles efetivamente contavam com pelo menos um funcionário.

No relatório da pesquisa sobre o perfil étnico-racial do empreendedor brasileiro, o Sebrae faz uma distinção entre o empresário por “conta-própria” e o “empregador”. O primeiro seria o sujeito que trabalha sozinho ou tem a ajuda de um sócio. O segundo disponibiliza de melhor infraestrutura e pode, então, contratar funcionários. Entre os negros, 91% são empreendedores por conta própria e apenas 9% são empregadores. Já entre os brancos, os números são de 78% e 22%, respectivamente.

Sobre o tema pondera o jornalista e ex-secretário municipal de Promoção da Igualdade Racial da Cidade de São Paulo (SMPIR-SP) Maurício Pestana:

“... quando tratamos dos empresários negros, estamos falando de cabeleireiros, de pessoas que montam uma pequena oficina de costura ou distribuidora de produtos para cabelo, e que muitas vezes precisam se virar sozinhas. Já o empreendedor branco em geral, por ter uma questão econômica e social mais elevada, já começa seu negócio em condição mais favorável e em pouco tempo poderá crescer, contratar funcionários e investir mais. Esta é a grande diferença.”

O relatório conclusivo da Pesquisa Nacional Negro Empreendedor realizada pelo Baobá – Fundo de Igualdade Racial em parceria com o Instituto Feira Preta, em 2013 menciona que “o ato de empreender sempre esteve presente no cotidiano





de negros brasileiros. Muito antes da formação do conceito de afro-empendedorismo, o negro empreendia como forma de sobrevivência, por necessidade”. E segue o relatório:

“Hoje, o empreendedor negro ultrapassou as fronteiras da subsistência e tem buscado aprimorar as suas habilidades e competências no que diz respeito à sua atitude empreendedora, cada vez mais, apostando na criação, abertura e gerenciamento de seus próprios negócios”.

No mesmo sentido, Djamila Ribeiro, *in Portal Geledés*, diz que “a prática empreendedora vem crescendo no Brasil, sobretudo quando diz respeito à população negra. Atualmente a maioria dos empreendedores são mulheres que abriram seus negócios por oportunidade, contrariando a crença geral de que as pessoas das camadas com menor poder aquisitivo procuram abrir seus negócios mais por necessidade ou devido ao desemprego”. Aponta como exemplo de “negócio” de sucesso negro a Feira Preta, que segundo ela, transformou-se no maior evento de empreendedorismo e de cultura negra da América Latina.

Adriana Barbosa, idealizadora da Feira Preta, conta que, apesar das mudanças durante a trajetória de construção da Feira, o ideal do evento

Figura 1: Djamila Ribeiro

se manteve. “Embora isso vá se transformando com o tempo, posso dizer que o fio condutor da Feira sempre foi a valorização da cultura negra, o fortalecimento da identidade negra e, principalmente, a promoção do afro-empendedorismo”. Para ela,

“O empreendedorismo tem uma conexão direta com autonomia financeira e, conseqüentemente, inserção social. Esta inserção confere às pessoas, de maneira geral, uma noção de pertencimento. E esta noção é muito cara ao povo negro, em razão do racismo estrutural que temos no Brasil, que ‘reserva espaços específicos’ à população negra”.

Por outro lado, ao analisar os dados do PNAD, Luana Marques, que dirige o departamento de fomento ao empreendedorismo para a América Latina e região do Caribe do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento diz que aqueles números “denotam que as empresas criadas por negros são alvos de preconceito racial. É um número muito baixo de empreendedores se observarmos que estamos falando de um universo de 11 milhões de indivíduos, uma parcela ínfima entre os empresários. Isso acontece porque eles não conseguem ter acesso ao mercado de capitais e ficam fora da maioria das rodadas de negócios. Existe uma forma velada de preconceito”.

Ela reforça, ainda, que a obtenção de crédito é um problema comum entre os empreendedores brasileiros, mas, no caso das empresas gerenciadas por negros, existem barreiras adicionais. “Acesso a financiamento e (ter) as capacidades de gerir um negócio seguem como entraves. Contudo, os afrodescendentes muitas vezes enfrentam obstáculos a mais em decorrência de arranjos discriminatórios históricos”.

Para tentar atenuar esse quadro e atacar o racismo no empreendedorismo brasileiro, em 2015, o BID, com sede em Washington, lançou um projeto de fomento batizado de Inova Capital – Programa de Apoio a Empreendedores Afro-Brasileiros. A iniciativa tem como meta criar um ambiente de aceleração que favoreça novos negócios cujos donos sejam negros e visa aproximar esses empreendimentos de potenciais investidores. A expectativa é de mobilizar o ecossistema empresarial para que seja mais inclusivo: entidades de apoio a empresas já estabelecidas e “startups” instituições de ensino, o mercado de capitais, entre tantas outras.

A Endeavor (<https://endeavor.org.br/>) e o Sebrae (<http://www.institutoiab.org.br/projeto-brasil-afroempreendedor/>), entidades também ligadas ao empreendedorismo no Brasil, serão parceiras do programa arquitetado pelo BID em áreas como capacitação e logística.



7. Programa de Apoio a Empreendedores Afro-Brasileiros

Em maio de 2017, a especialista em Desenvolvimento Social da Divisão de Gênero e Diversidade do BID e Coordenadora do Inova Capital, Luana Marques, afirmou em entrevista à plataforma noticiosa HUFF POST BRASIL que “ser negro no Brasil, além de ter mais chances de ser morto ainda na juventude, ter menor acesso à educação e ganhar proporcionalmente menos que os brancos, também representa ter menores oportunidades no mundo dos negócios”.

Naquela ocasião, afirmou que “o programa trabalha com os governos para apoiar o fortalecimento dos sistemas que fazem parte do ecossistema de inovação e empreendedorismo, buscando tornar o ambiente mais propício para que surjam mais soluções para os desafios do desenvolvimento tanto

Figura 2: Luana Marques Garcia

local quanto internacional. Isso inclui facilitação de trâmites, programas de capacitação, implementação de benefícios fiscais para incentivar a inovação, implementação dos marcos legais que vão permitir agilizar os processos de investimento e de criação de empresas, assim como leis de proteção à propriedade intelectual”. Adiante, seguem trechos da entrevista disponível na íntegra em <https://www.huffpostbrasil.com/>

HuffPost Brasil – Como esse projeto pode impactar a economia brasileira?

Luana Marques – A população negra no Brasil são mais de 100 milhões de pessoas, cerca de 80 milhões de consumidores e cerca de 11 milhões de empreendedores, entre eles os autônomos. Mas quando você olha dentro desses 11 milhões, apenas um milhão deles está gerando emprego hoje em dia. Se conseguirmos acabar com as barreiras e encontrar os fatores de sucesso, e que estes fatores ajudem esses empreendedores a deslançarem, é um bom investimento, seja público, seja privado, porque a ideia, no final das contas, é criar empregos. Apesar de ser maioria, a população negra ainda tem pouca representatividade entre os que empregam no Brasil.

HuffPost Brasil - Quais são as barreiras que empreendedores negros enfrentam?

Luana Marques – Grande parte vem pela questão social, o que está muito bem documentado.

Hoje, os empreendedores negros, por toda a exclusão histórica que já conhecemos, têm menor acesso à educação de qualidade e até à cultura empreendedora.

Os negros sempre foram empreendedores, sempre contribuíram grandemente para a economia brasileira, mas sempre tiveram uma exclusão em termos de ativos (financeiros). As famílias negras não têm o mesmo nível de ativos que famílias brancas, historicamente falando. Sobre a questão do acesso à educação, só nos últimos dez anos é que vimos um incremento rápido do acesso à educação, quando cresceu quatro vezes a participação dos negros no ensino superior.

As mudanças sociais estão ocorrendo, e as econômicas também. Acreditamos que também podemos contribuir para diminuir essas barreiras.

Mas, se queremos acelerar esse empoderamento, precisamos saber muito bem quais são as barreiras para os empreendedores negros. O Inova Capital quer enfrentar essa desigualdade, mas como fazer isso? Quais fatores que um programa de aceleração deve ter para acabar com as barreiras? Precisamos, primeiro, identificá-las para combatê-las, dando aos empreendedores negros o que eles precisam.

HuffPost Brasil - O racismo impacta de que forma em uma empresa liderada por um negro?

Luana Marques – O acesso a financiamento e capacidades de gestão, acredito que sem dúvida são alguns dos principais fatores que impedem os empreendedores negros.

Eles mesmos, durante o programa, reportaram que enfrentam discriminação no acesso a capital, na entrada de redes de negócios, de se associar. Ou seja, eles sentem discriminação financeira e, muitas vezes, se veem obrigados a procurar métodos alternativos, por meio de amigos e família ou mesmo por meio de financiamentos de terceiros que impõem taxas abusivas. Tudo isso são barreiras cumulativas.

Uma demanda por parte dos próprios empreendedores dentro do cronograma do programa foi discutir o racismo e a discriminação no acesso ao capital. Os próprios empreendedores pediram um módulo disto, de debater entre eles mesmos para

poder enfrentar as próprias barreiras.

HuffPost Brasil - Você tem percebido uma diminuição nas barreiras?

Luana Marques – Sim, como citei, os dados de crescimento no rendimento, na escolaridade e no número de empreendedores no Brasil. Aqui, o tema é entender como esses ecossistemas empresariais – seja de São Paulo, seja de Salvador – podem ser mais inclusivos com relação ao empreendedor afro. Entender o que eles precisam em cada ecossistema, investir nas empresas lideradas por negros que têm alto impacto e que vão poder gerar empregos.

Ou seja: possibilitar que essas empresas tenham ferramentas e recursos para expandir os negócios, tal qual qualquer outro empreendimento no mesmo nível de maturidade.

A gente está observando um progresso em termos de números de empreendedores e empregadores, e nos rendimentos. A gente vê positivamente a tendência de crescimento nos últimos dez anos.



Figura 3: Seminário com Afrodescendentes. Projetos aprovados pelo BID, Maio 2016

8. Reflexão

O texto ora elaborado procurou referendar a educação profissional agregada ao empreendedorismo e às inovações tecnológicas, como uma vertente que busca contribuir com a formação profissional dos cidadãos e cidadãs, com vista à qualificação e especialização da mão de obra a ser inserida no mundo trabalho, a fim de atender às exigências mercadológicas postas pela ampla concorrência.

Também, destaca-se a importância da educação profissional, desde a sua criação no ano de 1909, que foi pensada para evitar a desordem social que poderia ocorrer em consequência de uma população de forros sem perspectiva de inserir-se no mundo do trabalho, devido à falta de qualificação profissional, sendo jogados aos recantos das periferias, após a oficialização da abolição da escravidão.

Mas, após longos anos, esta se consagrou numa referência em educação em nosso País, principalmente, para aqueles que buscam se especializar numa área técnica ou tecnológica.

Evidencia-se para os profissionais da educação profissional, em atuação no âmbito da educação empreendedora, a importância de manter-se atualizado, como também estar em constante avaliação das inovações tecnológicas, a fim de incentivar a criação de produtos e serviços que venham contemplar toda uma po-

pulação que constantemente é excluída dos processos dos meios de produção em um sistema capitalista e excludente.

Exercer a docência na Educação Profissional e Tecnológica se constitui numa caminhada de compreensão da importância do desenvolvimento do empreendedorismo e das inovações tecnológicas, referenciada na capacitação e qualificação continuada, ajudando o indivíduo a conquistar com dignidade e ética, a realização dos seus objetivos, seja no campo pessoal ou profissional.

Para encerrar essas reflexões, e, fazendo uma ponte para a próxima Unidade, vale a pena a citação do economista, professor da PUC/RJ e referência nos estudos de relações raciais no Brasil. Marcelo Paixão:

“São públicos os fatores que dificultam o crescimento e fortalecimento do empreendedorismo negro, em larga escala, no país e um dos principais entraves se deve ao racismo institucionalizado brasileiro. Além deste, outras razões podem ser estão relacionadas às dificuldades vivenciadas pelos negros no momento de empreender que seriam a falta de planejamento e de capacitação administrativa/gerencial, a informalidade, a aposta em negócios de pouco retorno, condições ocupacionais anteriores frágeis dentre outras”.

9. Bibliografia

Livros, Documentos e Revistas

ARAÚJO, Marcos Antônio Lenes de. *As contribuições da Educação Profissional e Tecnológica para formação empreendedora – janeiro/2017 – disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/empreendedorismo/as-contribuicoes-da-educacao-profissional-e-tecnologica-para-formacao-de-empresendedores/101628/> - Acesso em 19.05.2018.*

BRASIL, Mec/Setec. *Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades -- abril/2018 - Disponível em : <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> - acesso em 30.05.2018.*

CAPOSSI, Thamiris Dias. *Cátedra Ozires Silva de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis EDUCAÇÃO E PRÁTICA EMPREENDEDORA Uma coletânea de experiências e reflexões Organizadores Fabio Mello Fagundes John Jackson Buettgen Luciano Minghini Curitiba 2016 – Curitiba – 2016 – Disponível em: [*\[cplayer.com.br/56817882-Catedra-ozires-silva-de-empresendedorismo-e-inovacao-sustentaveis-educacao-e-pratica-empresenedora.html\]\(http://cplayer.com.br/56817882-Catedra-ozires-silva-de-empresendedorismo-e-inovacao-sustentaveis-educacao-e-pratica-empresenedora.html\)*](http://do-</i></p></div><div data-bbox=)*

CARONE, Irany. *Democracia e exclusão social, SOUZA. Lídio de, TRINDADE. Zeidi Araújo. (Org) Violência e exclusão – convivemos com paradoxo. São Paulo: casa do Psicólogo. 2004.*

CONIF. *Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) – Rede Federal está no ranking de melhores instituições de ensino superior do País – nov.2017 – Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/rede-federal/historico-do-conif> - acesso em 30.05.2018.*

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. *Inovações tecnológicas na educação profissional para o empreendedorismo e empregabilidade - P o i é s i s – revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, Tubarão, v.10, n. Especial, p. 08 - 26, Jun/Dez 2016. By Zumblick <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v10e020168-26>.*

GOMES, Danilo Cortez; SILVA, Luciano Alexandre de Farias. *Educação Empreendedora no Ensino Profissional: Desafios e Experiências numa Instituição de Ensino. Holos, [S.1.], v. 1,*

p. 118-139, fev. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5264>>. Acesso em: 30 maio 2018. Doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.5264>.

HADDAD, Sergio. *Direito humano à educação. LIMA. Benenuto (Org) – Relatório brasileiro sobre direitos humanos econômicos, sociais e culturais: meio ambiente, saúde, moradia adequada e à terra urbana, educação, trabalho, alimentação, água e terra rural. Recife: GAJOP, 2003.*

HENGEMÜHLE, Adelar. *Desafios educacionais na formação de empreendedores. Porto Alegre: Penso, 2014.*

Web sites

Portal Geledés. <https://www.geledes.org.br/>

Portal Feira Preta. <http://feirapreta.com.br/#>

Plataforma HuffPost Brasil. <https://www.huffpostbrasil.com/>

Instituto Adolpho Bauer. <http://www.institutoiab.org.br/projeto-brasil-afroempreendedor/>

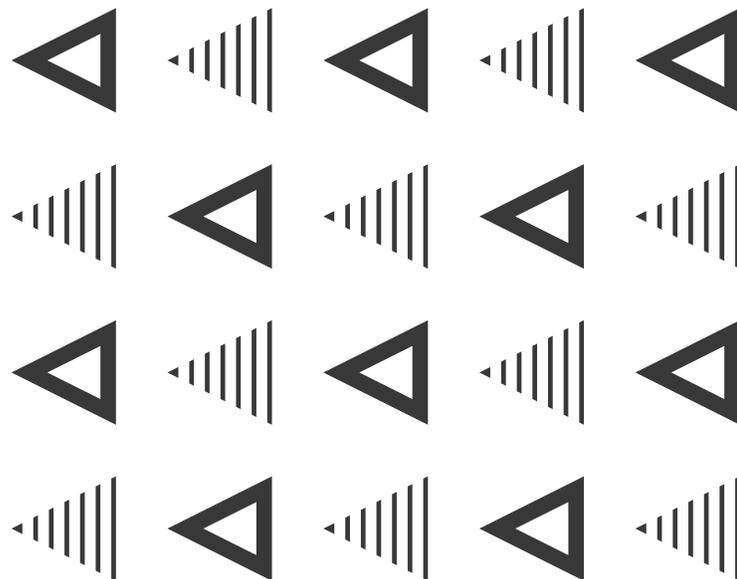
Ilustrações

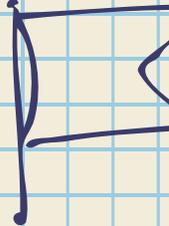
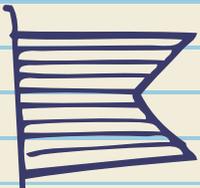
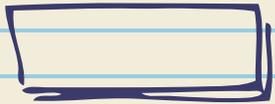
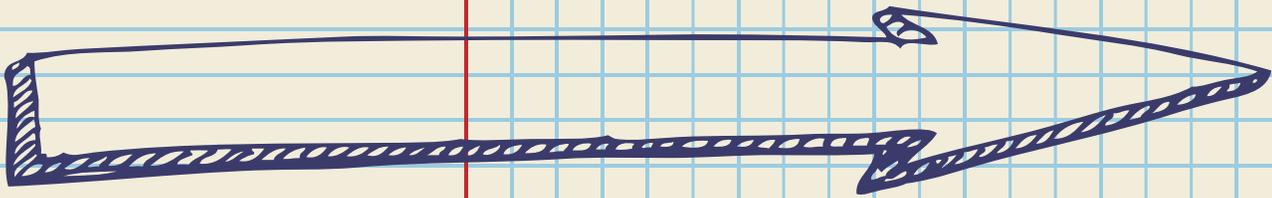
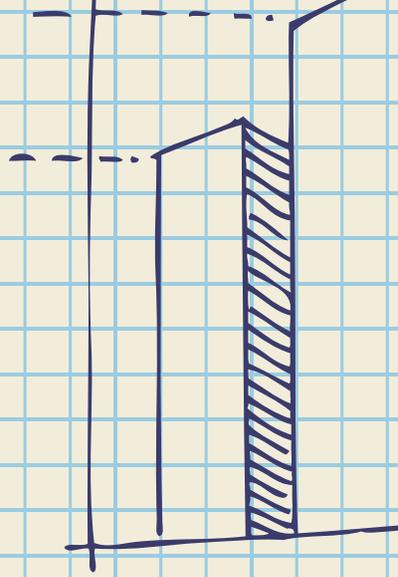
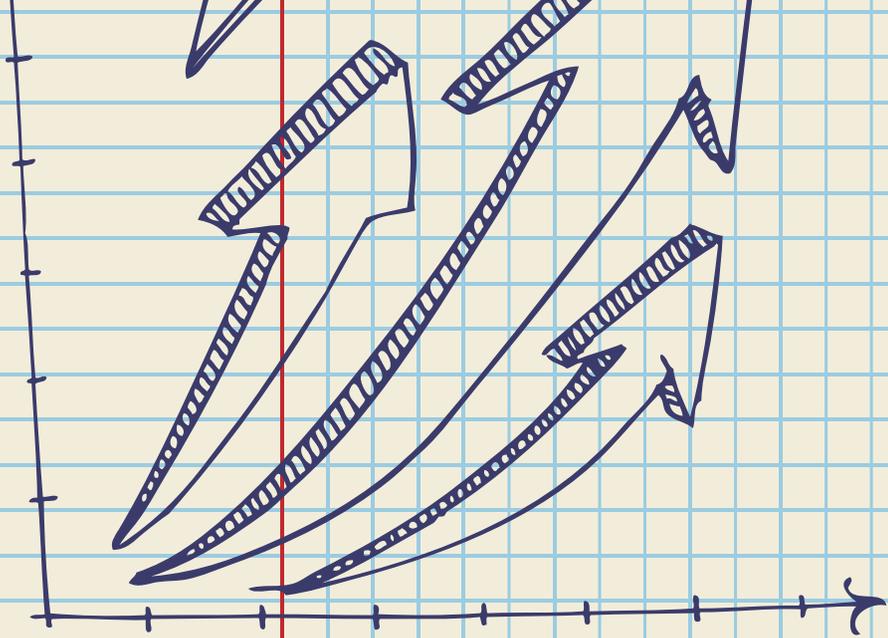
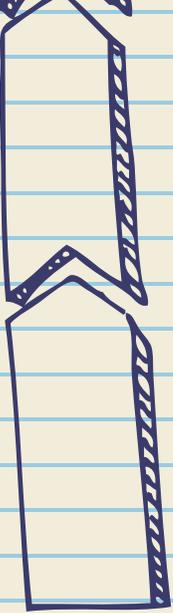
Figura 1: Djamila Ribeiro. <http://www.pt.org.br/djamila-ribeiro-e-a-nova-secretaria-adjunta-de-direitos-humanos-de-sp/>

Figura 2: Luana Marques Garcia. https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/13/barrados-nos-bancos-sem-empregados-negros-sao-maioria-no-empre_a_22082054/

Figura 3: Seminário com afrodescendentes cujos projetos foram aprovados pelo BID, Maio 2016. <http://www.institutoiab.org.br/a-importancia-do-programa-do-bid-pelas-vozes-dos-30-afroempreendedores-selecionados/>

121





PLANEJAR PARA CONQUISTAR



1. Introdução

*Chame o sucesso para fazer parte de sua vida.
Acredite no seu potencial criador,
seja inovador, treine sua mente para vencer,
estipule metas e, principalmente, lute por seus
ideais.*

Flávio Souza.

124

Os negros vêm lutando por espaço na sociedade há muitos anos. O preconceito e o racismo ainda estão infiltrados no dia a dia em diversos ambientes, como escolas e mercado de trabalho.

O último cálculo do IBGE com relação ao desemprego mostrou que mais de 14 milhões de pessoas estão desempregadas no país, sendo que essa taxa atinge mais de 14% da população negra e apenas 9% da população branca.

Além da maior dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, os negros recebem salário inferior quando conseguem um emprego. A diferença chega a quase metade do que os brancos ganham em sua renda média real.

Considerando a dificuldade de encontrar um trabalho fixo, a população tem buscado novas alternativas para conseguir se sustentar. Com isso, mais microempreendedores estão surgindo, e, com eles, a maior valorização da cultura afro.

O maior obstáculo dos negros para dar início a um projeto empreendedor é justamente o preconceito histórico contra sua cor e sua cultura. O que poucas pessoas pensam é que por a maioria dos negros fazer parte da população que vive nas periferias, eles são justamente aqueles que melhor entendem os problemas sociais da região em que vivem, sugerindo soluções de forma mais eficaz.

Incentivar a população afrodescendente a abrir seu próprio negócio é essencial para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Atualmente existem diversos projetos sociais e organizações do Terceiro Setor que buscam ajudar essas pessoas, mostrando uma novas visões e oportunidades.

Entre essas organizações estão a Rede Brasil Afro-Empreendedor (REAFRO) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável pelo programa de Apoio a Empreendedores Afro-brasileiros, a Inova Capital. O objetivo central dessas duas instituições é dar espaço às pessoas negras com ideias inovadoras capazes de melhorar a sociedade.

A assistência oferecida por essas organizações comporta desde ajuda financeira até orientação de novas técnicas de gestão. Os negócios variam desde salão de cabeleireiro especializado em ca-

belos afros até empresas alimentícias ou de tecnologia. O setor varia de acordo com o perfil do empreendedor, principalmente na questão de gênero (homem ou mulher).

Marcelo Paixão também cita a importância da ampliação da gestão desses empreendimentos: “O empreendedorismo afro-brasileiro se manifesta de diferentes formas, algumas com maior conteúdo tecnológico ou capacidade gerencial e outras gerenciadas de forma mais espontânea ou artesanal. De fato, há um amplo terreno vinculado à cultura negra que vem sendo explorado por expressivos contingentes desta população, tal como



Figura 1: Marcelo Paixão

é o célebre exemplo das baianas do acarajé ou dos cabeleiros de estilo afro. Por isso é necessária a ampliação da capacidade gerencial e financeira destes setores”.

Segundo Ruth Pinheiro, o crescimento do empreendedorismo afro se deve a várias razões, entre elas aos inúmeros negócios que são baseados na cultura negra, hábitos, preferências e necessidades. “A participação desses empreendimentos em todos os setores da produção se reflete na

movimentação de cerca de 12 bilhões de reais ao ano, produzidos por micro, pequenas e médias empresas afro-brasileiras que necessitam de fomento e investimentos para se tornarem cada vez maiores e colaborarem ainda mais para o desenvolvimento e melhoria da economia brasileira”, afirmou. “Os negros foram e são a base de trabalho para a geração de riquezas no Brasil e hoje têm vasta contribuição na economia nacional”.

Figura 2: Ruth Pinheiro



2. Afro-humanidade

Segundo um bem-sucedido empreendedor negro, a “Síntese de um empreendimento afro-brasileiro é: autoestima, conquista, ética, família e sustentabilidade”. Só que além desses elementos citados o negro empresário e a negra empresária de sucesso devem ter sua vida pautada na Afro-humanidade.

Segundo Adama Samassékou, presidente da Conferência Mundial de Humanidades (WHC), ex-ministro da Educação Nacional do Mali, “humanidade é a nossa abertura permanente ao Outro, nossas relações de ser humano para ser humano. Ela determina uma relação permanente de solidariedade, livre de manipulação – um impulso espontâneo de acolher o Outro. Essa humanidade torna possível conectar humano com humano – para usar a bela expressão de Césaire – e é a base para uma cultura do “ser”, o oposto de uma cultura totalitária do “ter”, que leva a relações permanentemente conflituosas de aquisição, ou mesmo dominação”.

As sociedades africanas sempre colocaram o “ser”, em vez do “ter”, no centro do seu desenvolvimento. Em termos mais globais, certas sociedades não europeias têm uma cosmovisão que coloca o “ser” no centro de todas as relações com

o mundo. Essa visão é caracterizada por uma busca permanente por relações não conflituosas, pacíficas, orientadas em direção ao consenso com os outros e à harmonia com o meio ambiente, no sentido mais amplo. Por muito tempo, essa concepção de mundo também era compartilhada pelo Ocidente, antes de ser dominada por uma forma de modernidade com base no mercado, no fundamentalismo material e na acumulação individualista. A humanidade nos leva a ver as raízes da nossa condição humana e, por isso mesmo, o que constitui a sua essência.

“Este termo recobre o «conjunto de oferendas de evolução que os humanos se deram uns aos outros no decurso das gerações, desde que têm consciência de ser e que podem ainda fazer um enriquecimento sem limite”.

A humanidade é um conceito de natureza antropológica, que nos leva a ver as raízes da nossa condição humana. O conceito de Humanidade foi definido por Albert Jacquard, em 1987, inspirado no conceito de Negritude, de Léopold Senghor. Mais tarde, em 1989, geriatra francês Lucien Mias introduziu pela primeira vez o termo da humanidade nos cuidados da medicina com

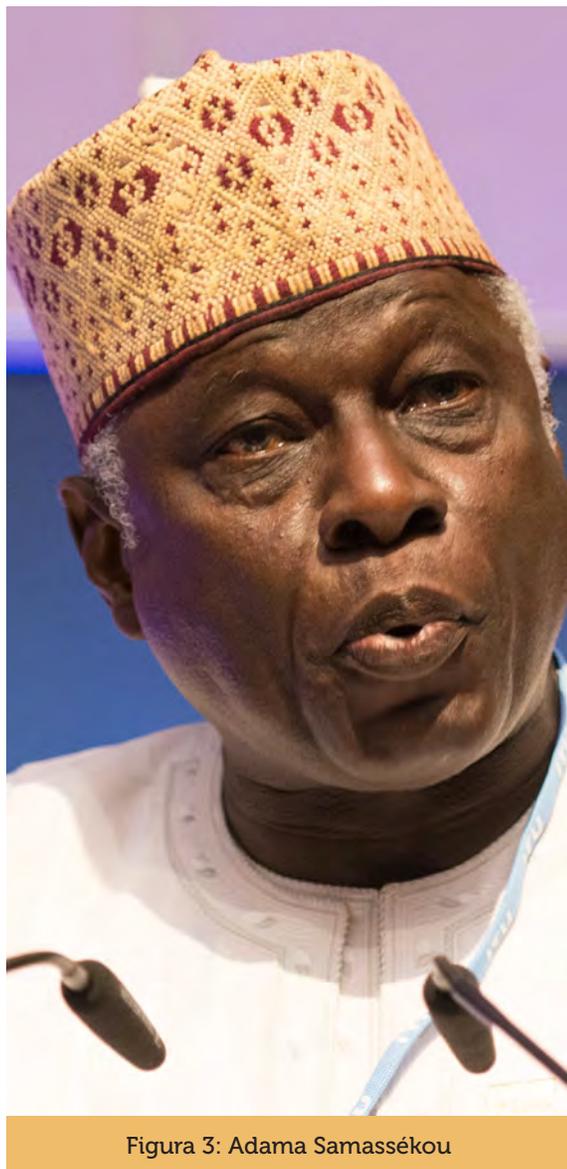


Figura 3: Adama Samassékou

idosos. Em 1995, Rosette Marescotti e Yves Gineste decidem escrever uma nova filosofia de cuidados, que eles chamaram de “filosofia da humanidade”, na aplicação aos cuidados de enfermagem.

O conceito de humanidade proposto aqui é uma conexão com a afro-humanidade por meio da filosofia Ubuntu para reenfatar os imperativos do cuidado e da partilha por meio da humanidade. O Ubuntu é uma filosofia tradicional africana que nos oferece uma compreensão de nós mesmos em relação com o mundo. De acordo com Ubuntu, existe um elo comum entre todos nós e é através deste vínculo, através de nossa interação com nossos companheiros seres humanos, que descobrimos nossas próprias qualidades humanas. No ensino do Ubuntu uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas. O mercado afro-brasileiro é um segmento de público-alvo que tem certas expectativas em relação aos produtos e serviços que irão consumir. A forte influência que os afrodescendentes possuem na cultura brasileira possibilita, em termos mercadológicos, que exista algo diferenciado e inovador.

No entanto, é indispensável frisar que essas concepções de fortalecimento da cultura negra, a busca da independência criativa, entre outros fatores, não negligencia a luta pela relevância do negro no mercado de trabalho e em cargos de liderança em grandes empresas. O empreendedorismo afro deve ser visto nesse contexto, como mais uma ferramenta de buscar uma efetiva democracia racial.

3. Exemplos de empreendimentos de sucesso da Afro-humanidade

A título de exemplo (talvez de inspiração) vejamos seis empreendimentos de sucesso com valores da Afro-humanidade:

EBONY ENGLISH: INGLÊS COM CULTURA NEGRA

A única escola de inglês no Brasil que ministra suas aulas a partir de um conteúdo da cultura diaspórica africana. Administrado por empreendedores afrodescendentes, o curso oferece um método inovador de ensino, calcado em ferramentas modernas de apoio pedagógico e que contempla aspectos relevantes da cultura negra universal como conteúdo da grade de ensino.

“Nossa escola tem o foco na cultura negra”, explica Rodrigo Faustino, diretor da Ebony English. Os cursos têm preços mais acessíveis que nas escolas tradicionais. A Ebony English, foi fundada em agosto de 2008 por Durval Arantes, Rodrigo Faustino, Priscila Faustino, Elenice Carvalho e Camila Camargo.

A BITÁVEL TECNOLOGIA: MODELO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DA MÃE ÁFRICA

A Bitável Tecnologia é uma empresa de engenharia e desenvolvedora de *softwares* para Planejamento e Gerenciamento de Projetos, foi fundada por Ana Paula Tongo e Flavio Tongo em Vitória-ES, Brasil, no ano de 1999. A empresa oferece softwares, treinamentos e consultoria em planejamento e gerenciamento de projetos, obras e empreendimentos.

Os seus fundadores têm um toque muito especial para a Afro-humanidade, Nesta perspectiva a Bitável Tecnologia firmou acordo histórico com a Prestígio – Liga de Jovens Empresários e Executivos de Angola, passou a disponibilizar oport-

tunidades de estágio e treinamento na área de Planejamento e Gerenciamento de Projetos, para jovens universitários africanos, residentes no Espírito Santo e no Brasil, em especial os angolanos. Como promotora de inovações tecnológicas a Bitável Tecnologia busca inovar com técnicas gerenciais e de engenharia utilizadas durante a construção das pirâmides a mais de 4.500 anos no Egito para descobrir técnicas e ferramentas de gestão de projetos. Um Modelo de Gerenciamento de Projetos da Mãe África. Site: <http://www.bitavel.com/>

FEIRA PRETA: FOMENTAR NEGÓCIOS DE EMPREENDEDORES DA COMUNIDADE NEGRA

Quando, em 2001, Adriana Barbosa ao notar a ausência de negros nas feiras que participava, decidiu, ao lado de uma amiga, iniciar uma feira temática. Nascia ali, na Praça Benedito Calixto, zona oeste de São Paulo, a Feira Preta.

130



Figura 4: Ana Paula Tongo



Figura 5: Adriana Barbosa

A Feira Preta é realizada anualmente, com o forte objetivo de difundir costumes e tradições da cultura negra e fomentar negócios de empreendedores da comunidade negra. A Feira Preta já reuniu 400 artistas, 500 expositores, mais de R\$ 2 milhões de circulação monetária e 70 mil visitantes.

A empreendedora, Adriana Barbosa, que juntamente com os atores Lázaro Ramos e Thais de Araújo, foram considerados um dos 51 negros mais influentes do mundo em 2017, por indicação do Most Influential People of African Descent, o MIPAD, um órgão que reconhece pessoas que mudam o mundo.

“É um segmento altamente promissor. Hoje, as pessoas se autodeclaram negras e, aí, há oportunidade empreendedora”, diz Adriana Barbosa. “O mercado precisa enxergar essa população. Existem poucas empresas com desenvolvimento de produtos específicos para os negros”, completa.

CURSIONHO 20 DE NOVEMBRO: COM ELEMENTOS DA CULTURA NEGRA

Emerson Teodoro criou o Cursinho 20 de Novembro (nome que coincide com a data da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695) e orgulha-se

por ter o maior índice de aprovação entre os vestibulandos da Fatec.

Com mais da metade de alunos negros, Teodoro diz que há elementos da cultura negra durante as aulas, mas não tanto quanto gostaria. “Nosso foco é fazer o aluno ser aprovado”, afirma.

HDA MODELS: FAZENDO MODELOS NEGROS

No ano 2000, inicia-se uma trajetória de sucesso. Com a proposta de valorizar a beleza negra, divulgar e propagar o talento indiscutível de seus modelos, nasce a HDA Models, primeira agência brasileira especializada em modelos negros. Um espaço de formação e divulgação dos modelos afrodescendentes no universo da moda, beleza e publicidade.

A HDA virou uma empresa quando o seu criador, Helder Dias, percebeu que o mercado era exigente e que ele tinha de ter o melhor do seu produto para apresentar e concorrer de igual para igual com as outras agências. “Foi necessário que eu me qualificasse, me capacitasse mais para poder atender o tão exigente mercado de trabalho, voltado para moda, beleza e publicidade”, diz Helder.

BELEZA NATURAL: CUIDANDO DOS CABELOS CRESPOS

A Beleza Natural tem forte apelo para mulheres negras. Heloísa Helena Belém de Assis Marinho, mais conhecida como Zica, é a ex-empregada doméstica que perseguiu seus sonhos e ergueu um império.

De quatro funcionárias no início, a empresa conta hoje com 1.400. A empresa abriu um centro de treinamento no Rio e uma fábrica de onde saem 250 toneladas de produtos por mês.

QUALIAFRO

Atua na assessoria empresarial, especializada na construção da diversidade étnica. A QualiAfro nasceu com a responsabilidade da diversidade étnica, como estratégia para preservar e garantir a criatividade e competitividade na Empresa. Promover e desenvolver talentos existentes no mercado de trabalho, além do ganho social, permitirá potencializar os esforços de marketing para segmentos de mercados diversificados.

Para quem se inspirou nos negócios de sucesso aqui apresentados é bom lembrar que o começo de um negócio exige preparação e planejamento. Os especialistas são unânimes em dizer que todo novo empreendedor deve, antes de tudo, conhecer o negócio com o qual pretende se envolver.

132



Figura 6: Zica Assis, co-fundadora da Beleza Natural



Figura 7: Laudecir Reis, diretora da QualiAfro

4. A importância do planejamento

Falar de planejamento como uma ferramenta para a conquista de algo almejado, seja na vida pessoal, seja na vida profissional, é, antes de tudo, abordar a importância do planejamento.

Entende-se que, para obter o sucesso, é preciso definir objetivos, traçar metas e, para alcançá-lo, é essencial realizar um planejamento norteador dos caminhos que devem ser percorridos para concretizar seus objetivos.

Porém, na atualidade, a veloz aceleração dos tempos, as incertezas advindas da crise do capital, o crescente número de desempregos, entre outras inseguranças no campo econômico, social e político, desestimulam o ser humano a elaborar um projeto de vida, pois tais “obstáculos” o impedem-no de vislumbrar uma projeção futura de sucesso.

Por outro lado, elaborar um planejamento pode parecer trabalhoso, enfadonho, mas, visto de forma benéfica, o planejamento significa ver além, é prever os resultados a médio e longo prazos. São itens do projeto que detalham o tempo necessário para se atingir o objetivo. Acredita-se que a ausência de um planejamento seja a mesma coisa que deixar um barco à deriva em alto mar, você conta apenas com o vento,

ou seja, com a sorte ou o destino, não se tem ideia de onde o barco possa ancorar.

Todavia, qual a importância da construção de um projeto centrado no planejamento de vida pessoal ou profissional, num momento de tantas incertezas? Ora, essas incertezas que permeiam o cotidiano das pessoas, impede-nos de prognosticar o futuro, quando o presente é instável. É compreensível postergar um planejamento quando se está convivendo com tantas amarguras; porém, acredita-se que este é um dos momentos férteis para se planejar. A respeito dessa dificuldade de planejar, Ferreira (2008, p. 54) diz:

“O presente, acelerado e turbulento, aumenta suas exigências afastando-nos pouco a pouco do passado – que se revela inútil para fazer frente às demandas do presente. E também nos afasta do futuro – que se revela demasiadamente incerto. Essa incerteza brutal permeia não apenas a visão do futuro, mas as próprias bases do presente, afetando de maneira radical a capacidade dos atores de planejar”.



Entende-se que, em um cenário de estabilidade, o indivíduo acredita não ter preocupações com coisas futuras. Por isso, é importante reforçar que é no momento de instabilidades, de crises, que a capacidade de agir é instigada, daí a efervescência de ideias, e é nesse momento que se pode traçar os objetivos de um plano. Nesse sentido, Ferreira (2008, p. 57) afirma que:

“A reflexão sobre as coordenadas externas de um projeto de vida não deve, todavia, ser abandonada, mas sim colocada em uma perspectiva que acentue a importância da criação de parâmetros interiores que nos permitam lidar de maneira mais saudável com a velocidade e as exigências das mudanças”.

Então, as mudanças começam pelo indivíduo, acreditando que tem condições, mesmo diante das diversidades, de planejar um futuro de sucesso, pois o planejamento faz parte do cotidiano das pessoas, seja um simples ser humano, seja um grande empresário, que, ao levantar-se, de forma natural, traça mentalmente os objetivos a serem atingidos, ou seja, planeja o seu dia.

5. O que é planejamento?

Primeiramente, para elaborar o planejamento de vida, é essencial um autoconhecimento das suas pretensões, aonde se quer chegar, quais as prioridades, acreditar que é possível mudar a presente realidade etc., para, em seguida, iniciar o planejamento da sua vida e/ou carreira. Maximiano (2004, p. 131) nos fala que “Planejamento é o processo de tomar decisões sobre o futuro. As decisões que procuram, de alguma forma, influenciar o futuro, ou que serão colocadas em práticas no futuro, são decisões de planejamento”. Corroborando com a linha teórica de Maximiano, reforçamos dizendo que o planejamento determinará como a pessoa vai concretizar seus objetivos. Planejamento trabalha com o que há de futuro nas decisões do momento presente.

Portanto, planejar é, antes de mais nada, a bússola que aponta o caminho para o sucesso, pois a conquista de algo gera um sentimento de otimismo e confiança, desencadeando uma sensação de que se pode realizar qualquer sonho.

Por outro lado, planejar para conquistar espaços, seja como parlamentar, seja como militante político, em defesa da execução de políticas voltadas para a população de afrodescendentes, amparadas por Lei, certamente vai requer um

plano de ação efetivo. Pode-se afirmar que “o ato de planejar consiste em desenhar, executar e acompanhar um conjunto de propostas de ação com vistas à intervenção sobre um determinado recorte da realidade” (TEIXEIRA, 2010, p. 18).

A ação de planejamento se faz necessária em todo empreendimento, sobretudo quando desejamos obter sucesso em realizações do nosso interesse. Mas planejar requer capacidade de planejamento com conhecimento e domínio dos seus valores e do que se deseja realizar. Deve-se realizar estudos e pesquisas, cercar-se de informações e de indicadores, de forma que riscos sejam minimizados e cronogramas vencidos com êxito. Estrada, Moretto Neto e Augustin (2011, p. 125) afirmam que:

“O planejamento estratégico pessoal é um método de gerenciamento de vida, que permite melhor organização pessoal, potencialização do tempo e dos recursos pessoais, por meio da mudança de hábitos e de atitudes”.

Assim, para se ter êxito no projeto de vida, deve-se seguir uma linha de raciocínio que lhe traga subsídios para a elaboração do planejamento pessoal e/ou de carreira. Os passos a se-

guir se constituem em um dos caminhos para se construir um bom planejamento pessoal, devendo conter resposta para essas três perguntas: Onde estamos? Para onde queremos ir? Como chegar lá?

6. Organização Pessoal

136

Faça um quadro da situação, em relação à satisfação com as situações socioeconômica, política e cultural, levando em consideração o lado pessoal e profissional.

Nesse momento, faça uma reflexão sobre o modo de vida que tem levado e tente deixar visíveis os sentimentos, para chegar às respostas das seguintes indagações: Como você está? O que faz na atualidade lhe dá prazer? Você está satisfeito com a pessoa e/ou o profissional que se tornou?

Obtendo essas respostas claras do seu grau de satisfação, o indivíduo iniciará detalhando quais as mudanças que pretende fazer, com vista a um futuro diferente do qual está vivenciando, traçando, assim, os objetivos e partindo em busca de definir outros itens que compoem o planejamento, quais sejam:

6.1 - MISSÃO

Missão, no campo pessoal, é a razão da sua existência. Então, é por meio da missão que o indivíduo busca definir como pretende realizar seus objetivos de vida.

Para o indivíduo projetar sua missão, recomenda-se fazer algumas indagações a si mesmo, tais como: Quais as minhas habilidades? Em que sou competente? O que realmente gosto de fazer? As pessoas geralmente me procuram para fazer o quê? Que trabalhos relevantes tenho feito? Com essas respostas, já se pode começar a elaborar a missão.

Exemplos: ser um agente de transformação sociocultural para as pessoas menos esclarecidas, com vistas a contribuir com o empoderamento dos sujeitos sociais, através da realização de palestras sobre os direitos sociais e na área motivacional

6.2 - VISÃO

Deve ser definida pautada na sua percepção, discernimento e inteligência. Pode-se iniciar a sua construção imaginando como você se vê no futuro, que ações gostaria de ter realizado quando estiver aposentado, como gostaria de ser lembrado pelos serviços prestados, pelos amigos, colegas de trabalhos e conhecidos.

Exemplo: Ser uma pessoa de boas relações sociais e bem-conceituada como palestrante da Negritude Socialista Brasileira na área de direitos humanos e motivacional.

6.3 - VALORES

O projeto de vida deve ser construindo pautado nos princípios e crenças que o indivíduo adota no seu cotidiano, nas relações socioeconômica, política e cultural.

Exemplos: honestidade, respeito às pessoas, às leis e ao meio ambiente, liberdade, fé, fidelidade, solidariedade, fraternidade, entre outros.

6.4 - OBJETIVOS

É a descrição daquilo que se pretende alcançar. Nesse momento, enumere os objetivos e insira-os no projeto de transformação da sua vida e/ou carreira.

Exemplos:

1. *Criar um ambiente de trabalho em que se possa colocar em prática meus conhecimentos em favor da instituição na qual pretendo ingressar.*
2. *Ampliar meus conhecimento e habilidades voltadas para o desenvolvimento da empresa.*

3. *Socializar minha experiência profissional com a equipe de trabalho, visando a melhoria da produção.*
4. *Instigar nos colegas a importância do trabalho em equipe.*
5. *Fazer uso das minhas competências e habilidades com vistas ao bom desenvolvimento do projeto etc.*
6. *Montar uma empresa de comercialização de produtos agrários.*

6.5 - METAS

São as definições quantitativas das ações e dos prazos necessários para consolidar os objetivos.

Exemplo:

Meta 1 – Auxiliar a formação do Fórum dos segmentos do PSB. Atividades:

- » *Identificar, num período de três meses, os diversos atores, dos segmentos do PSB, a serem envolvidos na composição do Fórum dos segmentos do PSB.*
- » *Realizar 03 (três) encontros com os representantes dos segmentos.*

- » *Convidar para uma reunião os diversos atores para a formação do Fórum.*
- » *Realizar um evento de posse dos membros do Fórum dos segmentos do PSB.*
- » *Promover seis encontros de assessoria ao fórum e fomentar o seu funcionamento.*

Após a conclusão da elaboração do planejamento, deve-se fazer uma revisão, principalmente nos objetivos, precisa-se saber se estão claros, se não foi colocado algo que possa ser considerado inatingível.

Não se esquecer de rever se o tempo para realização de cada objetivo e alcance das metas esta-

belecidas foi planejado de acordo com o grau de dificuldade de resolução, pois pode acontecer de uma das metas não ser concretizada no tempo previsto, o que desestimulará a pessoa que acredita ter feito uma previsão perfeita de alcance dos objetivos.

Agora, com o planejamento concluído, percebe-se que o caminho para conquistar o sucesso fica mais claro, quando se trata de construir o próprio caminho, ou seja, abrir seu próprio negócio, obter uma promoção no seu emprego. Traçando-se as estratégias que o levará à conquista, é só uma questão de tempo. Acreditar no seu potencial é fundamental.

7. A conquista do sucesso

A conquista do sucesso depende da sua persistência em não desistir no primeiro degrau. Mantenha o foco.

Porém, todo projeto é passível de mudanças. Para isso, é necessário fazer o monitoramento, com o intuito de avaliar cada passo. A avaliação das ações em andamento dará subsídio para que a pessoa perceba a possibilidade de não ter êxito em uma ou mais metas, em decorrência de mudança externa do seu planejamento. Nesse momento, é preciso fazer ajustes para se adequar às mudanças ocorridas.

Destaca-se que, para se conquistar o sucesso na vida, seja na vida pessoal seja na carreira profissional, deve-se ter perseverança, determinação, competência, habilidade e atitude, que são ingredientes necessários para uma pessoa que deseja, fortemente ter sucesso.

MAS ONDE ESTÁ O SEGREDO DO SUCESSO?

Comentar acerca do segredo do sucesso, no campo individual, é ousar dizer que o indivíduo deve estar atento às oportunidades que lhe permitam expressar seus próprios talentos. Mas, se não consegue enxergar esse momento, vá além, crie as oportunidades sem ser inconveniente. Demonstrar sua competência, conjugada com suas habilidades, no momento certo, é fazer o diferencial sem ter que diminuir alguém para enaltecer-se.

Criar oportunidades ou aproveitar as oportunidades foi um dos caminhos que as mulheres souberam explorar ao ingressarem no mundo do trabalho. O preconceito decorrente da cultura patriarcal existente Brasil dificultou o acesso das mulheres ao mundo do trabalho, bem como o acesso a certos cargos e promoções. Tudo baseado no preconceito de que as mulheres não tinham competência para assumir certas funções. Mas, ao ingressarem, e cientes dos desafios, através das suas habilidades criaram e ampliaram os espaços administrativos, fortaleceram-se desenvolvendo qualquer função com maestria. Gonçalves (2007, p. 2) diz:

“O abrupto crescimento de mulheres empresárias reflete uma percepção consciente ou inconsciente de que elas criaram seus próprios ambientes administrativos, e obtiveram sucesso segundo seus próprios termos. Esta é uma maneira de afirmar a proposição central desta pesquisa: a de que cada pessoa tem uma ampla variedade de qualidades, atributos e talentos que a torna diferente e/ou melhor, do que outra pessoa”.

140

Então, aposte em você mesmo, “o sucesso chega para aqueles que são considerados diferentes e, mais ainda, para aqueles que são vistos como diferentes e melhores” (GONÇALVES, 2007, p. 2). São vários os exemplos de profissionais bem-sucedidos que ingressaram numa empresa como *office boy*, entregador de mercadorias, auxiliar de serviços gerais. Não importa a função que está desenvolvendo, o importante é fazer o melhor com competência e conhecimento. Aos olhos de quem o supervisiona, se você difere dos demais e parece ser único, seguramente irá merecer um investimento maior da empresa.

Portanto, competência, habilidades, atitude, conhecimento, entre outros adjetivos de domínio das ferramentas para montagem de um empreendimento, são essenciais para concretizar uma marca. Conheça-se e aposte no diferencial.

Porém, sem um planejamento, o alcance do sucesso pode não chegar tão fácil, pois o segredo da realização do sonho passa, também, por um bom e eficiente planejamento.

Temos ainda a fase do *marketing* pessoal, investida na sua imagem, na ampliação dos conhecimentos por meio de cursos, pesquisas etc. A atualização na área de atuação contribui para o sucesso profissional. Nunca se deve acreditar que chegou ao ápice do conhecimento, pois todos os dias aprendemos algo, seja na esquina conversando com um desconhecido, seja numa sala de aula. Como diz Freire (1987, p. 70):

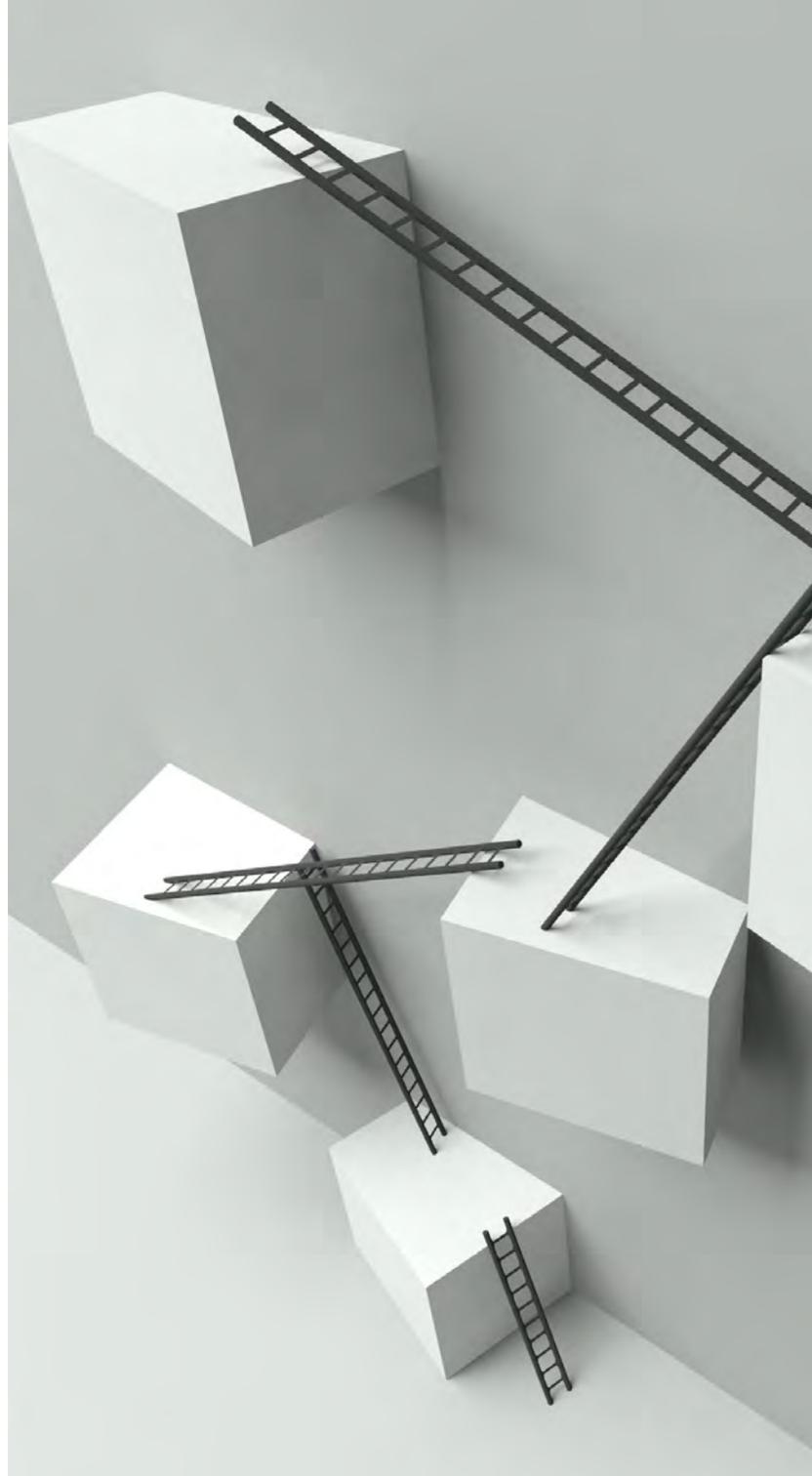
“(...) tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso, cada vez mais desalienada”.

A contemporaneidade do mundo do trabalho, uma área tão competitiva diante de um exército de desempregados, requer profissionais atualizados, competitivos, que saibam vender o seu próprio produto. Então,

além de a constante atualização ser um caminho para o sucesso, o *marketing* pessoal deve fazer parte de sua vida e estar contemplada no seu planejamento. Vejamos o que diz Gonçalves (2007, p. 3):

“Os profissionais do mercado de trabalho atual necessitam utilizar estratégias do marketing pessoal, ou seja, ser o próprio produto comercial com bagagem intelectual, na concorrência com outros indivíduos na procura permanente de ocupar espaço e posição no mercado. Para tanto é preciso entender os conceitos e ferramentas que o marketing pessoal oferece em benefício da carreira profissional, adequando-se às diversas situações dentro de uma empresa, mas não unilateralmente, pois para obter reconhecimento e sucesso, o indivíduo precisa interagir com o meio”.

O sucesso depende de você, não existe uma fórmula pronta, estamos todos os dias em constante construção em busca do caminho certo.



8. Reflexão

Considerando que um bom planejamento pessoal é um meio correto de obter bons resultados no que o indivíduo se propõe a fazer, procurou-se abordar a importância desse planejamento como uma ferramenta para alcançar o sucesso.

Para tanto, ilustramos discorrendo sobre quem deixa o destino à deriva, comparando a um barco em alto mar, sem destino, ou como diz a música de Zeca Pagodinho “deixa a vida me levar, vida leva eu”. Falamos também da era da globalização e seus adventos, no campo da tecnologia da informação, e da competitividade no mundo trabalho, do exército de desempregados, como forma de motivar o cidadão ou a cidadã a elaborar seu planejamento de vida, seja ele pessoal ou profissional. O mercado de trabalho está, a cada dia, mais exigente, sai na frente aquele sujeito social que traz no seu currículo um diferencial.

Entende-se que o planejamento é uma ferramenta de estratégia, enquanto detalhamento de ações, que contribui para o alcance do objetivo, tornando evidente o que se almeja para a conquista do sucesso.

Quando reforçamos a importância do planejamento, afirmamos que é necessário ter autocohecimento, com vistas a definir qual o seu pro-

jeto de futuro. Isso posto, elencamos alguns itens necessários para a elaboração do planejamento, pois um planejamento bem elaborado encurta caminhos que devem ser percorridos e evidencia as suas prioridades.

No entanto, para conquistar o sucesso no campo pessoal (organização de um evento; festa de aniversário, batizado, casamento; conclusão do mestrado etc.) ou no profissional (montagem de empresa, promoção no emprego, mudança de cargo etc.), requer-se dedicação e compromisso, na busca de consolidar o que foi proposto. Essa proposta precisa ser monitorada cotidianamente, para ser transformada em uma realidade.

Portanto, nunca é demais lembrar que a elaboração de um excelente planejamento não lhe garante um imediato retorno, ele lhe trará os resultados, a curto, médio e longo prazos, de acordo com o previsto. E isso depende unicamente dos seus esforços e determinação.

Contam que, certa vez, perguntaram ao matemático, filósofo, socialista e pacifista Bertrand Russel, ateu convicto, o que faria se, depois de morto, acabasse, apesar de tudo, por se encontrar com Deus. Russel teria respondido: “perguntar-lhe-ia: Deus Onipotente, porque deste tão poucas

provas da tua existência? O mundo terrível em que vivemos parece não mostrar muitos sinais da presença de uma benevolência onipotente”.

As próprias pessoas devem assumir a responsabilidade do desenvolvimento e da mudança do mundo em que vivem. Não podemos escapar à tarefa de fazer juízos sobre os fatos e sobre o que é preciso fazer. O nosso sentido de responsabilidade não deve considerar apenas o sofrimento que a nossa conduta pessoal possa ter causado, mas também as misérias que nos rodeiam e cujo remédio está, em parte, ao nosso alcance.

Acreditar no planejamento é confiar plenamente nos caminhos que você traçou, caminhos estes que levará você a conquistar seus objetivos, como também fará você lembrar deles no momento em que for necessário. Seguindo o planejamento, o qual subtende-se que você elaborou contemplando todos seus passos futuros, ele reduzirá riscos e problemas, evitando, assim, que a pessoa tome um caminho errado na vida, seja pessoal seja profissional.

Desistir jamais! O segredo da vitória está em ter atitude, foco, persistir e reconstruir o que não deu certo hoje.



Bibliografia

Livros, Documentos e Revistas

DE BRITO, Camila Harder. *Planejamento Pessoal e Profissional / Camila Harder de Brito. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis, 2014.*

COSTA, Eliane. *Como fazer um Plano de Marketing Pessoal – 2010 – Disponível em: www.maiscommenos.net – acesso em 30.05.2018.*

ESTRADA, Rolando Juan Soliz; MORETTO NETO, Luís; AUGUSTIN, Eziane Samara. *Planejamento estratégico pessoal. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, p.105-125, 2011.*

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido - FERREIRA, Renato Guimarães. Projeto de vida. GV-Executivo, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 54-57, jul./ago. 2008.*

GONÇALVES, Edinaldo. *Planejamento da carreira profissional e pessoal. 2007. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/planejamento-da-carreira-profissional-e-pessoal/14529/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.*

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Fundamentos de administração. São Paulo: Atlas, 2004.*
TEIXEIRA, Carmen Fontes. *Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. In: TEIXEIRA, Carmen Fontes (Org.). Salvador: EDUFBA, 2010. 161 p..*



Web sites

Portal Geledés. <https://www.geledes.org.br/>

Portal Feira Preta. <http://feirapreta.com.br/#>

Plataforma HuffPost Brasil. <https://www.huffpostbrasil.com/>

Instituto Adolpho Bauer. <http://www.institutoiab.org.br/projeto-brasil-afroempreendedor/>

Ilustrações

Figura 1: Marcelo Paixão. <https://www.youtube.com/watch?v=Hh8K3FzwLns>

Figura 2: Ruth Pinheiro. <https://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/detalhe.imagem.jsp?id=173530>

Figura 3: Adamar Samassékou. <https://www.flickr.com/photos/itupictures/14203124378>

Figura 4: Ana Paula Tongo. <http://conbimonline.com/palestrante/ana-paula-tongo/>

Figura 5: Adriana Barbosa. <http://www.equidade.org.br/noticias/22662/adriana-barbosa-precisamos-parar-de-consumir-de-empresas-que-nao-estao-preocupadas-conosco>

Figura 6: Zica Assis, co-fundadora da Beleza Natural. <https://www2.ufff.br/noticias/2016/10/21/fundadora-do-magazine-luiza-fala-sobre-proposito-e-sucesso-na-14a-campeonato-empresarial/>

Figura 7: Laudecir Reis, diretora da QualiAfro. <http://correionago.ning.com/profiles/blogs/6-empresendimentos-negros-de-sucesso>







DESAFIOS DA NEGRITUDE



1. Introdução

A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e desafio.

Martin Luther King Jr.

Um tema instigante: falar dos desafios postos na contemporaneidade para a população negra numa perspectiva futura. Proposta estimulante, que leva a refletir, primeiramente, sobre o que é um desafio.

148

Sobre o assunto, em 2016, o “blogger” Luiz Pasari postou um vídeo muito interessante no qual afirma que “um desafio é um problema que escolhemos ter. Já um problema é um desafio que não escolhemos ter” e justifica que, “se encaramos a situação de dificuldade como algo que escolhemos passar, tratamos como desafio, entretanto, se tratamos a mesma situação de dificuldade como algo imposto ou que somos obrigados a superar, tratamos como problema”. Cita como exemplo:

“... quando decidimos jogar um jogo de videogames, temos que resolver enigmas, vencer inimigos, passar de fase, investir no personagem, dedicar tempo, quebrar a cabeça (...), mas tudo isso é

encarado com tranquilidade, pois passar por isso foi uma escolha nossa. Não colocamos a mesma carga emocional que colocamos nos problemas da vida real. Entretanto, se pararmos para pensar, passar pelas adversidades da vida real não é exatamente a mesma coisa? Temos que resolver enigmas, vencer inimigos, investir em nós mesmos e dedicar tempo a realizar o que queremos”.

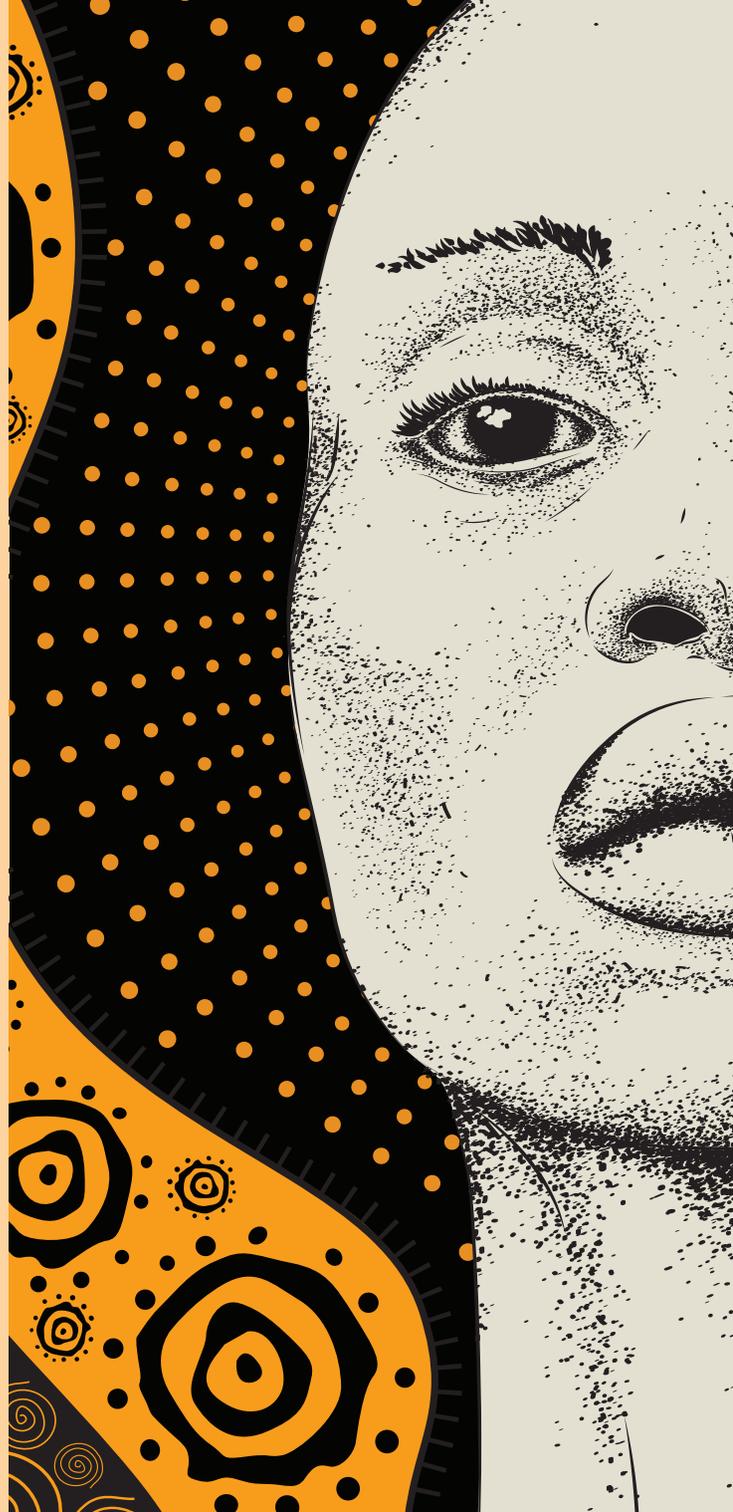
Exposta a proposição de que desafio é um “problema que escolhemos ter”, cabe indagar, então, qual a grande dificuldade hoje imposta ao povo negro que a negritude pode escolher para resolver, ou desafiar? O que hoje mais incomoda a grande massa de afrodescendentes deste país para resolver como um desafio e ser tratado com a mesma atitude do jogador de “videogame”?

Ao longo do conteúdo programático do presente trabalho sobre formação política da Negritude Socialista Brasileira, discorreu-se acerca dos aspectos filosóficos e políticos da Negritude e da luta do povo negro ao longo da história; foram apresentadas as políticas públicas e as normativas, tanto, brasileiras quanto internacionais relacionadas à proteção da igualdade racial; discutiu-se sobre os espaços de poder e enfrentamento ao racismo; procurou-se trazer exemplos inspirado-

res do protagonismo negro em nossa história e, agora, a proposta é trazer a reflexão e propor à Negritude um desafio numa perspectiva futura de solução.

Fomos buscar inspiração na ONU, (Organização das Nações Unidas) que, com o objetivo de promover o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais de afrodescendentes, como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamou, durante a sua Assembleia Geral, por meio de Resolução nº 68/237, de 23 de dezembro de 2013, a Década Internacional de Afrodescendentes, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, e com o tema: “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.

Ora, se todos os países signatários, inclusive o Brasil, decidiram por uma mobilização universal pelo reconhecimento e justiça – direito e desenvolvimento dos afrodescendentes, julgamos pertinente, um aprofundamento sobre a temática para, ao final, propor o desafio.



2. Contextualização

É notória a existência de um quadro de desigualdade racial no Brasil, o qual é fruto de uma construção histórica injusta das relações de poder no país. Por essa razão, o poder público vem adotando uma série de ações visando amenizar e/ou anular tal contexto, estratégias essas denominadas de ações afirmativas, que vêm especificamente regulamentadas e conceituadas por um micro-sistema jurídico próprio, qual seja, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal 12.888/2010).

150 No Brasil, a construção figurativa de uma ideia de nação ganhou traços particulares. A profunda heterogeneidade na formação da população brasileira, com a participação do elemento português, africano e nativo, apenas para mencionar os principais, gerou a crença de uma miscigenação de raças fundadoras da civilização brasileira. Nesse espírito, foi consolidada a imagem de um país sem preconceito racial, no qual diferentes grupos étnicos conviveriam de forma harmônica. A obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, constituiu o grande marco da construção simbólica de uma identidade nacional, podendo ser apontada como um marco na construção do mito da democracia racial brasileira.

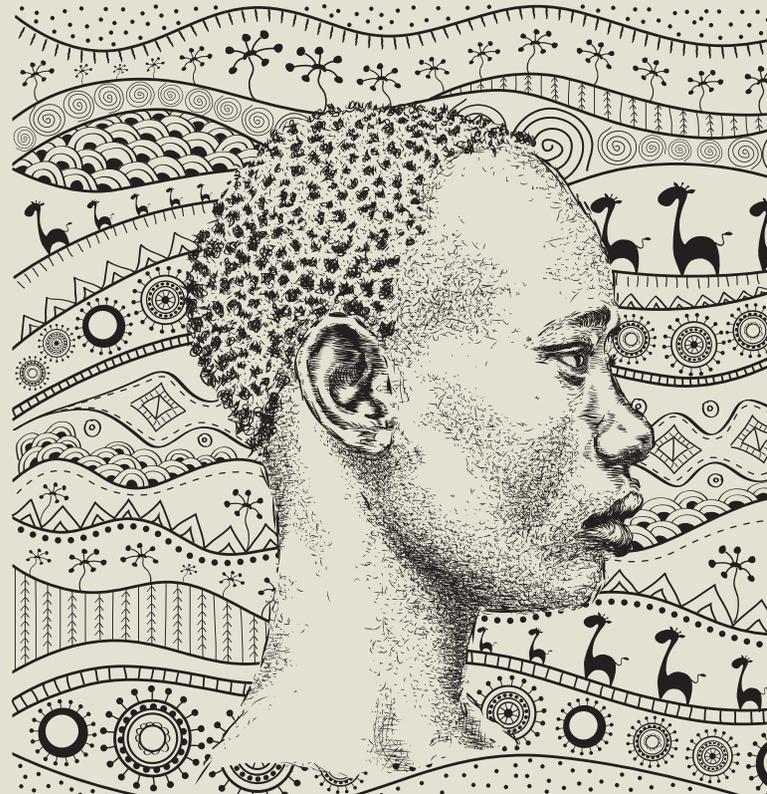
Em sentido contrário, cabe transcrever trecho introdutório de publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o qual analisa a construção teórica da democracia racial no Brasil:

“Igualmente singular ao racismo brasileiro foi a construção de mitos como o da escravidão benigna e o legado da democracia racial de Gilberto Freyre. Essas teorias alimentaram uma historiografia que via no sistema escravista do Brasil características que o aproximariam de um modelo paternalista, de interações mais próximas entre senhores e escravos. Valorizava-se o papel da população negra escravizada na formação da nação brasileira e sua influência na cultura, na produção econômica e na prestação de serviços – papel descrito mais detalhadamente pela historiografia atual –, mas deixava-se em segundo plano o dilaceramento da identidade étnica dos escravos pela Igreja e pelos senhores, o tratamento de negação e exclusão que os negros.”

A realidade, contudo, vem apontando para um quadro de injustiças de ordem identitária contundente. Estudos recentes demonstram que a desigualdade social observada, por exemplo, nos salários percebidos por brancos e negros em condições análogas de trabalho, não encontra qualquer tendência de eliminação ou, ao menos, diminuição. Nesse sentido, cabe transcrever a conclusão de Pedro C. Chadarevian em artigo no qual foram abordadas as desigualdades raciais no mercado de trabalho:

“Em termos dinâmicos, observou-se uma tendência à piora na hierarquização racial e na desigualdade racial de rendimentos. Ao contrário, portanto, do que prevê o paradigma dominante na economia, a liberalização comercial, a desregulamentação do mercado, a flexibilização do trabalho, diretrizes centrais do programa econômico seguido pelo Brasil no período recente, não têm sido capazes de promover uma maior integração de negros e mestiços na elite, nem de diminuir a distância que os separa dos brancos na remuneração do trabalho”
(CHADAREVIAN, 2011, p. 302-303).

Na teoria liberal, o indivíduo tem papel central na formação da sociedade, sendo garantida a igualdade individual perante o Estado. Nesse contexto, os direitos humanos reconhecidos pelas legislações são alcançados formalmente a todos os indivíduos de forma universal. Contudo, a igualdade entre todos acaba por abafar as distinções de ordem histórica e cultural dos diferentes povos. As críticas ao modelo liberal partem justamente da ideia de universalidade dos direitos humanos e de neutralidade do Estado, pretensões que estariam referendando um conjunto de valores liberais.



3. Reconhecimento

Inegáveis foram os avanços ao longo das três últimas décadas no sentido do reconhecimento da Negritude - “ser negro” - e das ações de combate ao racismo desenvolvidas no país. Construiu-se excelência em alguns campos com avanços reais da questão racial, como na educação, por exemplo, área em que figura o maior número de experiências concretas e produção teórica no escopo de trabalhos implementados pelo Movimento Negro contemporâneo.

152 Para trazer à discussão transcreve-se adiante excertos da publicação de Sueli Carneiro, com o título Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios:

“Avanços significativos se processaram no combate ao racismo do ponto de vista legal, constituindo uma nova e vigorosa área de atuação e produção de conhecimento, a do ‘Direito e Relações Raciais’, com crescente engajamento de operadores do direito e instituições jurídicas (...). Avançou a organização política das comunidades remanescentes de quilombos, adquirindo dimensões nacionais. Cresceu a participação dos negros nos

meios de comunicação e a consciência da exclusão da imagem negra nesses veículos. O movimento de mulheres negras emergiu, introduzindo novos temas na agenda do movimento negro e enegrecendo as bandeiras de luta do movimento feminista.

É significativo o crescimento do número de militantes negros adquirindo títulos acadêmicos, resgatando a condição do negro como sujeito do conhecimento, especialmente o conhecimento de si próprio. Passamos de objeto de estudo a sujeitos do conhecimento, fazendo com que a Universidade comece a se constituir como um importante campo estratégico de atuação

Nas propagandas é perceptível o aumento da presença negra (...). Há diversos produtos editoriais segmentados para negros, cujo traço comum é o estabelecimento de um ‘novo’ padrão estético”.



Figura 1: Sueli Carneiro

Na área da educação, dois aspectos foram abordados com ênfase, o livro didático e o currículo escolar.

Quanto ao primeiro, corrigiu-se a histórica sedimentação de papéis sociais subalternos protagonizados por personagens negros e a introdução de estereótipos racistas, depois da Negritude ter apontado em que medida aquelas práticas afetavam a formação de crianças e adolescentes negros e brancos, destruindo a autoestima do primeiro grupo e, no segundo, cristalizando ima-

gens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, em ambos, empobrecendo o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade racial, étnica e cultural.

No que se refere aos currículos escolares, depois de extensivos chamamentos de atenção para a ausência dos conteúdos ligados à cultura afro-brasileira e à história dos povos africanos no período anterior ao sistema escravista colonial, fez-se a inclusão desses temas nos currículos formais apesar no problema, ainda remanescente,

da falta de formação do professorado para tratar essas questões em sala de aula. Mais recentemente, duas novas linhas de ação têm sido evidenciadas pelo movimento negro, a capacitação de educadores e a produção de recursos didático-pedagógicos para discussão do racismo, da discriminação racial e para compreensão das desigualdades geradas por eles.

Entretanto, apesar de todo esse conjunto de ações e avanços, questiona a filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, Sueli Carneiro:

“Mas por que não conseguimos manter o controle sobre processos que nós mesmos desencadeamos? Por que não temos instrumentos de monitoramento dos desdobramentos de nossa ação? Por que todos esses novos eventos não são apresentados, a nós e à sociedade abrangente, como produto de nossa ação política, construída ao longo de décadas de denúncia e reivindicações? Tudo acontece como se fosse fruto de geração espontânea ou de uma disposição repentina de valorização da diversidade que teria acometido a sociedade. O que permite que sejamos expropriados de nossa própria prática política?”

154

Assim, reitero, as conquistas que negros e negras vêm obtendo na desmistificação da democracia racial, na maior visibilidade do racismo e na reversão de certas práticas discriminatórias, longe de legitimar nossa ação política enquanto movimento social, têm servido para subsidiar o que eu chamo, na ausência de melhor conceito, de neo-democracia racial

Apesar dos nossos esforços, a questão racial não está na agenda nacional! Ela não tem merecido apoio público de nenhuma força política relevante, só sendo referida quando se trata de momentos eleitorais. Como, então, um tema ausente da agenda nacional pode se transformar em objeto de políticas públicas?”

Nancy Fraser contribui para esse debate. Diz a escritora: “desigualdades de caráter notadamente social devem ser enfrentadas com remédios redistributivos, de outro lado, desigualdades culturais (como a diferença entre os salários de brancos e negros) devem receber remédios de reconhecimento. Para as desigualdades socioeconômicas, propõe-se alguma forma de reestruturação político-econômica, através de ações de redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, bem como outras transformações nas estruturas econômicas básicas. Para as desigualdades culturais, sugerem-se ações

que visem alguma mudança cultural, através da revalorização das identidades desprezadas e dos produtos culturais dos grupos difamados”.

Os brancos revisitam os seus clássicos, especialmente nos momentos de crise. As novas gerações de militantes negros seguramente não conhecem os nossos, pois não criamos meios de transmitir nosso patrimônio libertário.

Quem conhece as ideias do etíope Zera Yacob e do ganês Anton Amo, africanos que propuseram ideias iluministas antes dos europeus? Nunca fizemos um exercício efetivo de avaliar a potencialidade política do Quilombismo de Abdias do Nascimento. Esquecemos as lutas de libertação dos países africanos, não nos inspiramos nas teses de Kwame N’Krumah, de Amílcar Cabral, de Agostinho Neto, de Patrick Lumumba.

Quem sabe que em nossas fileiras há inventores consagrados mundialmente. Vejam:

1. *Alexander Miles (EUA) – Engenheiro, inventor do elevador;*
2. *Dotsevi Yao Sogah (Gana) – Químico, desenvolveu novos métodos de sintetizar polímeros e outros compostos de petróleo;*
3. *Otis Boykin (EUA) – Médico, responsável – e muito reconhecido – por aprimorar o marca-passo;*

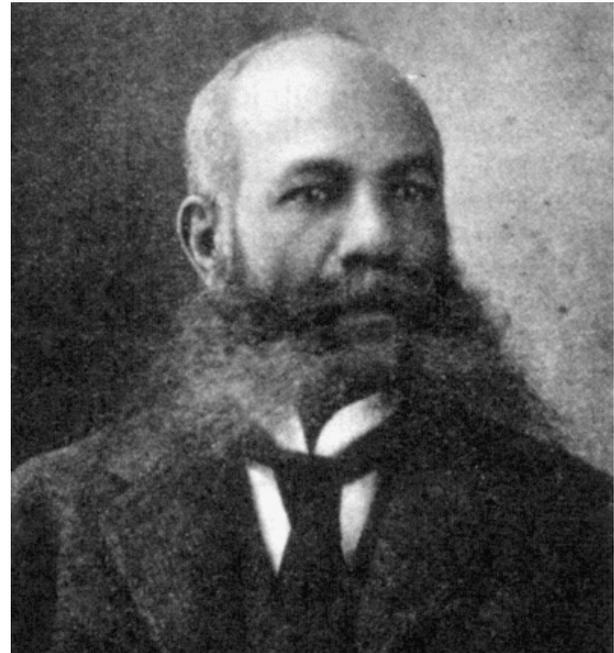


Figura 2: Alexander Miles

4. *Patricia Bath (EUA) – oftalmologista, inventou um revolucionário equipamento para o tratamento a laser da catarata;*
5. *Thomas Odhiambo (Quênia) – Entomólogo, fundou o Centro Internacional de Fisiologia e Ecologia de Insetos.*

E filósofos contemporâneos para compartilharmos suas ideias? Vejam alguns exemplos:

1. *Séverine Kodjo-Grandvaux (Costa do Marfim) – Autora da obra “Philosophies*

- Africaines*” (“Filosofias africanas”, em tradução livre do francês), na qual ela analisa a atual elite de filósofos africanos;
2. Souleymane Bachir Diagne (Senegal) – Filósofo senegalês e professor da Universidade de Columbia, acredita que os filósofos africanos precisam tornar o trabalho deles mais acessível aos seus compatriotas;
 3. Léonce Ndikumana (Burúndi) – Professor de Economia da Universidade de Massachusetts em Amherst. Seu livro mais famoso: “Africa’s Odious Debt: How Foreign Loans and Capital Flight Bled a Continent” (Dívida odiosa da África: Como os empréstimos externos e a fuga de capital sangraram um continente);
 4. Kwame Anthony Appiah (Gana) – Atualmente ensina na Universidade de Nova Iorque, opõe-se à tendência de afrocentrismo dos filósofos do continente.
 3. Nadine Gordimer (África do Sul) – Escreveu mais de 30 livros, sendo que a maioria contém crônica sobre a deterioração social durante o regime do apartheid na África do Sul. Recebeu o Nobel de Literatura no ano de 1991;
 4. Pepetela – Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (Angola). A obra do autor reflete a história contemporânea de seu país e os problemas enfrentados pelos angolanos;
 5. Paulina Chiziane (Moçambique). A sua carreira literária teve início em 1984 com contos publicados na imprensa moçambicana.

Quantos mais podem aportar alguma contribuição à luta dos negros brasileiros ou deixar lições que interessam ao nosso processo? Se não é a nossa história de lutas, quem, ou o que informa hoje a nossa prática política?

Escritores reconhecidos e premiados, a exemplo de:

1. Wole Soyinka (Nigéria) – Vencedor do Prêmio Nobel de Literatura do ano de 1986;
2. Chimamanda Ngozi Adichie (Nigéria) – Considerada uma das mais importantes jovens escritoras anglófonas, pois vem atraindo leitores de literatura africana;

*“Minha mãe
(todas as mães negras
cujos filhos já partiram)
tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis.*

*Mas a vida
matou em mim esta mística esperança
Eu já não espero
sou aquele por quem se espera.*

*Sou eu minha mãe
a esperança somos nós
os teus filhos
partidos para uma fé que
alimenta a vida (...)”*

*Trecho de Sagrada Esperança, em que
Agostinho Neto sedimenta uma espécie
de renascimento. A mãe, no caso a
representação da África, não pode mais
esperar pela partida ou pela morte de seus
filhos e cabe aos mesmos a inauguração de
um novo tempo, de uma nova liberdade.*



Figura 3: António Agostinho Neto

4. Desenvolvimento

Modernamente o desenvolvimento não é mais compreendido como sinônimo de crescimento econômico. O crescimento econômico é um dado quantitativo, vinculado ao aumento de indicadores de riqueza, ao passo em que o desenvolvimento é um dado qualitativo, que diz respeito à melhoria das condições de vida da população.

158

Pode haver aumento da riqueza de um país (crescimento) sem que isso se reflita na qualidade de vida da sua população (desenvolvimento). O desenvolvimento envolve, é claro, a necessidade de uma renda (riqueza) suficiente para atender às necessidades materiais, mas não se esgota nisso, exigindo também aspectos ligados à saúde, à educação, ao meio ambiente, à igualdade, à liberdade política.

Tornou-se pacífico o entendimento de que o aumento das riquezas de determinada nação não tem o condão de promover, por si só, o desenvolvimento dos indivíduos, apesar de ser fator importante para tanto. Ganhou imenso prestígio a noção de que o desenvolvimento deveria estar vinculado à criação de um ambiente em que os indivíduos pudessem viver de forma produtiva e criativa, de acordo com suas necessidades e interesses.

Na visão introduzida pelo indiano Amartya Sen, Nobel em economia, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. De acordo com sua obra, a liberdade é central para o processo de desenvolvimento que tem que estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das liberdades por ela desfrutadas.

“Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo” (SEN, 2010, p. 29).

Amartya Sen destaca cinco tipos distintos de liberdade vistos a partir de uma perspectiva instrumental: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Tais liberdades, que constituem os fins primordiais e os meios principais do desenvolvimento, se inter-relacionam e se complementam mutuamente.

Desse modo, a privação de liberdades, seja ela de qual natureza for (políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora), constitui um óbice ao processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Nesse contexto de privações, podem ser incluídas as manifestações de intolerância cultural. O potencial das diferentes pessoas de diferentes culturas para compartilhar valores e concordar com compromentimentos comuns é associado à noção de liberdade. Em termos concretos, a organização social em que grupos culturais possuem esferas de oportunidades distintas não lhes garante plenamente uma liberdade. Aceitar que um grupo cultural possui valores preponderantes sobre os demais – grupo este geralmente vinculado aos símbolos de poder vigentes em uma sociedade – acarreta uma privação de liberdade sobre todos os demais indivíduos que não compartilham da mesma identidade cultural.

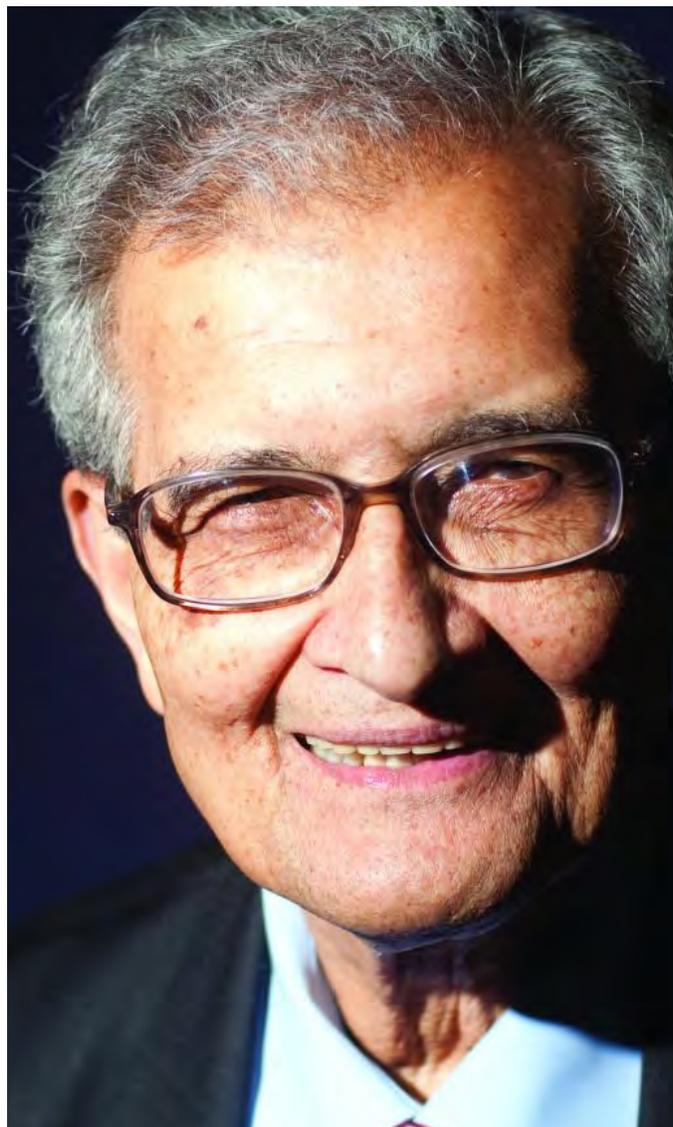


Figura 4: Amartya Sen

“Reconhecer a diversidade encontrada em diferentes culturas é muito importante no mundo contemporâneo. Nossa compreensão da presença da diversidade tende a ser um tanto prejudicada por um constante bombardeio de generalizações excessivamente simplificadas sobre a ‘civilização ocidental’, os ‘valores asiáticos’, as ‘culturas africanas’, etc. ...”
(SEN, 2010, p. 316-317).

160

O exercício da liberdade é mediado por valores que são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação. Nessa esteira, diferenças simbólicas não podem constituir óbices à participação e à igualdade de oportunidades sociais.

Parte-se do pressuposto de que a exclusão social, a qual tem origem também na falta de reconhecimento de algumas identidades culturais excluídas, “destrói a imparcialidade da lei, causando a invisibilidade dos extremamente pobres, a demonização daqueles que desafiam o sistema e a imunidade dos privilegiados, aos olhos do indivíduo e das instituições” (VIEIRA, 2011, p. 207). Corroborando esta visão, cabe destacar publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

“O desenvolvimento humano tem como fundamento a remoção dos obstáculos que restringem as escolhas dos indivíduos – obstáculos socioeconômicos, como pobreza e analfabetismo, ou institucionais, como censura e repressão política. O Brasil convive, há séculos, com uma barreira que trava o desenvolvimento humano de parte significativa de sua população: o racismo, que se apresenta como um obstáculo de caráter tanto institucional (por meio de políticas que ignoram a população negra e indígena) quanto socioeconômico (por meio da desigualdade social que segrega parte da população nas áreas mais pobres do país)” (PNUD, 2005, 14).

5. Direito e desenvolvimento

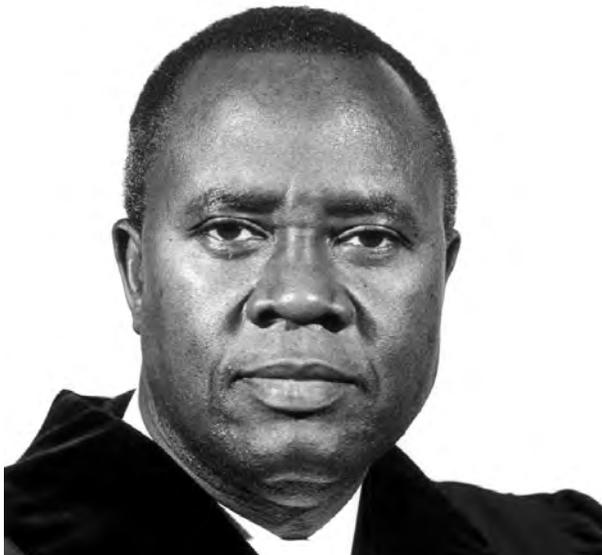


Figura 5: Keba Mbaye

Foi Keba Mbaye, Chefe de Justiça (Ministro da Justiça, Ministro da Corte Suprema) do Senegal, quem cunhou pela primeira vez, em 1972, o conceito de direito ao desenvolvimento humano, exigindo menção à dignidade da pessoa humana. O direito ao desenvolvimento é um meio para que a dignidade seja assegurada e respeitada. Dentro do contexto da dignidade da pessoa

humana e do direito ao desenvolvimento tem-se, também, o mínimo existencial deve ser citado, já que possui relevância direta, e somente com o desenvolvimento é que se alcança a concretização do mínimo existencial.

Tratar as relações entre direito e desenvolvimento ainda se mostra uma tarefa desafiante para as ciências sociais. As concepções liberais clássicas, de forma geral, refutavam aproximações mais próximas. Para estas, a função do direito, prioritariamente, se resumia à garantia da segurança jurídica e da estabilidade institucional. Nessa linha, a atuação do Estado não passava por um processo mais profundo de elaboração de políticas públicas, mas, sobretudo, pelo estabelecimento de uma ordem promotora da liberdade no interior da sociedade civil. A ideia do Estado como indutor de políticas econômicas e sociais ganhou força no pós-guerra, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

A visão de desenvolvimento predominante naquele momento era identificada notoriamente pela busca de avanços econômicos. Nessa esteira, um Estado para alcançar um bom grau de desenvolvimento deveria adotar políticas visando o sa-

tisfatório crescimento dos índices de economia. A partir do fim do século XX, percebe-se uma alteração nesse quadro. O desenvolvimento deixa de ser investigado tão somente por aspectos econômicos, passando também a ser apurado pelos índices de desenvolvimento social. Nesse contexto, a preocupação com aspectos financeiros passa a ser dividida com análises sobre saneamento básico, escolaridade, segurança, expectativa de vida etc.

A obra de Amartya Sen ganha destaque nesse processo. Para o economista indiano, o desenvolvimento de uma nação está vinculado às oportunidades que são proporcionadas à população para exercer sua cidadania e alcançar uma qualidade de vida digna. Seu trabalho contribuiu para a criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual busca medir, através de aferição de uma série de aspectos, o nível de qualidade de vida das populações dos países.

Em que pese os critérios adotados pela ONU em sua metodologia para apontar o IDH dos países seja passível de mensuração numérica, alguns aspectos importantes para a definição de desenvolvimento na teoria de Amartya Sen não podem ser matematicamente classificados. Como medir o quão desenvolvido é um país em termos ecológicos? Ou como medir em números o respeito que os mais jovens possuem em relação às pesso-

as mais idosas? Ou ainda, como calcular índices de tolerância racial?

Portanto, a concepção de desenvolvimento obrigatoriamente tem que recepcionar aspectos culturais que consideram os elementos da justiça cultural também como determinantes para a construção de um cenário macro de justiça social.

Entrar para a modernidade sempre foi o objetivo dos países em desenvolvimento. Mas para obter o status de país moderno, exige-se de cada governo a capacidade de aprender com seus erros e trilhar caminhos estratégicos para alcançar objetivos inovadores. Este deve ser o caminho do direito e desenvolvimento, ou seja, aquele deve ser instrumento efetivo para este. Isto requer, no entanto, que as instituições sejam capacitadas e aparelhadas para desenvolver suas atribuições.

A noção de desenvolvimento como direito ganhou importância com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986, que tem como principal premissa a colocação do desenvolvimento como direito humano, (Artigo 1º).

A declaração define o Direito ao Desenvolvimento como um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa de todos os povos têm o direito de participar, de contribuir e de desfrutar de um desenvolvimento econômico,

social, cultural e político no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

Importa diferenciar duas terminologias que podem induzir o leitor ao erro: o DIREITO DO DESENVOLVIMENTO e o DIREITO AO DESENVOLVIMENTO. Para tanto, nos valem as lições de Cançado Trindade (1993, p. 175):

“ O primeiro, com seus vários componentes (direito à autodeterminação econômica, soberania permanente sobre a riqueza e os recursos naturais, princípios do tratamento não-recíproco e preferencial para os países em desenvolvimento e da igualdade participatória dos países em desenvolvimento nas relações internacionais e nos benefícios da ciência e tecnologia), emerge um sistema normativo internacional objetivo a regular as relações entre (...). O segundo, como sustentado pela Declaração de 1986, e inspirado em disposições de direitos humanos tais como o artigo 28 da Declaração Universal de 1948 e o artigo 1º de ambos os Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas, afigura-se como um direito humano subjetivo, englobando exigências da pessoa humana e dos povos que devem ser respeitadas”.

Quando o Estado dá efetividade ao direito ao desenvolvimento por meio de políticas públicas de modo que a dignidade humana dos administra-

dos seja respeitada, tem-se como consequência o engrandecimento do ser humano e a sua inclusão no meio social, conferindo-lhe então mais oportunidades e mais autodeterminação, de modo que, este mesmo administrado não poderá então alegar uma pretensa “hipossuficiência culpante” ou, vulnerabilidade, no momento de sua conduta delitativa, pois a sua autodeterminação terá sido preenchida pelo agir estatal.

O histórico constitucionalista brasileiro passou por momentos de percalços, avanços e retrocessos, assim como a história em geral, uma vez que, é sabido que a história é cíclica e pendular e não retilínea.

A Constituição Federal de 1988, também chamada de constituição cidadã, assim o é, em virtude do extenso e não exauriente rol de direitos e garantias fundamentais asseguradas aos brasileiros (natos e naturalizados) assim como aos estrangeiros (que aqui residem ou que de passagem estejam, segundo entendimento do STF).

A presença dos direitos fundamentais já fica demarcada desde a leitura do preâmbulo da constituição:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o

desenvolvimento, a igualdade e a justiça (...), promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”. (Grifo nosso)

Apesar do Supremo Tribunal Federal (STF) ter firmado entendimento de que o preâmbulo não é norma passível de funcionar como parâmetro no controle de constitucionalidade, mas pode facilmente ser utilizado como fonte hermenêutica logo, o termo DESENVOLVIMENTO pode e deve ser interpretado em consonância com todos os demais dispositivos da Constituição, dentre os quais pode-se destacar: artigo 1º, incisos I, II, III, IV e V; artigo 3º incisos I, II, III e IV, artigo 5º e seus incisos; mais adiante, o regime do sistema tributário e financeiro, pois, somente com um sistema tributário equalizado e correto é que se permite que se faça uma justiça fiscal, de modo que se observe o princípio da capacidade contributiva. Também é importante citar o artigo 219, que estabelece que o mercado interno é patrimônio nacional, porque gera renda necessária para o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento previsto no preâmbulo da constituição é o desenvolvimento nacional, assim, logo no início do texto da Magna Carta Federal (artigo 3º) traçam-se os objetivos da República Federativa do Brasil, e dentre eles, pode-se encontrar o DESENVOLVIMENTO HUMANO.

Não basta ao Estado respeitar os direitos de primeira dimensão conferindo as chamadas “liberdades”, mas é necessário implementar efetivamente os direitos econômicos, sociais e culturais, e isso se conclui da característica da indivisibilidade dos direitos humanos, de modo que, não adianta ser conferida liberdade de ir e vir ao cidadão se este não tem o mínimo de condição financeira para prover suas necessidades diárias.

Diante do até aqui exposto, não pairam dúvidas de que o direito ao desenvolvimento é um direito humano. Ocorre que, também é necessário pontuar-se que este também é um direito fundamental, haja vista a diferenciação que a doutrina faz entre estas terminologias.

Neste sentido, conjugando diversos dispositivos da Constituição, dentre eles, o preâmbulo, também devemos nos ater à leitura de outros comandos tais quais: artigo 1º e incisos; artigo 3º e incisos; artigo 5º e incisos; artigo 21, incisos IX e XX; artigo 43 caput; artigo 48 inciso IV; artigo 151 e incisos; artigo 170 e incisos; artigo 174 caput; artigo 180 caput; artigo 182; artigo 192; artigo 218 e todo o capítulo do desenvolvimento nacional.

Após a leitura detida de todos estes comandos, pode-se concluir pela existência do direito fundamental ao desenvolvimento no ordenamento jurídico pátrio.

6. Percepção sobre os Direitos Humanos no Brasil

Os dados adiante apresentados são o resultado de uma pesquisa encomendada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR para avaliar, após 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que são direitos humanos para o brasileiro. O resultado completo encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dh/livro_sdh_pesquisa_percepcao_dh.pdf

Macro resultados (alguns):

- *O conceito de cidadania, para a maioria dos brasileiros, remete a noções abrangentes e universalistas.*
- *O conceito de direitos está associado principalmente a direitos sociais (saúde, educação, emprego) e civis (ir e vir, segurança, liberdade de expressão), secundariamente a direitos políticos, evidenciando lacuna na cultura política cidadã.*
- *Os direitos humanos considerados mais importantes são: o direito à vida, de ir e vir,*

à saúde, à educação, ao trabalho e à igualdade entre brancos e negros.

- *A percepção de que os direitos sociais e civis são desrespeitados – e em menor escala os políticos – é generalizada, com ênfase no direito à segurança dos cidadãos.*
- *Apoio da família e esforço pessoal foram considerados fatores mais relevantes para a garantia dos direitos de cidadania do que as políticas de governo.*
- *Quando estimulados a indicar quem é primordialmente protegido pelos os direitos humanos, a maioria entendeu direitos humanos como privilégios de grupos restritos (leia-se elites).*
- *Um elevado contingente (dois em cada cinco entrevistados) não sabe sequer mencionar um direito humano assegurado pela Constituição.*
- *Entre os direitos apresentados despontam como os mais desrespeitados: a proteção igual diante da lei; o direito à vida; as li-*

berdades de expressão; o direito de ir e vir; o direito à saúde; o direito à igualdade de tratamento a brancos e negros e a ricos e pobres.

- Entre cinco violações de direitos listadas, os combates à discriminação racial e à discriminação de pessoas com deficiência são apontados como prioritários.

RESULTADOS ESPECÍFICOS (ALGUNS):

O que é cidadania?

Diante da pergunta aberta: “Quando ouvi falar em cidadania, qual é a primeira coisa que o/a sr/a. pensa?”, cerca de metade dos entrevistados (48%) deu respostas abrangentes (...) e 23% dos entrevistados não souberam responder.

Concordância em relação a algumas frases:

Idosos - A frase positiva “os idosos têm muita coisa para ensinar” teve 96% de concordância (88% totalmente) e 4% discordaram. Já da negativa “os idosos só servem para dar trabalho às suas famílias”, 92% discordaram (86% totalmente) e 6% concordaram.

Criança e adolescente - Diante de “criança é para estudar, não para trabalhar”, 92% dos entrevistados

concordaram (80% totalmente) e 5% discordaram. Ao mesmo tempo, “a criança que trabalha desde cedo, quando cresce está mais preparada para a vida”, teve 58% de concordância (34% totalmente) e 33% de discordância (27% totalmente).

Pessoa com deficiência - 92% (79% totalmente) dos entrevistados concordaram que “as pessoas com deficiência podem fazer algumas coisas até melhor que outras pessoas sem nenhuma deficiência”, apenas 3% discordaram. Quanto a frase “Ter filho com deficiência é praticamente um castigo de Deus”, 87% dos entrevistados discordaram (80% totalmente) e 6% que concordaram.

Diversidade sexual – A frase “mulher que vira lésbica é porque não conheceu homem de verdade”, teve 22% de concordância (16% total) e 65% de discordância. Já “a homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada” teve 36% de concordância (27% totalmente) e 54% de discordância (48% totalmente).

Gênero – A frase “homem que é homem divide igualmente todas

as obrigações domésticas com sua mulher” obteve 84% de concordância (67% total) e 12% de discordância. 25% dos entrevistados concordaram (16% totalmente) que “às vezes o homem pode não saber por que está batendo, mas a mulher sabe por que está apanhando”, contra 69% que discordaram (64% totalmente).

Percepção sobre quem os direitos humanos protegem:

Respostas, de novo de forma espontânea, se distribuíram da seguinte forma: 55% fizeram referências generalizantes à humanidade, a todos os cidadãos do mundo, a qualquer pessoa ou cidadão; 15% fizeram referências críticas aos direitos humanos enquanto privilégios de grupos restritos (bandidos e infratores [8%], ricos [5%], políticos [2%], brancos [2%]); 9% fizeram referências aos pobres; 9% aos idosos; 8% às crianças e adolescentes.

Direitos humanos protegidos pela constituição

39% dos entrevistados não souberam ou não lembraram um direito constitucional.

Direitos humanos importantes considerados os mais desrespeitados:

Os considerados mais desrespeitados foram, em ordem decrescente, o direito à proteção igual diante da lei (citado por 54% dos entrevistados), direito à vida (47%), liberdade de expressão (44%), de ir e vir (40%), direito de propriedade (30%), direito de não ser preso arbitrariamente (28%) e, o menos citado, o direito de votar e ser votado (20%).

Direitos sociais importantes considerados os mais desrespeitados:

Levando em conta a soma das menções, foram considerados mais importantes os direitos à saúde (citado por 86% dos entrevistados), à educação (73%) e ao trabalho (67%). Esses mesmos direitos foram considerados os mais desrespeitados pelos entrevistados com 70%, 56% e 54%, respectivamente.

Prioridades de violações a serem combatidas

A prioridade de combate a violações praticadas a grupos étnicos ou sociais específicos, dadas por uma lista com cinco alternativas, foram as seguintes: “discriminação racial”

apareceu nas respostas em 70% dos casos; “discriminação de pessoas com deficiência” foi citada dentre as três de maior prioridade em 66% dos casos; “discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” em 29% dos casos; “falta de investigação dos mortos e desaparecidos durante o período de ditadura militar” em 17% e “violações dos territórios indígenas e quilombolas” em 11%.

Percepção do grau de respeito aos direitos de grupos discriminados:

168

As mulheres tiveram a menção de “não são respeitados” por parte de 24% dos entrevistados e os negros 31%.

Em resumo, a maioria esmagadora dos brasileiros desconhece os direitos individuais e sociais constitucionalmente garantidos; a questão racial ainda é problemática no Brasil; são desrespeitados os direitos das mulheres e dos negros; é grande a violação nos programas de combate à discriminação racial; entre os direitos apresentados despontam como os mais desrespeitados a proteção igual diante da lei e à igualdade de tratamento a brancos e negros e a ricos e pobres; e que o governo ainda é tímido na promoção do desenvolvimento via medidas efetivas de garantia dos direitos do cidadão.

7. O desafio da Negritude

Está claro que o Brasil é um país marcado por forte preconceito racial. Tal quadro de injustiça constitui um óbice ao desenvolvimento. O desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam e a configuração do racismo obsta a efetividade dessas liberdades. O Estado deve ter um papel protagonista como indutor do desenvolvimento. Diante desse quadro, políticas que visem a redução da desigualdade cultural são estratégias necessárias para uma nação que leve a sério a liberdade das pessoas.

Se o direito ao desenvolvimento é um direito humano tão importante quanto qualquer outro – previsto em documentos das Nações Unidas e recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sendo, portanto, compromisso assumido pelo Governo que deve ser usufruído por todos os brasileiros, em que medida a Negritude pode ajudar na promoção e efetivação desse direito, considerando que:

- a) *Os direitos humanos devem ser respeitados, acima de tudo, para que ocorra o desenvolvimento de uma sociedade. Sem democracia não há respeito efetivo dos direitos do homem expostos pela Carta dos Direitos do Homem das Nações Unidas.*
- b) *A vontade política dos governantes é fundamental para proporcionar qualquer mudança estrutural: a administração de dinheiro público é algo primordial para realizar todo tipo de transformação estrutural, embora o que se vê geralmente são governos corruptos que impedem o real investimento das riquezas na sociedade que delas necessita.*

Pode-se falar de vários exemplos e fundamentá-los sobre o processo de discriminação que a população negra convive cotidianamente ao tentar ter acesso ao mundo do trabalho, educação, saúde, cultura e lazer, porém, para concluir esta fala, é preciso dizer que a luta do povo negro em eliminar as enfermidades do racismo, é necessário que esse povo que estatisticamente é a maioria neste País, busque reconhecer-se enquanto negro e negra e, abraçar a luta do movimento que iniciou-se desde em que os Africanos aqui chegaram.

As políticas sociais de caráter universal implementadas no país, ainda não foram sufi-

cientes para erradicar as desigualdades raciais, Cerqueira, (2012, p. 58) afirma:

A necessidade de políticas públicas para diminuir as desigualdades entre a população negra e a não-negra se mostra clara na medida em que, quando a economia e o emprego vão bem no País, o nível de renda e de emprego pode aumentar, mas a desigualdade permanece. De fato, as políticas sociais implementadas depois da Constituição Federal de 1988, não deram conta de diminuir substantivamente a desigualdade racial existente no mercado de trabalho.

Dessa forma, fica claro que o movimento negro ainda não construiu uma organização política capaz de identificar os elementos mobilizadores de nossa comunidade, de forma a possibilitar a massificação do movimento, de demonstrar força política e organizativa, e capacidade de colocar em risco a governabilidade, que é o que usualmente obriga o poder a negociar. Não temos uma forma organizativa que nos permita disputar poder real nessa sociedade.

Retornando às lições de Sueli Carneiro “a construção de estratégias coletivas de luta é produ-

to de organização política, de liderança reconhecida e legitimada. Nossa responsabilidade histórica é responder aos desafios que estão colocados, através de uma expressão política que represente os anseios do povo negro desse país. Este é um desafio político fundamental para a militância negra no presente”.

Falta representatividade dos negros na política brasileira. A constatação foi consenso entre os participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em abril/2018, sobre o protagonismo negro nas quatro esferas de Poder: dos 513 deputados federais, 24 são negros. Dos 81 senadores, três são negros. Dos 5.570 prefeitos, 1.604 são negros. Dos 57.838 vereadores, 24.282, são negros. Dos governadores dos estados e do DF, nenhum é negro. Dos ministros do STF, nenhum é negro.

Aí reside o desafio a ser tratado com a mesma atitude do jogador de “videogame”:

a) *Compor o projeto político do Povo Negro e quais as políticas prioritárias para serem colocadas em prática na luta para que os objetivos do projeto político sejam alcançados, com o verdadeiro espírito da afro-humanidade como descrito na Unidade 4, desde Módulo, e*

b) *Fortalecer a Negritude Socialista Brasileira (NSB) cuja missão é ser instrumento político dos afrodescendentes, na luta permanente por liberdade, justiça, igualdade e qualidade de vida, utilizando práticas socialistas e democráticas para que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) continue a ser o partido político comprometido com os movimentos étnico-sociais para garantir e concretizar que os direitos previstos no Estatuto da Igualdade Racial sejam, efetivamente, postos em prática por meio dos seus representantes do executivo e legislativo em todas as esferas de poder, afinal...*

“A linha de atuação da Negritude Socialista Brasileira (NSB) deverá ser o resultado da ação conjunta do Partido Socialista Brasileiro e sociedade, trilhando no caminho da democracia e da ação efetiva na consolidação de projetos que realmente possam melhorar a vida de todos os brasileiros, especialmente dos negros e negras” Valneide Nascimento, Secretária Nacional da NSB.

Negritude, parafraseando o lema das Nações Unidas, para a Década Internacional de Afrodescendentes: “Afro-humanidade: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, que seja o nosso desafio.



NEGRITUDE SOCIALISTA BRASILEIRA (NSB/PSB)
 Encontro Nacional – Planejamento Estratégico

171

Bibliografia

Livros, Documentos e Revistas

172

CUNHA, E.M.G.P. *Recorte étnico-racial: caminhos trilhados e novos desafios.* In: BA-TISTA, L.E. et al. *Saúde da População Negra.* Brasília: ABPN, 2012. p.37-48.

BORGES, Hamilton B. in OLIVEIRA, Dennis. *Análise sobre o genocídio da população negra e debate sobre a desmilitarização da polícia - Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia.* In: *Caderno Temático 14. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - São Paulo, 2014.* p. 09-22.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade / Fundação Nacional de Saúde.* Brasília: Funasa, 2005.

CARDOSO, Vanessa. *Saúde da população negra - Geledés Instituto da Mulher - nov.2015.* Disponível em: <https://www.geledes.org.br/saude-da-populacao-negra/>. Acesso em 06.06.18.

CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da Violência 2017.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Rio de Janeiro, jun. 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 06 jun. 2018.

DIEESE. *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.* São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf> - acesso em 10.06.2018.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro e educação: alguns subsídios históricos.* In: MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice (Orgs.). *Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03.* São Cristóvão: Editora UFS, 2007.p. 25-39.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação.* São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004.

LÓPEZ, Laura Cecilia. *O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.* Interface: COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012

MARINGONI, Gilberto. *História - O destino dos negros após a Abolição.* In: *Revista de Informações e Debate do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011 . Ano 8 . Edição 70 - 29/12/2011 - Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23 - acesso em 04.06.2018.*

OLIVEIRA, Dennis. *Análise sobre o genocídio da população negra e debate sobre a desmilitarização da polícia - Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia.* In: *Caderno Temático 14. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - São Paulo, 2014. p. 09-22.*

MACHADO, Katia. *O Racismo em três séculos de escravidão.* In *REVISTA POLI: Saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde - ISSN 1983-909X. Gráfica: Edigráfica. Rio de Janeiro - Ano X - nº 57 - mai./jun - 2018.*

SANTOS, Joel Rufino. *O que é o Racismo?* 15ª edição, São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

SANTOS, Diana Viturino; SANTOS, Josimari Viturino. *Um olhar à história da educação dos negros no brasil: demandas que impulsionaram a formulação de políticas de ações afirmativas para*

acesso ao ensino superior. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” São Cristovão-SE/Brasil - 20 a 22 de setembro de 2012. - Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_01/PDF/7.pdf - acesso em 10.06.2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: raça e cor na intimidade.* In: Schwarcz, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Web Sites

<https://www.geledes.org.br/movimento-negro-no-brasil-novos-e-velhos-desafios-por-sueli-carneiro/>

<https://revistaraca.com.br/desafios-do-negro-no-mundo/>

<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,a-primeira-dificuldade-para-ser-negro-no-brasil-e-viver-diz-ativista-do-movimento-negro,10000063129>

<http://mnu.org.br/os-desafios-da-formacao-politica-da-militancia-do-movimento-negro-unificado-mnu/>

<https://www.fundacao1demaio.org.br/fique-por-dentro/1005/consci%C3%A9ncia-negra-avan%C3%A7os-e-desafios-na-luta-dos-negros-no-brasil>

Ilustrações Sugeridas

Figura 1: Sueli Carneiro. <http://www.jornaljr.com.br/2016/11/30/mulheres-negras-deixaram-legado/>

Figura 2: Alexander Miles. <https://factfile.org/wp-content/uploads/2014/12/Alexander-Miles.jpg>

Figura 3: António Agostinho Neto. http://cdn1.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/8/36/Uige-Papel-Antonio-Agostinho-Neto-luta-libertacao-Angola-debatido-palestra,9ca528ca-9ca6-4530-8886-cb0579a5b5ed.html

Figura 4: Amartya Sen. <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-17022920>

Figura 5: Keba Mbaye.
<https://alchetron.com/K%C3%A9ba-Mbaye>



- I **PROTAGONISMO NEGRO**
- II **EDUCAÇÃO LIBERTADORA**
- III **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**
- IV **PLANEJAR PARA CONQUISTAR**
- V **DESAFIOS DA NEGRITUDE**

REALIZAÇÃO



APOIO

